

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

**AS NOVAS RURALIDADES E AS RECENTES ALTERNATIVAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC)**

NESTOR FRANCISCO RAMBO

ORIENTADORA: PROF^a. DR.^a ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE (RS), MARÇO DE 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS NOVAS RURALIDADES E AS RECENTES ALTERNATIVAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC)**

NESTOR FRANCISCO RAMBO

Professora Orientadora: Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Paulino Eidt (UNOESC)
Prof^a. Dr^a. Christiane Senhorinha Campos (UFSM)
Prof. Dr. Roberto Verdum (UFRGS)
Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia como
requisito para obtenção do título de
Doutor em Geografia.**

PORTO ALEGRE (RS), MARÇO DE 2012

DEDICATÓRIA

**À esposa Jone Maria,
e aos filhos
Maire Christine e
Matheus André.**

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, instituição pública de qualidade, exemplo na geração de ciência e tecnologia, que me proporcionou a oportunidade para o aprimoramento da aprendizagem, e acesso aos diferentes centros, departamentos, laboratórios, bibliotecas, periódicos, seminários, simpósios e congressos.

Aos professores e Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, especialmente, à Prof^a Dr^a Rosa Maria Vieira Medeiros, Professora Orientadora, pela, sabedoria, paciência, dedicação, abnegação, orientações claras e experiências compartilhadas.

À atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Prof^a Dr^a. Nina Simone Vilaverde Moura e às ex-Coordenadoras, Prof^a Dr^a Rosa Maria Vieira Medeiros e Prof^a Dr^a Dirce Maria Antunes Suertegaray, pelo profissionalismo, competência e informações claras e precisas, sempre prestados.

À Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina, FAPESC, pela concessão da Bolsa de Doutorado, durante quatro anos.

À Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, Campus de São Miguel d'Oeste, SC, instituição filantrópica, geradora de ciência e tecnologia, pela formalização do convênio da Bolsa de Doutorado com a FAPESC, por acreditar na relevância do trabalho como professor da instituição para a região.

À minha família pela compreensão, solidariedade, estímulo e paciência dispensados nestes anos de estudo, além da “torcida”, para terminar o curso o quanto antes.

Aos entrevistados e aos que responderam o questionário desta pesquisa, pela sua visão “histórico-cultural” e pela sua forma interessada em colaborar.

À Jone Maria Rech Rambo, professora de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa, minha esposa, pelo profissionalismo e dedicação na revisão final deste trabalho.

À Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, do município de Itapiranga/SC, pelas informações claras e precisas quanto ao censo agropecuário e informações diversas sobre as pequenas propriedades agrícolas familiares do município.

À SICOOB Creditapiranga, de Itapiranga/SC, pela cordialidade e cedência de materiais, arquivos, entrevistas e esclarecimentos diversos.

Ao Dr. Dionísio Nunes, médico da cidade de Itapiranga/SC, pelo profissionalismo e orientações para os cuidados com a saúde.

Ao Prof. Flávio Petry, pela revisão técnica final do trabalho.

Aos meus pais Pedro Canísio (*in memoriam*) e Adela Rambo, e meus sogros Aloysius e Hilda Rech (*in memoriam*), pelos seus exemplos, e por acreditarem num mundo melhor!

EPÍGRAFE

***Uma nova racionalidade deixa-se entrever.
A antiga racionalidade procurava
apenas pescar a ordem na natureza.
Pescavam-se não os peixes, mas as espinhas.
A nova racionalidade, permitindo
conceber a organização e a existência,
permitiria ver os peixes e também o mar, ou seja,
também o que não pode ser pescado.***

(MORIN, Edgar, 2003, p. 275)

RESUMO

As novas ruralidades estão criando oportunidades de trabalho e renda na agricultura familiar no município de Itapiranga/SC, que merecem ser analisadas. Inúmeras tem sido as iniciativas neste sentido, tais como, sítios de lazer, hortas agroecológicas, piscicultura, reflorestamento, pequenas agroindústrias de peixe e derivados de cana-de-açúcar (melado, açúcar mascavo e “schmier”), turismo rural, feirantes fixos e ambulantes (venda de cucas, pães, bolachas e doces diversos), criação de ovelhas, gado de corte, cavalos de raça e outros, são potencialidades, que passam a ser mais acentuadamente exploradas de uma década prá cá. O espírito empreendedor baseado no associativismo e cooperativismo é característica marcante dos primeiros colonizadores teuto católicos, como sobrevivência, na antiga colônia Porto Novo. Este espírito está impregnado na cultura local até os dias de hoje. Agora, muitas potencialidades que o território oferece estão sendo exploradas e de maneira sustentável. Conhecer as mudanças e a produção no território são de fundamental importância para conhecermos a realidade local. Novas tecnologias são usadas racionalmente para um ambiente menos poluído e agregação de valor às propriedades. O que era um enorme problema ambiental, com tecnologia adequada, pode gerar mais renda e emprego, com a transformação de dejetos de animais e aves em adubo orgânico granulado. Percebe-se no estudo realizado, que a agricultura familiar pode integrar-se com atividades não agrícolas onde a pluriatividade e a multifuncionalidade ganham seu espaço. As novas ruralidades demonstram uma capacidade de gerar empregos, contribuindo para a sucessão hereditária. Socialmente, são importantes as novas ruralidades, por ajudarem a conter o fluxo migratório que assolou o território na década de 1990. Economicamente, percebe-se que as pequenas propriedades agrícolas familiares do município, estão aprendendo cada vez mais ao agregar valor aos seus produtos. Do ponto de vista da saúde e hábitos alimentares, percebe-se no município de Itapiranga/SC, o aumento da ingestão da carne de peixe, devido aos investimentos feitos na piscicultura. As políticas públicas no município de Itapiranga/SC, tem concentrado esforços para ajudar e orientar os pequenos produtores rurais para a produção de formas sustentáveis. As escolas e universidades precisam concentrar mais esforços para esclarecer aos jovens as oportunidades e as potencialidades que o setor agrícola apresenta. A presença atuante das cooperativas locais, demonstram que o associativismo e o cooperativismo são importantes para o sucesso da agricultura familiar e o advento de novas ruralidades. O turismo rural é uma potencialidade que poderá contribuir ainda mais para a sustentabilidade e desenvolvimento local. É preciso na agricultura familiar, preservar e dar novos significados à paisagem e cultura local. Assim, turistas cada vez mais exigentes que tentam conciliar lazer, saúde e realização pessoal, poderão contribuir para a geração de mais renda e emprego na agricultura familiar. Urge, pois que se desenvolvam políticas ainda mais eficientes e perspicazes de modo a estimular o pequeno produtor rural. Não falta conhecimento; faltam mais recursos e mais técnicos para um acompanhamento mais constante junto ao pequeno produtor rural.

Palavras-chave: Ruralidades, Território, Agricultura Familiar, Pluriatividade e Sustentabilidade.

ABSTRACT

The new rurality is creating job opportunities and income in family farming in the municipality of Itapiranga/SC, which must be analyzed. Have been numerous initiatives in this direction, such as recreation sites, agro-ecological gardening, farming, forestry, fish and small agro-industries derived from cane sugar (molasses, brown sugar and "Schmier"), rural tourism, fairground fixed and street vendors (selling cakes, breads, cookies and various sweets), raising sheep, cattle, race horses and others, are potential which become markedly more exploited than a decade to here. Entrepreneurship based associations and cooperatives is a notable characteristic of the first Teutonic settlers Catholics, as survival in the former colony of Porto Novo. This spirit is ingrained in local culture to this day. Now, many capabilities that the territory are being exploited and provides a sustainable way. Learn about the changes and production in the territory are of fundamental importance to know the local reality. New technologies are used rationally to a cleaner environment and adding value to properties. What was a huge environmental problem, with appropriate technology, can generate more income and employment, with the transformation of bird and animal waste into organic fertilizer granules. It can be seen in the study, that family can be integrated with non-farm activities where the pluri-and multi-functionality make their space. New ruralities demonstrate a capacity to generate jobs, contributing to hereditary succession. Socially, they are important new rurality, for helping to contain the migratory flow that swept the territory in the 1990s. Economically, it is clear that small family farms in the municipality, are learning more and more to add value to their products. From the standpoint of health and eating habits, it can be seen in the city of Itapiranga/SC, increased intake of fish flesh, due to investments in fish farming. Public policies in the municipality of Itapiranga/SC, has concentrated efforts to assist and guide small farmers to produce sustainable ways. Schools and universities need to focus more efforts to explain to young people the opportunities and potential that the agricultural sector presents. The active presence of local cooperatives, demonstrate that the associations and cooperatives are important to the success of family farming and the advent of new rurality. Rural tourism is a potential that can further contribute to the sustainability and local development. It takes on family farms, preserve and give new meanings to the landscape and local culture. Thus, tourists are increasingly demanding that attempt to reconcile leisure, health and personal fulfillment, may contribute to generating more income and employment in family farming. Therefore needs to develop policies that are more effective and insightful to stimulate the small farmer. Not lack knowledge; missing more and more technical resources to a more constant along the small farmer.

Keywords: Rural, Land, Family Agriculture, Pluriactivity and Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - As colônias alemãs no Brasil no período de 1818 a 1850..... 68
- Figura 2** – As colônias alemãs no sul do Brasil, na 2ª 3ª fases da colonização .. 69
- Figura 3** – As colônias alemãs ao longo dos 100 km do rio uruguai no Oeste Catarinense – 3ª fase da colonização 70
- Figura 4** – A colônia porto novo do projeto “Volksverein” (Empresa Chapecó Peperi-Guaçú), e sua localização..... 72
- Figura 5** – Colônia Porto Novo no início da colonização, em 1926. 88
- Figura 6** - Mapa do município de Itapiranga antes do desmembramento de seus ex-distritos de Tunas (hoje Tunápolis) e São João (hoje São João d’Oeste) 89
- Figura 7** – Mapa do município de Itapiranga/SC, na atualidade 90
- Figura 8** – Abrangência das cooperativas do Sicoob no Estado de Santa Catarina 97
- Figura 9** – Cópia do caderno de controle “projeto eucalipto”, do Sr. Werner Stülp, da propriedade agrícola familiar de Linha Sede Capela, Itapiranga/SC 154

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quadro evolutivo da ocupação populacional no município de Itapiranga/SC.....	87
Tabela 02 – Questão dirigida aos pequenos produtores rurais do município - como você analisa os incentivos de crédito praticados pela Cooperativa de Crédito/Sicoob Creditapiranga, no município de Itapiranga?	98
Tabela 03 – Evolução dos atores pluriativos na agroindústria Seara Alimentos S/A – Itapiranga/SC	105
Tabela 04 – Evolução dos deslocamentos pendulares na agroindústria Seara Alimentos S/A – Itapiranga/SC	106
Tabela 05 - Estímulo dado pelos pais a seus filhos para serem agricultores	110
Tabela 06 – A continuidade dos rapazes na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária	111
Tabela 07 – A continuidade das moças na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária	111
Tabela 08 – Questão dirigida às lideranças do município - agricultura familiar em Itapiranga/SC	163
Tabela 09 – Questão dirigida aos pequenos produtores - análise da agricultura familiar de Itapiranga/SC.....	165
Tabela 10 – Questão dirigida às lideranças do município de Itapiranga/SC – sobre a análise das novas ruralidades no município de Itapiranga.....	166
Tabela 11 – Pequenas propriedades agrícolas familiares que usam a técnica do plantio direto ou sistema tradicional no município de Itapiranga/SC	167
Tabela 12 – As novas ruralidades mais marcantes na agricultura familiar em Itapiranga/SC, na atualidade.....	168
Tabela 13 – Questão dirigida aos consumidores de supermercados em Itapiranga/SC, com relação ao consumo de produtos agroecológicos.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Consenso sobre a ruralidade avançada – meados dos anos 1990 ..	28
Quadro 2 - Exemplos de manifestações da transição para a 2ª modernidade ...	34
Quadro 3 – Principais problemas ambientais, escala de abrangência e relações com a agricultura e a sustentabilidade	52
Quadro 4 – Os princípios de Rochdale que inspiraram as cooperativas de crédito	94
Quadro 5 – Quadro resumo das respostas avaliativas dos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, com relação ao grau de satisfação com a Cooperativa de Crédito/Sicoob Creditapiranga, no município de Itapiranga/SC ..	99
Quadro 6 – Resumo explicativo do processo de compostagem numa unidade mecanizada e automatizada (UMAC).....	184
Quadro 7 - As vantagens de instalar uma unidade mecanizada de compostagem	186
Quadro 8 – Distribuição quanto ao uso da área da pequena propriedade agrícola da família de Valmir Dennes e Marilú Martin de 10 hectares – localidade de Santa Fé Baixa - Itapiranga – SC	188
Quadro 9 – Tipologia do(a) agricultor(a) tradicional e com prática agroecológica em Itapiranga/SC	193

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – A vila de Porto Novo por volta de 1930	75
Foto 2 – Núcleo urbano de Itapiranga prosperando, em inícios da década de 1930	75
Foto 3 – Comercial Schoeler - uma das primeiras casas comerciais e um dos primeiros hotéis de Porto Novo – localidade de Sede Capela - ano de 1928	76
Foto 4 – Travessia sobre o rio Uruguai do lado catarinense para o lado riograndense, e vice-versa, feita inicialmente com barcas movidas a remo. (foto do início da década de 1930).	78
Foto 5 - Estrutura de uma propriedade agrícola familiar no início da colonização de Porto Novo– casa de madeira nova e a antiga casa que serve como galpão para a guarda dos excedentes agrícolas, instrumentos de trabalho e trato de animais – inícios da década de 1930	79
Foto 6 - Estilo arquitetônico europeu – casa de madeira de um pequeno produtor rural e a presença do cavalo como importante meio de transporte - no início da colônia Porto Novo – inícios da década de 1930	80
Foto 7 - Balsas ancoradas no rio Uruguai, na colônia Porto Novo. balseiros num momento de descanso, no início da década de 1930. o transporte de madeiras até a Argentina era constante em épocas de enchente.	82
Foto 8 – A cidade Itapiranga/SC, na atualidade	91
Foto 9 – Ata de fundação da Caixa Rural União Popular, atual Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga com a lista dos sócios fundadores, no ano de 1932, da antiga colônia Porto Novo, atual Itapiranga/SC	100
Foto 10 – Aspecto da inauguração da sede própria da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, no ano de 1955.....	101
Foto 11 – Aspecto da sede própria da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, Itapiranga/SC, na atualidade.....	102
Foto 14 – Aspecto geral do complexo agroindustrial Seara Alimentos, de Itapiranga/SC	117
Foto 15 – Criação de ovelhas de raça - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga/SC	125
Foto 16 – Criação de ovelhas de raça e a integração com o turismo rural - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga/SC	126

Foto 17 – Criação do cavalo crioulo de raça e a integração com o turismo rural e participação em rodeios - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga/SC	127
Foto 18 – A piscicultura e os cuidados com meio ambiente - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga/SC	129
Foto 19 – Criação de gado e os cuidados com o meio ambiente - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga/SC	130
Foto 20 - “Abatedouro de Pescados Stül p” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stül p e família, situado em sua propriedade, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC	135
Foto 21 - “Abatedouro de Pescados Stül p” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stül p e família, situado em sua propriedade, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC	137
Foto 22 – Aspecto geral dos tanques da piscicultura do Sr. Nilton Neri Stül p e família, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC.....	139
Foto 23 – Aspecto geral de um dos tanques da piscicultura próximo a floresta nativa, do Sr. Nilton Neri Stül p e família, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC	140
Foto 24 – Tanques de depuração do “Abatedouro de Pescados Stül p” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stül p e família, situado na Linha Popi, município de Itapiranga/SC	141
Foto 25 – Amostra de eucalipto pronto para a colheita da propriedade agrícola do Sr. Werner Stül p, na linha Sede Capela, Itapiranga/SC.....	147
Foto 26 – Aspecto geral do reflorestamento de eucalipto, da propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stül p, na linha Sede Capela, Itapiranga/SC	149
Foto 27 – Aspecto de uma área do reflorestamento de eucalipto, da propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stül p, com consorciamento de criação de gado, na linha Sede Capela, Itapiranga/SC	150
Foto 28 – Exemplo de técnica usada na condução de árvores no reflorestamento de uva japonesa, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stül p, na linha Sede Capela, Itapiranga/SC.....	151
Foto 29 – Técnica de plantação do eucalipto, na beira de estrada, formando um túnel, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stül p, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC	152
Foto 30 – Reflorestamento de uva japonesa, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stül p, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC.....	153

Foto 31 – Aspecto geral da “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.	157
Foto 32 – Máquina semi-automática para bater e esfriar o melado na “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.	158
Foto 33 – Empacotadora de açúcar mascavo da “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.....	159
Foto 34 – Depurador e filtrador do caldo de cano na “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.....	160
Foto 35 - A construção de unidade mecanizada e automatizada (UMAC) na propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC	181
Foto 36 - Caixa de captação dos dejetos da unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC.....	181
Foto 37 - Bomba de sucção dos dejetos para uma máquina de processamento na unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC	182
Foto 38 - Demonstração do lançamento de dejetos sobre material seco que absorve a umidade na unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC	183
Foto 39 - Fertilizante orgânico “adubos natu”, em granulado, da propriedade da família de pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – linha Santa Fé Baixa, Itapiranga/SC	189
Foto 40 - Fertilizante orgânico “Adubos Natu”, em granulado, da propriedade da família de pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Linha Santa Fé Baixa, Itapiranga/SC	190
Foto 41 – Vista da horta na propriedade da família dos pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Itapiranga/SC	191
Foto 42 – Vista de áreas de recuperação ou áreas degradadas na propriedade da família dos pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Itapiranga – SC	192
Foto 43 – Imagem obtida do Google Earth, da localidade de Linha Baú, Itapiranga/SC, com diferentes paisagens das pequenas propriedades agrícolas familiares.....	201
Foto 44 - Primeira casa comercial e o primeiro hotel do município de Itapiranga/SC, pertencente à firma Schoeler S/A, construído em fins da década de 1920	202
Foto 45 - Primeiro hospital, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC	203

Foto 46 - Casa do primeiro médico, dr. Ulrich Neff, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC	203
Foto 47 - Casa da família Poelking, da Linha Sede Capela, município de Itapiranga/SC	204
Foto 48 - Casa da família Schoenhals, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC ..	205
Foto 49 – Prédio principal do Instituto São Canísio – IAESC (colégio agrícola), onde funcionam quatro instituições de ensino, a escola municipal Oscar Puhl, a Escola de Educação Básica “São José” e a FAI faculdades, com os cursos de Agronomia e Veterinária, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC.....	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os sítios de lazer e sua localização em Itapiranga/SC	124
Gráfico 2 – Pequenos produtores rurais com atividade na piscicultura em Itapiranga/SC	134
Gráfico 3 – Evolução da área ocupada em hectares no plantio de árvores nativas, uva japonesa e eucalipto, no município de Itapiranga/SC, no período de 2007 a 2011	144
Gráfico 4 – Evolução do número de mudas reflorestadas de árvores nativas, uva japonesa e eucalipto, no município de Itapiranga/SC, no período de 2007 a 2011	145

GLOSSÁRIO

CAIs - Complexos Agroindustriais.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

ANMTR - Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

MST - Movimento dos trabalhadores sem Terra

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

FAO - Organização para a Alimentação e a Agricultura.

ABRA - Associação Brasileira da Reforma Agrária.

PAC - Política Agrícola Comum Além disso, só aumentou depois a perda de legitimidade dessas que foi uma das primeiras políticas integradas da

CEE - Comunidade Econômica Européia

EU - União Européia.

ACARESC – Associação catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

SAFRITA - Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga.

COMUDE - Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

FESC - Fundação Educacional de Santa Catarina.

IAESC – Instituto São Canísio.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

SICOOB CREDITAPIRANGA - Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

PIB – Produto Interno Bruto.

OIGs - Organizações Intergovernamentais.

PNB - Produto Nacional Bruto.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias.

UMAC - Unidade Mecanizada e Automatizada.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente.

ONGs – Organização Não Governamentais.

GAM - Grupo de Animação de Microbacia.

ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	xix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FOTOS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xv
GLOSSÁRIO	xvi
INTRODUÇÃO	20
1 RURALIDADES E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO	25
1.1 CONCEITOS.....	25
1.1.1 As Ruralidades e a Dinâmica da Globalização.....	25
1.1.2 O Território como Conceito Multidimensional.....	36
1.1.3 A Agricultura Familiar no Contexto Brasileiro e Oeste Catarinense.....	41
1.1.4 A Pluriatividade como Possível Dimensão da Multifuncionalidade.....	46
1.1.5 A Sustentabilidade como Oportunidade para o Desenvolvimento.....	50
1.2 METODOLOGIA.....	54
2 O TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA/SC	57
2.1 BREVE HISTÓRICO COM SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	57

2.2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO OESTE CATARINENSE E ITAPIRANGA/SC	66
2.3	A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL EM ITAPIRANGA/SC, COMO EXEMPLO DE COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO	92
2.4	A PLURALIDADE E O DESLOCAMENTO PENDULAR EM ITAPIRANGA/SC	103
2.5	A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ITAPIRANGA/SC	107
2.6	A AGROINDÚSTRIA: OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA E EM ITAPIRANGA/SC	112
3	AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA: NOVAS RURALIDADES E NOVAS PRÁTICAS	119
3.1	A INSERÇÃO NO MERCADO NACIONAL E NO MERCOSUL COMO UM FATOR DE EXIGÊNCIA.....	119
3.2	OS SÍTIOS DE LAZER E O TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....	123
3.3	A PISCICULTURA COMO SETOR ESTRATÉGICO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DE QUALIDADE	132
3.4	O PLANTIO DE EUCALIPTO, UVA JAPONESA E ÁRVORES NATIVAS COMO RECENTES ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPIRANGA/SC	142
3.5	AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM ITAPIRANGA/SC	155
4	RURALIDADES E AS RECENTES ALTERNATIVAS	162
4.1	AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA/SC, NA BUSCA DE ALTERNATIVAS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES.....	162
4.2	A AGRICULTURA FAMILIAR, A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ITAPIRANGA/SC	169
4.3	NOVAS POSTURAS E PRÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPIRANGA/SC	175
4.4	AS NOVAS RURALIDADES E A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS ATRAVÉS DO PROJETO	

“MICROBACIAS 2”: O ESTUDO DE CASO DA “ADM ESPERANÇA” NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC	194
4.5 PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO RURAL DE ITAPIRANGA/SC	198
CONCLUSÕES	207
REFERÊNCIAS	211
ANEXOS	219
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO ENTREGUE ÀS LIDERANÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....	219
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC).....	221
ANEXO 3 – LEVANTAMENTO (CENSO) SOLICITADO PELO AUTOR E REALIZADO (E PREENCHIDO) PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC), NO ANO DE 2011	224

INTRODUÇÃO

As pequenas propriedades agrícolas familiares do oeste de Santa Catarina, sofreram transformações importantes e significativas nos últimos anos que merecem ser analisadas.

No início do século XXI, e, mais acentuadamente no correr da última década, verifica-se uma nova dinâmica na agricultura brasileira e catarinense, onde percebemos um aumento das atividades não-agrícolas e o advento de novas ruralidades.

É notório no extremo oeste catarinense e mais precisamente em Itapiranga/SC, que estamos diante de um novo rural. Paralelamente, temos neste mesmo espaço uma acentuada e significativa modernização de parte das pequenas propriedades agrícolas familiares, especialmente de integrados aos Complexos Agroindustriais (CAIs). As grandes agroindústrias que trabalham com o sistema de integração e parceria, especialmente às de aves e suínos, tem um destacado poder econômico no lugar e na região. Muitos pequenos produtores, para sobreviverem necessitam do sistema agroindustrial, integrando-se a essa complexa rede capitalista, para aumentarem sua renda.

Ao analisarmos a relação *campo x cidade* e o advento das novas ruralidades em Itapiranga/SC, é preciso desmistificar a ideia de que o meio urbano é “moderno” ou “adiantado” e o rural “atrasado” ou “não desenvolvido”. O autor Alentejano (2000, p. 103), afirma que “características como isolamento, visão de mundo provinciano e relações interpessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis”. O mundo conectado em redes com a constante propagação das tecnologias mais diversas e dos meios de comunicação, fez com que o mundo rural estivesse integrado ao processo da globalização. Ademais, o mundo rural vive menos isolado culturalmente e socialmente do que a maioria das cidades brasileiras. De uma maneira geral percebe-se que a territorialidade do meio rural de Itapiranga/SC, tem um vínculo social e cultural mais intenso que o seu centro urbano, que é mais disperso e mais descolado do território do que as comunidades do interior.

As pequenas propriedades agrícolas familiares de Itapiranga/SC, persistem com sua agricultura familiar, ao lado do grande capital agroindustrial, ou Complexos Agroindustriais (CAIs). Os pequenos produtores para sobreviverem, criam alternativas de produção e comercialização. Além disso, uma parcela considerável de pequenos produtores procuram ocupações em funções não-agrícolas, para aumentarem a renda, como é o caso dos pluriativos.

As novas ruralidades estão criando oportunidades de trabalho e renda na agricultura familiar no município de Itapiranga/SC. Inúmeras são as iniciativas neste sentido, que demonstram que algumas estratégias são realmente promissoras para o desenvolvimento local e na manutenção e geração de empregos no meio rural.

Percebe-se no município em estudo, que as novas ruralidades, tais como, sítios de lazer, hortas agroecológicas, piscicultura, reflorestamento, venda de hortifrutigranjeiros com selo verde (ovos, frango caipira e semi-caipira, hortaliças, conservas e outros), pequenas agroindústrias (de melado, açúcar mascavo e “schmier”), frutas (morango, laranja e outros), turismo rural, feirantes ambulantes (venda de cucas, pães, bolachas e doces diversos), criação de ovelhas, gado de corte, cavalos de raça e outros, são potencialidades, que passam a ser mais acentuadamente exploradas na última década.

As potencialidades que estão sendo aproveitadas dentro das pequenas propriedades agrícolas familiares em Itapiranga/SC, devem-se em grande parte, pela mentalidade empreendedora das suas lideranças e pequenos produtores rurais ao longo de sua história. O espírito empreendedor baseado no associativismo e cooperativismo é característica marcante dos primeiros colonizadores teuto católicos na antiga colônia Porto novo. Este espírito está impregnado na cultura local. Agora, muitas potencialidades que o território oferece estão sendo exploradas e de maneira sustentável. Conhecer as mudanças e a produção no território são de fundamental importância para conhecermos a realidade local. Assim sendo, no dizer de Medeiros (2006, p. 2), “a produção no campo perpassa as representatividades do território, uma vez que mobiliza e aprofunda não só as relações de produção quanto as relações de trabalho que nele se desenvolvem”.

A ocupação em funções agrícolas e não agrícolas de elementos das famílias de pequenos produtores, ou a pluriatividade ou multifuncionalidade, é uma das novas funções das novas ruralidades em Itapiranga/SC. Nesse território, as atividades não agrícolas são estratégicas para a renda das famílias e para investimentos nas propriedades agrícolas. Nesse momento, a pluriatividade é uma estratégia para manter parte considerável das famílias e jovens no meio rural do município.

O advento de novas atividades junto às pequenas propriedades agrícolas familiares no município de Itapiranga/SC, tem trazido, uma (re)valorização da ruralidade, por se apresentar como geradora de renda e de valorização à qualidade de vida e se ligar à natureza e práticas de sustentabilidade. Neste particular, sem dúvida, o turismo, os sítios de lazer, os hortifrutigranjeiros com selo verde e a transformação dos dejetos de suínos e aves em adubo orgânico, são alguns exemplos recentes, que nos mostram a apropriação do rural no município. Além disso, as novas ruralidades e as recentes alternativas encontradas nas pequenas propriedades agrícolas familiares demonstram uma luta ou uma tentativa dos pequenos produtores se tornarem menos dependentes dos Complexos Agroindustriais (CAIs), especialmente o de aves e suínos.

Ao destacar as diferentes territorialidades presentes na agricultura familiar e produção agrícola, pretendo chegar a resultados que mostrem ou analisem se as novas ruralidades estão de fato, contribuindo para a sustentabilidade em Itapiranga/SC. Assim sendo, serão analisados no primeiro capítulo, os conceitos fundamentais para a compreensão das estratégias traçadas para o “novo” mundo rural: as Ruralidades e a dinâmica da Globalização, o Território como conceito multidimensional, a Agricultura Familiar no contexto brasileiro e oeste catarinense, a Pluriatividade como possível dimensão da multifuncionalidade, e, a Sustentabilidade como oportunidade para o desenvolvimento. Além disso, ainda como sub-capítulo será feita a descrição da Metodologia de Análise do presente trabalho.

O território de Itapiranga/SC, será analisado no segundo capítulo, subdividido em seis partes. Na primeira parte, será feito um breve histórico com a inserção do município no contexto de modernização da agricultura brasileira. Na

segunda parte, uma rápida contextualização histórico-geográfica do oeste catarinense e Itapiranga/SC. Na terceira parte, é trabalhado o histórico e as contribuições feitas pela Cooperativa de Crédito Rural em Itapiranga/SC, Creditapiranga como exemplo de cooperação, solidariedade e desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar. Na quarta parte, será focado o trabalho agrícola e não-agrícola, a pluriatividade, e o deslocamento pendular empreendido por agricultores familiares em Itapiranga/SC. Na quinta parte, o foco será a sucessão hereditária nas pequenas propriedades agrícolas familiares em Itapiranga/SC. Na sexta parte, será feito um apanhado geral sobre a agroindústria e os Complexos Agroindustriais no Oeste de Santa Catarina e em Itapiranga/SC.

No terceiro capítulo foram trabalhadas as transformações no território de Itapiranga/SC, com as novas ruralidades e novas práticas, subdivididos em cinco capítulos. Na primeira parte, a inserção do território do oeste catarinense e do município de Itapiranga/SC, no mercado nacional e do Mercosul como um fator de exigência. Na segunda parte, os sítios de lazer e o turismo rural, como novas ruralidades em expansão, agregando renda e emprego na agricultura familiar no município de Itapiranga/SC. Na terceira parte, a piscicultura como setor estratégico para a segurança alimentar de qualidade e como uma ruralidade em expansão. Na quarta parte, é enfocada a importância do reflorestamento do eucalipto, uva japonesa e árvores nativas como exemplos e estratégias de recentes alternativas para a agricultura familiar em Itapiranga/SC. Na quinta parte, é analisado o papel das agroindústrias familiares em Itapiranga/SC, especialmente as derivadas de cana-de-açúcar, as quais as estratégias e práticas alternativas de suma importância na agricultura familiar.

No quarto capítulo, é enfocada a questão das ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga/SC, subdividido em cinco capítulos. Na primeira parte, são enfocadas as transformações do território de Itapiranga/SC, na busca de alternativas nas pequenas propriedades agrícolas familiares. Na segunda parte, o foco é a agricultura familiar, a produção agroecológica e as políticas públicas em Itapiranga/SC. Na terceira parte, o foco de estudo envolve as novas posturas e práticas na agricultura familiar de Itapiranga/SC. Na quarta parte, as novas ruralidades e a Gestão de Recursos Hídricos nas pequenas propriedades agrícolas familiares, ganha destaque através

da análise do Projeto “Microbacias 2”, com o “Estudo de Caso da ‘ADM Esperança’” no Município de Itapiranga/SC. Na quinta parte, são trabalhadas as perspectivas do futuro rural em Itapiranga/SC, cuja iniciativa combinada com a prática da “rotação de culturas” são exemplos de suma importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura local. Nas perspectivas quanto ao futuro das ruralidades, verifica-se que os sítios de lazer e o turismo rural, crescerão ainda mais nos próximos anos. O turismo rural em especial, é uma potencialidade e uma nova oportunidade de desenvolvimento, para o território analisado.

Nas considerações finais, com base nas leituras feitas e nas informações obtidas, junto às lideranças, órgãos públicos e privados assim como nas entrevistas, procura-se analisar a importância das novas ruralidades e os esforços e metas na busca de novas alternativas, na agricultura familiar do município de Itapiranga/SC.

1 RURALIDADES E TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO

1.1 CONCEITOS

1.1.1 As Ruralidades e a Dinâmica da Globalização

No início do século XXI, as imagens e as funcionalidades do espaço rural no Oeste Catarinense e Município de Itapiranga/SC, modificaram-se e são diferentes das que prevaleceram até a última década do século passado.

Em algumas localidades, as mudanças nas imagens e funcionalidades são tão acentuadas que não podemos ficar indiferentes a elas. Percebemos mudanças nas atividades, nos atores, territórios revitalizados (que estavam mal cuidados e abandonados), novas paisagens, casas e prédios com novo estilo arquitetônico. Além disso, temos o advento de novas oportunidades de trabalho e lazer, novos visitantes em territórios, no qual há bem pouco tempo circulava apenas a população local.

Essas “novas ruralidades” ou o “novo rural”, ao contrário do que muitos imaginam, mantêm características tradicionais da relação campo X cidade, embora que muitas vezes reelaboradas ou “retrabalhadas”. Dessa forma, é importante trabalharmos o conceito de território, para percebermos as mudanças sociais e o processo de desenvolvimento no meio rural.

Os discursos dicotômicos da “completa urbanização” lançada em inícios de 1970, pelo francês Henri Lefebvre e do geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, dois anos mais tarde em 1972 de um “imenso renascimento rural”, não são suficientes para compreendermos a ruralidade no atual estágio da globalização. O autor Veiga (2004, p. 11), salienta que,

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. O fenômeno foi vislumbrado tanto por Lefebvre, quanto por Kayser, muito embora de formas equivocadas. Pois a ‘revolução do espaço’ que engendra a

‘sociedade urbana’ (ou pós-industrial) tende a revigorar a ruralidade, mas mediante mutação, e não renascimento.

A União Europeia (EU) pode ser tomada como exemplo, onde se manifesta e se inicia uma consciência coletiva à cerca das novas ruralidades, especialmente na primeira metade da década de 1980. Não apenas na Europa mas também, em diferentes territórios da América Latina, se manifestam as novas ruralidades a partir de fins da década de 1980 e início da década de 1990. No dizer de Guerrero (2005, p.40)

Em América Latina se viene construyendo el concepto de ‘nueva ruralidad’ como um proceso resultante de la necesidad de abordar tal diversidad de transformaciones, y por la imposibilidad de su interpretación a partir del tradicional dualismo urbano-rural.

Estas iniciativas da União Europeia tem espelhado o Brasil, Venezuela, Colômbia e outros países da América Latina. Essa tendência ao ser aprofundada gera documentos e discussões, com os quais os países se espelham para criarem suas políticas agrícolas¹.

Além disso, nos Estados Unidos o workshop com o tema “Post – Industrial Rural Development: The Role of Natural Resources, and the Environment”, realizado também em meados de 1980, surtiu um efeito semelhante ao da União Europeia ao lançado em documentos.

O interesse dos pesquisadores em pesquisar as novas ruralidades sejam elas deprimidas ou não, foi quase que simultâneo, na Europa, Estados

¹ Com relação aos esforços dos países, Guerrero (2005, p. 40), destaca que “el concepto de ‘nueva ruralidad’ surge de um ejercicio realizado por diversos centros de investigación em América Latina, que buscan comprender las rápidas y diversas orientaciones de transformación que se empieza a registrar”. Veiga (2004, p. 12) faz destaque aos dois documentos criados pela União Europeia: “a) o comunicado da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento intitulado “O futuro do mundo rural”, de 1988; e b) e a famosa “Declaração de Cork”, que saiu da conferência “A Europa Rural – Perspectivas de Futuro”, realizada em Novembro de 1996. Além de explicitarem com clareza os fundamentos da atual política rural integrada da EU, esses dois documentos sintetizaram os principais consensos analíticos que haviam sido gradualmente construídos ao longo do período inicial de desgaste da Política Agrícola Comum (PAC). Além disso, só aumentou depois a perda de legitimidade dessas que foi uma das primeiras políticas integradas da Comunidade Econômica Europeia (CEE, que precedeu a União Europeia, EU), o que exigiu várias revisões a partir de 1992. Não há nada de coincidência, portanto, no fato do paradigmático programa *LEADER* – “Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural” – ter sido lançado em 1991”.

Unidos e no Brasil. Pesquisas que ajudariam a compreender e impulsionar políticas de revigoração da ruralidade.

O ideário do consenso que os eventos realizados na União Europeia e nos Estados Unidos criaram, estão expostos no **Quadro 1**.

1. As zonas rurais, que englobam os locais de residência de um quarto da população europeia e de mais de um quinto da americana, e mais de 80% dos dois territórios, caracterizam por tecidos culturais, econômicos e sociais singulares, um extraordinário mosaico de atividades e uma grande variedade de pequenas paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias, etc.)
2. As zonas rurais, bem como os seus habitantes, formam uma autêntica riqueza para suas regiões e países e podem ser bem competitivas.
3. As maiores partes dos espaços rurais europeus e norte-americanos são constituídos por terras agrícolas e florestas que influenciam fortemente o caráter das paisagens.
4. Dados que a agricultura certamente permanecerá como importantíssima interface entre sociedade e ambiente, os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de gestores de muitos recursos naturais dos territórios rurais.
5. Mas a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar papel predominante nas economias nacionais. Com o declínio de seus pesos econômicos relativos, o desenvolvimento rural mais de que nunca deve envolver todos os setores sócio-econômicos das zonas rurais.
6. Como os cidadãos europeus e norte-americanos dão cada vez mais importância à qualidade de vida em geral, e em particular a questões relativas à saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer, as regiões rurais ocuparão posições privilegiadas para satisfazer tais interesses, oferecendo amplas possibilidades de um autêntico desenvolvimento, moderno e de qualidade.
7. As políticas agrícolas deverão de se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores, quanto pela evolução do comércio internacional. Principalmente uma adaptação que impulse a transição de um regime de sustentação de preços para um regime de apoios diretos.
8. Os subsídios estabelecidos pelas respectivas políticas agrícolas serão crescentemente contestados. E já é ampla a aceitação de que apoios financeiros públicos devam ser cada vez mais condicionados a uma adequada gestão dos culturais.
9. As reformas das políticas agrícolas da primeira metade da década de 1990 conservam inconsistências, duplicações e alta complexidade jurídica, apesar de inegáveis avanços em termos de transparência e eficácia.
10. Torna-se absolutamente necessário promover a capacidade local de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas a mercados globais.

Quadro 1 – Consenso sobre a ruralidade avançada – meados dos anos 1990

Fonte: Veiga (2004, p. 13)

Com relação ao **Quadro 1** anterior, percebe-se que o mundo rural tem sua importância, onde as pessoas percebem cada vez mais a importância da qualidade de vida em geral, à saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer. Com novo enfoque, as regiões rurais ocuparão posições privilegiadas além de oferecer possibilidades de um desenvolvimento, moderno e de qualidade. O autor Guerrero (2005, p. 40), destaca ainda que

El enfoque de la 'nueva ruralidad' busca entonces, por una parte, comprender las diversas transformaciones económicas, sociales y políticas que enfrentan actualmente las sociedades rurales a escala territorial y, por otra parte, plantear una nueva tipología de políticas públicas para orientar de una mejor manera estas transformaciones y aprovechar los potenciales que surgen de SUS diversas funciones, actores y actividades.

Percebe-se que as novas ruralidades ganham um grande peso dentro do processo da globalização quando são valorizadas as tradições culturais de um território.

Inúmeras são as discussões no entorno agricultura, no que se refere a sustentabilidade ambiental e criação intensiva de animais. O autor Friedland (2002, p. 353), salienta que “a ruralidade é frequentemente associada ao meio ambiente, e, em nossos dias, o meio ambiente tornou-se algo bastante significativo para amplos segmentos da população”.

As diferentes áreas rurais no Oeste Catarinense e em Itapiranga (SC) tem adotado diferentes respostas ao fenômeno da globalização. A atual fase do meio técnico científico informacional tem trazido oportunidades e ameaças à ruralidade.

Destacam-se duas dimensões da globalização, que agem sobre as áreas rurais: a) a dimensão econômica e b) a dimensão ambiental. A primeira, no dizer de Veiga (2004, p. 16), “age essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais periféricas, ou marginais, no âmbito daquilo que foi chamado por Sassen (1998) de ‘geografias da centralidade’”. Envolve os fluxos financeiros, comércio e as cadeias produtivas. As grandes agroindústrias e empresas rurais tirarão proveito. Por outro lado, vastos territórios ficarão excluídos da dinâmica global. A segunda, a dimensão ambiental, que inclui biodiversidade, energia e preservação

ambiental, age para trazer qualidade de vida. Abramovay (1998, p. 13), destaca que “a relação com a natureza emerge não só como um valor ético ou afetivo, mas também como a mais promissora fonte de geração de renda rural nos Estados Unidos”.

As tendências econômicas e ambientais para o desenvolvimento, parecem apontar para a importância da ruralidade e de novas políticas de sustentabilidade. Favareto (2010, p. 213), destaca que

O país encontra-se em condições de optar por um caminho diferente, no qual não se trata de pôr um freio à expansão produtiva, mas sim de planejá-la sobre outras bases. Com a emergência daquilo que se convencionou chamar por *nova ruralidade*, há na verdade uma erosão das bases das principais vantagens comparativas que foram responsáveis pelo ciclo de desenvolvimento rural atual: falta disponibilidade de terra e de trabalho. Em seu lugar, surgem novas atividades e novas exigências sobre o setor produtivo. Criar as instituições e inaugurar um novo ciclo de políticas para o desenvolvimento rural do país, mais condizentes com as características desta nova etapa histórica e com os requisitos contidos no ideal normativo do chamado desenvolvimento sustentável, constituem o principal desafio do próximo período.

No correr do Século XX, as propriedades agrícolas que mais se desenvolveram no Oeste Catarinense, Brasil e mundo, passaram por três etapas. Veiga (2004, p. 18), classifica-as e as descreve da seguinte forma:

Na primeira ela era determinada por riquezas naturais como solo fértil, madeira ou minérios. Essas vantagens comparativas não desapareceram, mas foram sendo substituídas por outros fatores de produção, como mão-de-obra barata, frouxa regulamentação e debilidade sindical. Foi assim que, entre 1960 e 1980, a fatia rural do emprego fabril passou nos Estados Unidos de um quinto para mais de um quarto. Todavia, nas últimas duas décadas do século XX as principais vantagens comparativas voltaram a ser riquezas naturais, mas de outro tipo. São os encantos do contexto rural – beleza paisagística, tranqüilidade, silêncio, água limpa, ar puro – todas ligadas à qualidade do ambiente natural. E a possibilidade de participar integralmente dessa terceira geração do desenvolvimento rural é diminuta para localidades que antes tenham se comprometido com sistemas produtivos primário-industriais de negativo impacto ambiental.

As ruralidades, para vencer desafios econômicos, traçam soluções na esfera ambiental, voltados para a sustentabilidade, conforme lembra Abramovay (1998, p. 15),

À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado — e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover —, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.

O atual estágio da globalização parece indicar vários destinos à ruralidade. Agora, sem dúvida é o sistema mundo que dita as regras. O cidadão comum nem sempre se encontra neste mundo complexo e variado. Covas (2007, p. 230), destaca que,

Agora é o sistema mundo que dita as regras; é uma inevitabilidade que já não podemos ignorar. Estamos na era global mas o local também faz parte dela; são duas faces da mesma moeda e terão de funcionar, tanto quanto possível, em paralelo, mesmo que não consigam funcionar à mesma velocidade.

Assim sendo, devemos nos preocupar para uma cidadania da sustentabilidade. O sistema educativo deve preparar para uma filosofia de vida sustentável, tanto no plano global, quanto local.

Neste estágio da globalização, a cidadania é um conceito em reconstrução. Conforme Covas (2007, p. 234), “o primeiro conceito moderno de cidadania foi inventado pelo Estado-nação, o próximo conceito, o da 2ª modernidade será concebido e conjugado no plano do sistema mundo”.

A 2ª modernidade é resultado da instabilidade da vida atual, mas que quer substituir uma ordem que ficou obsoleta. É uma tentativa de construção de uma nova identidade local e global. O **Quadro 2** a seguir, mostra exemplos do mundo global rumo à 2ª modernidade, cujo estudo foi feito em Portugal, e que serve como referência para o Brasil.

1ª modernidade (Ordem)	Pósmodernidade (“Desordem”)	Transição para a 2.ª modernidade (Nova Ordem)
<ul style="list-style-type: none"> - Educação dentro do aparelho do Estado; - Educação institucionalizada funcionando como instituição legitimadora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconstrução dos aparelhos ideológicos do Estado; - Desinstitucionalização e homogeneização dos sistemas educativos, mercantilização da Educação, globalização da Educação; - Pede-se produção de recursos humanos competentes e concorrenciais nos mercados de trabalho; - Educação e formação ao longo da vida; - Formação profissional; - Validação de competências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma educação cada vez mais desinstitucionalizada e plural (fora do aparelho do Estado); - Desnacionalização/globalização/mercantilização da Educação; - Produção de recursos humanos cada vez mais competentes e concorrenciais no mercado de trabalho; - Reforço da Educação e da formação ao longo da vida e da formação em serviço; - Reforço da formação profissional; - Reforço da interdisciplinaridade/complementaridade científica; - Consolidar a sociedade do conhecimento: tornar Portugal cada vez mais atractivo para os investigadores fazendo da investigação e do desenvolvimento (I&D) uma das principais prioridades; - Promover o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's); - Garantir a sustentabilidade do meio ambiente: difundir e divulgar as eco inovações e construir lideranças na eco indústria; - Prosseguir políticas que conduzam, a longo prazo, a melhorias na sustentabilidade e na produtividade através da eco deficiência.
<ul style="list-style-type: none"> - Invenção do Estado Providente omnipresente; - Estado paternalista e patronalista; - Sindicatos fortes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desestatização da sociedade política; - Estado cada vez mais exíguo; - Dessindicalização dos direitos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reinvenção de um Estado Providente, instrumental para um cidadão providente; - Revisão, reorientação das funções do Estado; - Estado cada vez mais exíguo mas forte; - Despatronalização e despaternalização do Estado; - Reforço do empreendedorismo e do auto emprego.
<ul style="list-style-type: none"> - Sindicalização dos direitos sociais; - Contratos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordos de empresa e contratos individuais; - Despatronalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da dessindicalização dos direitos sociais; - Reforço dos acordos de empresa e dos contratos individuais; - Regresso aos ciclos naturais e reforço da ecosocioeconomia;

	<ul style="list-style-type: none"> e despaternalização do Estado; - Empreendedorismo crescente e criação auto emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da razão ecológica; - Democratização tecnológica em vários setores (Ex.: produção energética: energias alternativas – cidadão produtor/consumidor de energia).
<ul style="list-style-type: none"> - Indivíduo conformado e obediente “normalizado”, identidade convencional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Indivíduo das “identidades portáteis”, transnacionalismo, transregionalismo, cosmopolitismo, hibridismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço e/ou desencantamento do transnacionalismo, transregionalismo, cosmopolitismo, hibridismo.
<ul style="list-style-type: none"> - Cultura de massa, homogeneização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solidão, individualismo, exclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solidão solidária, reinvenção da solidariedade, neo-comunitarismo, neo-associativismo, neo-cooperativismo.
<ul style="list-style-type: none"> - Organização hierarquizada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Anarquia madura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização heterárquica e em rede.
<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento previsível. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento mais continente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Individualização imanente, construção comportamental, criatividade.
<ul style="list-style-type: none"> - Violência simbólica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição simbólica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconstrução simbólica; - Sociedade criativa, imaginativa, construtiva.
<ul style="list-style-type: none"> - O sistema prevalece sobre o ator (mais determinismo). 	<ul style="list-style-type: none"> - A desconstrução do sistema (predomínio da contingência). 	<ul style="list-style-type: none"> - Heteroregulação; - Regulação do sistema pelo ator (determinismo, contingência e regulação).
<ul style="list-style-type: none"> - Predominância dos valores absolutos sobre os relativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Predominância dos valores relativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Autoconstrução da grelha valorativa, autonomização, autogoverno.
<ul style="list-style-type: none"> - Mercado local; - Mercado nacional; - Mercado internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado global predominante; - Mercado de produtos artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado global mais segmentado e diferenciado (glocalismo); - Revalorização dos mercados locais, criação de produtos com identidade; - Revalorização territorial e paisagística; - Reforço da procura de produtos limpos/biológicos; - Afirmção de novas formas de ruralidade com um aumento significativo da oferta de serviços de cariz multifuncional (agricultura multifuncional e

		biodiversa); - Aprofundamento do mercado interno no sentido da livre circulação de bens e capitais.
		- Tomar medidas urgentes para a criação de um mercado único dos serviços; - Melhorar o ambiente dos negócios: reduzir a carga administrativa; melhorar a qualidade legislativa; facilitar a rápida criação de novas empresas e criar um ambiente mais favorável aos negócios.
- Carreiras profissionais estáveis.	- Carreiras profissionais e laborais cada vez mais irregulares, instáveis e precárias; - Irregularidade dos horários de trabalho e dos períodos de trabalho.	- Aumento da instabilidade profissional e laboral; - Desvalorização dos diplomas da educação formal; - Contratação individual; - Diferenciação salarial; - Degradação salarial; - Empobrecimento dos trabalhadores; - Ganhos de autonomia liberal; - Alterações no mercado de trabalho: rápida aplicação das recomendações do grupo de trabalho sobre o emprego.

Quadro 2 - Exemplos de manifestações da transição para a 2ª modernidade

Fonte: COVAS, 2007, p. 235-237

Os estudos de Covas (2007, p. 235-237), no **Quadro 2** acima elaborado, evidenciam que estamos diante de mudanças, especialmente na agricultura, onde pequenos produtores buscam alternativas em trabalhos não agrícolas e buscam “novas ruralidades” para agregar renda e valor aos produtos.

O atual estágio da globalização parece indicar vários destinos à ruralidade. Neste sentido, o rural, de atrasado e conservador se transforma. Conforme Medeiros (2006, p. 6), salienta que

Houve uma re-valorização de atividades rurais não-agrícolas decorrentes das transformações do meio rural que possa a ser lugar de moradia, de turismo de lazer e de prestação de serviços. Também as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente fazem parte deste processo.

As novas ruralidades impregnadas no rural brasileiro contém relações não apenas culturais, mas também sociais, políticas e econômicas. As relações

nestas novas ruralidades são manifestadas também pela busca de uma qualidade que foi perdida no agito das cidades. Medeiros (2006, p. 8) resume esta busca da qualidade de vida destacando que,

O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos eles ex-habitantes de cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados no mundo global.

Mas quem são os personagens que habitam esse novo espaço rural? Medeiros (2006, p. 8) responde afirmando que,

São novas ruralidades num espaço rural que é marcado pela presença forte de seus velhos personagens: os ruralistas, os latifundiários, os produtores familiares, os camponeses com ou sem terra.

Como construção social, a ruralidade, nesse espaço possui uma natureza reflexiva: permite aos jovens e pequenos produtores rurais uma construção social contextualizada, com possibilidades de adaptar-se/readaptar-se, uma vez que o estudo e nível cultural, permite-lhes compreender que o rural não pode ser apenas uma periferia espacial precária da cidade, mas uma extensão para uma qualidade de vida. Durán (1998, p.77), ensina-nos que

Como qualquer outra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan.

Para Durán (1998, p. 77), ruralidade é uma construção social contextualizada, importante, e se manifesta quando seus atores manifestam capacidade para se adaptarem aos “los influjos de las acciones socioeconómicas endógenas e exógenas que interfieren sobre ella y para adaptarse a los efectos de esas acciones”.

1.1.2 O Território como Conceito Multidimensional

Ao estudarmos as novas ruralidades no município de Itapiranga – SC, é importante também darmos importância ao conceito de território para compreendermos as diferentes dinâmicas relativas aos diferentes espaços. O território é um componente do desenvolvimento de Itapiranga – SC, que precisamos conhecer e conceituar melhor.

No momento em que quisermos definir qualquer pedaço de território, conforme Santos; Silveira (2008, p. 247), precisamos aí compreender os “fixos e os fluxos” ou, “o que é imóvel e o que é móvel”. Dito de outra forma, Santos; Silveira (2008, p. 247), esclarecem dizendo que

Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas.

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes em constituídas em ações.

A fundamentação está basicamente em Saquet (2003, 2005 e 2007), que interpreta o território num tripé relacional num enfoque econômico, político e cultural.

Outros autores que analisam o território merecem destaque como é o caso de Haesbaert (1997), o qual faz o enfoque cultural e político. O autor Raffestin (1993), faz o enfoque e a análise nos aspectos políticos e econômicos.

O território necessita de uma abordagem multidimensional. O seu fundamento é de cunho social. O território, para ser compreendido, precisa da análise política, econômica e cultural. Além destas três, que Saquet (2003), chama de EPC², pode-se acrescentar ainda a natureza. Saquet (2003), faz uma articulação entre território, tempo e espaço.

Quando nos propomos a estudar o território, Saquet (2007, p.111), ensina-nos que isso

² Conforme Saquet (2003), “EPC” é sinônimo de economia, política e cultura. O território, na visão do autor, deveria ter a análise nesse tripé.

envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em *sistema*, a partir dos pressupostos filosóficos da fenomenologia. Assim, estuda os grupos, as *comunidades* e suas percepções/sentimentos do território, sua organização, seus signos.

Ao falar das relações sociais que se estabelecem num território, Saquet (2007, p. 160), afirma que

a territorialidade é (i)material...com aspectos gerais ligados ao movimento de reprodução da sociedade da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento.

O autor ensina-nos ainda que a *abordagem territorial* é um *caminho* de fundamental importância para se compreender a relação *campo x cidade*.

Muito importante é destacar que território e espaço não são sinônimos. O autor Raffestin (1993, p. 143), ensina-nos que

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente..., o ator "territorializa" o espaço.

O espaço é resultado entre relações antropológicas/históricas/culturais. É resultado da conjugação das relações econômicas, políticas, culturais e da natureza, exteriores ao homem. No dizer de Saquet (2005, p. 13.882) "este espaço está contido no território e é condição para a reprodução territorial".

Espaço e território são conceitos diferentes, mas estão intimamente entrelaçados.

O território é formado pelos atores sociais e é a parte palpável, concreta, do espaço apropriado (pelos atores). Assim sendo, o território é uma relação social e não apenas terra, solo e propriedade física.

As configurações territoriais são, no dizer de Santos (2008, p.248), "o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos". Dessa forma, o território revela-nos ações do passado e do presente, dando vida, sentido e (re)significados.

O autor Haesbaert (2005, p. 91), citado por Eduardo (2006, p.179-180), faz o seguinte resumo à cerca das vertentes básicas que tratam do território:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionadas ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo.

As ciências sociais utilizam-se pouco da vertente naturalista, que explora a noção de território com base na relação, conforme Raffestin (1993, p. 143) “binômio – sociedade e natureza”.

Ainda com relação à discussão conceitual sobre as “ruralidades” e “territorialidades”, o autor Schneider (2009, p. 8), ensina-nos que

Atualmente, os estudiosos já não divergem quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa. Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido.

Nos diferentes territórios, as pessoas ou os atores estabelecem relações. Mas num território, não existem apenas relações pacíficas; existem também “rugosidades”, subordinação, expropriação, dominação e poder. O autor Schneider (2009, p. 17), ressalta isso ao afirmar, que,

O território passa a ser um espaço de interação, troca, colaboração, cooperação e competição. Mas nem por isso deixa de haver também controle e dominação, o que permite coibir desvios, prever e antecipar erros ou falhas e, com isto, reduzir a insegurança e o risco. Assim, o território passa a ser o espaço de controle e poder, que pode ser

exercido de forma tácita ou explícita, conforme cada circunstância o exigir.

No território de Itapiranga – SC, em análise, existem laços que unem as pessoas, existem trocas culturais, mas existe também, como em todo território, jogo de poder, de subordinação, seja na relação campo x cidade, seja no campo político e social.

O território é ao mesmo tempo natureza e sociedade e é condição para o desenvolvimento local. Saquet (2007, p. 109), afirma que o “território, em constante transformação, é um patrimônio e o patrimônio é territorial, territorializado e pode ser representado pelo ‘Sistema Locale Territoriale’ (Slot)”³.

Estudar o território de Itapiranga/SC, é muito importante, pois assim conhecemos aspectos da cultura, da política, da economia, do desenvolvimento local e projetos que são prioridade.

Procurar conhecer o desenvolvimento local e territorial, permite ao mesmo tempo desmistificar os processos da desterritorialização e reterritorialização que existem ou podem ocorrer no mesmo local. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R)⁴ estão interligados. Assim sendo, Saquet (2005, p.13.885), afirma que “a apropriação e a produção territorial são processos econômicos, políticos e culturais (E-P-C)⁵. Esta está intimamente ligada à produção do território”.

São ainda elementos centrais para compreendermos o território do município de Itapiranga/SC: as **identidades** locais; as relações de **poder** que podem significar expropriação, subordinação ou dominação; e, as **redes** de movimentação/circulação/comunicação. Com relação à estes aspecto, Castells (2009, p. 52), destaca que

³ Saquet (2007, p.112), utiliza-se de Dematteis (1994), para falar resumidamente da “combinação de ‘relações geográficas verticais e horizontais’, com as condições e as articulações territoriais para o desenvolvimento, privilegiando a discussão...de ‘Sistema Local Territorial (Slot): é um conjunto dotado de identidade, sendo que os sujeitos que o compõem são capazes de definir comportamentos ‘coletivos’; o local é um ‘nó’ articulado em redes tendencialmente planetárias, na forma de um acoplamento de relações recíprocas e em unidade”.

⁴ Raffestin (1984), aponta em sua obra que o processo da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), estão interligados no desigual desenrolar do Modo Capitalista de Produção, e que, para compreendê-los, precisamos contextualizá-los.

⁵ Para Saquet (2005, p. 13.882), analisar esta tríade é fundamental, para perceber-se a importância do movimento e a relação recíproca existente entre as dimensões sociais do território (economia, política e cultura ou E-P-C), ambas inerentes à dinâmica socioespacial.

A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas.

Ao longo da história humana, sobretudo, a partir do momento em que se estabelece uma lógica unitária sobre o território, pode-se falar em forças centrífugas e centrípedas. São as forças de concentração e dispersão, segundo as quais, Santos (2008, p. 303), explica da seguinte forma:

o território tende a funcionar dentro de um modelo de sístoles e diástoles, um modelo combinado segundo o qual alguns dos seus pontos tendem reunir recursos e forças, levando a fenômenos aglomerativos, enquanto em outras partes é o contrário que se verifica.

Em tempos de globalização, o território é muito importante, é sensível e é objeto de articulações e desarticulações. Reconhecer isso é de suma importância para a compreensão da relação campo x cidade no município de Itapiranga/SC.

A territorialização do capital é discutida por Oliveira (1994), ao discutir a industrialização desigual no campo brasileiro. O autor afirma que o capitalismo é contraditório e ao mesmo tempo unificando; mas unificando os interesses do grande capital. Oliveira (2004, p. 51), afirma que

Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras... Isso se deve porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Conhecer o território onde vivemos é muito importante. A afirmação de Haesbart (2004, p. 50), de que “ninguém pode estar completamente excluído da sociedade, mas precariamente incluído”, é também válida para o oeste catarinense e o município de Itapiranga/SC. Mesmo que as pessoas não estejam desterritorializadas, mas o que ocorre muitas vezes é uma “precária territorialização”. Muitos homens e mulheres estão plenamente incluídos e há os que estão precariamente “territorializados”. Urge que a sociedade se engaje como

um todo para que a circulação e a ocupação possa ser de uma forma sustentável para todos os segmentos da sociedade.

1.1.3 A Agricultura Familiar no Contexto Brasileiro e Oeste Catarinense

Ao empreendermos um estudo sobre a agricultura familiar brasileira, alguns aspectos são fundamentais para a sua compreensão, no correr dos quinhentos anos de história. O Estado, além de dar um tratamento secundário, leva cinco séculos para investir em segurança alimentar. Outro fator relevante, é a questão da permanência e fixação do homem no meio rural, como investimento para o futuro. Esses dilemas nunca foram, até bem recentemente, o centro dos debates ao longo desses quinhentos anos de ocupação territorial.

Não foi por acaso, que ao iniciar o Século XXI, estávamos todos ansiosos e sonhávamos que as políticas públicas que estavam sendo criadas para a agricultura familiar seriam para a segurança alimentar das famílias e da sociedade, além de promover o desenvolvimento sustentável.

Durante mais de um século (desde fins do Século XIX), as especulações sobre o futuro da agricultura familiar não tem sido muito animadoras. Mas a prática tem mostrado em diferentes territórios Brasil afora, que a agricultura familiar é viável.

O descaso com a agricultura familiar remonta ao período colonial do Século XVI. Todos os incentivos eram dados pela Metrópole aos grandes fazendeiros com vistas para a economia agroexportadora. Em pleno Século XIX, período imperial, compreendendo especialmente o intervalo, da independência em 1822, até a República em 1889, a imposição dos interesses da Coroa ainda são muito fortes. Agora, neste período, a história nos mostra a forte articulação dos fazendeiros, sua organização e domínio e a estruturação do Estado sob essa influência. Maia (2009, p. 76), destaca que

O início da República, no final do século XIX, foi marcado pela continuidade do domínio das oligarquias agrárias e pela forte pressão dos cafeicultores, que monopolizavam o apoio público. No estado Novo

(anos 1937-1945), grupos urbanoindustriais começaram a exercer poder sobre o aparato estatal. Com a chegada ao país das tendências do 'Welfare State', o estado ampliou sua atuação sobre a promoção do desenvolvimento, mas a agricultura familiar continuava secundária no projeto brasileiro. Veio então o regime militar e a modernização da agricultura – excludente e conservadora.

A agricultura familiar, desde a sua origem em 1500, foi relegada a um segundo plano dentro do modelo de desenvolvimento do Brasil.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, iniciativas foram tomadas para a vinda de imigrantes europeus. Maia (2009, p.82-83), destaca que

Embora em pequenas proporções, os colonos suíços, açorianos e alemães trazidos por D. João VI inauguraram uma tendência de formação de núcleos compostos por pequenos lotes voltados à produção de alimentos destinados ao abastecimento da população urbana. Com o crescimento da lavoura cafeeira, intensificou-se o processo de imigração europeia, com predomínio dos imigrantes de origem italiana, que vinham na condição de assalariados das fazendas de café.

No Sul do Brasil, as pequenas propriedades agrícolas foram incentivadas e ampliadas, especialmente no Rio Grande do sul e em Santa Catarina, onde não prevalecia uma economia de exportação do café.

É notório, no entanto, que com a abolição da escravidão e a vinda de imigrantes da Europa, as pequenas propriedades agrícolas familiares se ampliavam no Brasil. O poder central e decisório neste período, estavam nas mãos das oligarquias. É por isso que, conforme Martins (1980, p. 95), “a reformulação do regime de trabalho veio acompanhada da reformulação do regime de propriedade”.

Os diferentes territórios ocupados no Brasil, pelas correntes migratórias vindas da Europa em fins do século XIX e inícios do século XX, conforme Martins (1980, p. 97) “se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros”. Como eram essencialmente os pobres que vinham para o meio rural, Martins (1980, p. 97), destaca que “o espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente”. Para o grande capital era necessário manter a grande lavoura ou os grandes latifúndios, mantendo-se com isso os mecanismos da reprodução ampliada do capital.

Com o escravo liberto, as grandes fazendas necessitavam de trabalhadores que suprissem a falta de mão-de-obra. Com uma política de colonização, com incentivo a imigrantes europeus, cuja mão-de-obra era rural e excedente, o Brasil consegue atender suas expectativas aos seus grandes fazendeiros e do próprio capital. O autor Martins (1980, p.96), faz um resumo da vontade “forçada” do migrante, que se adequava conforme os interesses e as vontades das classes do seu país e do país ao qual era destinado, afirmando que

Na verdade, o migrante transformou-se na cara mercadoria de um grande negócio que envolvia bancos poderosos, companhias de navegação, ferrovias, agenciadores e traficantes de todo o tipo, grandes empresas de comércio humano.

É dentro desta dinâmica, em substituição do trabalho escravo, e dentro da política de colonização, que aparece historicamente subordinado ao grande capital, o pequeno produtor rural. Ainda dentro dessa dinâmica, é possível compreender as relações capitalistas de produção que foram se estabelecendo no Brasil. Oliveira (1986, p. 59), salienta que “os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho”. As pequenas propriedades agrícolas nascem como complementos de reprodução dos latifúndios. Ou, no dizer de Martins (1980, p. 100), “a pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade”.

Na atualidade, verifica-se que o pequeno produtor rural do Oeste Catarinense e em Itapiranga/SC, mesmo que aparentemente seja autônomo ou trabalhe para si, foi, na verdade subjugado pelo capital financeiro dos bancos. Martins (1980, p. 102), destaca que o pequeno produtor rural “foi submetido pelo capital dos intermediários e foi submetido, final e decisivamente, pelo capital das indústrias...”.

A expropriação é outro espectro que tem assombrado o pequeno produtor dedicado nas pequenas propriedades agrícolas familiares. Expropriar não significa necessariamente ser expulso diretamente de sua propriedade. Na definição de Martins (1980, p. 193), salienta que

Embora o colono não esteja ainda sofrendo uma expropriação direta, está de fato sendo expropriado das condições de reprodução ampliada da sua condição social de pequeno produtor autônomo. O capital que indiretamente subjuga o seu trabalho através da mercadoria, fecha-lhe o caminho do futuro.

Ainda com relação aos motivos da expropriação do pequeno produtor rural, Martins (1980, p. 103), expressa-se dizendo que “se antes, décadas atrás, o imigrante e colono estava sitiado institucionalmente pela grande lavoura, hoje está sitiado pelo grande capital”. Esta afirmação vem de encontro ao que afirma o autor Fernandes (2002, p. 68), ao dizer que “o processo de empobrecimento e expropriação das famílias trabalhadoras rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital”.

Agricultura familiar é um termo conceituado pelo INCRA/FAO⁶ (1996, p.4) tendo a presença marcante de

[...] três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

As pequenas propriedades agrícolas familiares são muito importantes para o desenvolvimento do Brasil e em especial para o oeste catarinense. Em seus estudos, o autor Gorender (2004, p. 41), destaca esta importância ao afirmar que

Recentes pesquisas empíricas bem fundamentadas vêm demonstrando a extraordinária vitalidade do desenvolvimento da agricultura brasileira por via da pequena exploração familiar... Essa pequena exploração familiar é que garante a ‘maior’ parte do abastecimento alimentar da populações urbanas.

Ademais, a busca de crédito para as pequenas propriedades agrícolas familiares no Brasil nunca foi uma tarefa fácil. Com a vinda de colonos europeus, no século XIX, implantaram-se alguns modelos de cooperativas de crédito que

⁶ INCRA significa Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e, FAO significa Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

deram certo no Sul do Brasil, que ainda funcionam até os dias de hoje. Em Itapiranga/SC, a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – SICOOB-SC CREDITAPIRANGA é exemplo de uma Sociedade que permaneceu fiel ao seu objetivo, embora que sua denominação fosse alterada diversas vezes, desde a sua criação em 1932⁷. O papel das cooperativas de crédito, são de suma importância, para compreendermos a dinâmica da agricultura familiar.

Dentro das políticas públicas, os programas de crédito precisam ainda ser melhores reforçados para facilitarem a participação dos pequenos produtores nos diversos projetos. Os bancos tradicionais tem tido limites para operarem com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸, à favor das pequenas propriedades agrícolas familiares. Estudos recentes de Búrigo (2003, p. 51) afirmam que

precisamos avançar rapidamente, colocando as cooperativas como promotores e atores privilegiados nesse sentido. As cooperativas de crédito são o foco e talvez a grande saída para que o programa possa se fortalecer no Brasil.

Abramovay (2003, p. 109), destaca que a proporção de empreendimentos familiares agrícolas com acesso ao crédito cresceu, ao afirmar que “o PRONAF permite hoje a celebração de mais de 900 mil contratos de crédito (a maior parte dos quais em custeio) no universo de 4 milhões de estabelecimentos agropecuários familiares”. A expansão do crédito, é portanto na atualidade uma grande conquista dos pequenos produtores não só do oeste catarinense e de Itapiranga/SC, mas de todo o Brasil.

Outro desafio dentro da agricultura familiar é capacitar os pequenos produtores para o acesso ao mercado, para a competitividade e para sustentabilidade.

⁷ O primeiro nome dado à cooperativa de crédito, na então Colônia Porto Novo (atual município de Itapiranga – SC), distrito de Chapecó, SC, era de Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Ilimitada “Caixa Rural União Popular de Porto Novo”, criada em 21 de outubro de 1932. Teve 41 sócios fundadores. Foi a primeira cooperativa de crédito rural do Estado de Santa Catarina. É atualmente, a segunda Cooperativa de Crédito mais antiga do Brasil, sendo que a mais antiga é a Cooperativa de Crédito da cidade de Nova Petrópolis – RS.

⁸ O PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1995, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde o seu nascedouro, ele possui a participação de representantes dos trabalhadores rurais (fazem parte em algumas discussões básicas).

1.1.4 A Pluriatividade como Possível Dimensão da Multifuncionalidade

Em função dos graves problemas urbanos, decorrentes da acentuada industrialização, desemprego, violência e poluição, países desenvolvidos compreendem cada vez mais que o meio rural é uma opção boa para manter-se uma qualidade de vida.

Decorrente disso, a pluriatividade tem sido vista e analisada como uma aliada para a solução de problemas na relação campo x cidade. Nascimento (2007, p. 452), destaca que

A pluriatividade significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados às cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente uma maior estabilidade das incertezas do mercado de trabalho.

Na Europa o Bloco Regional da União Europeia tem nas suas autoridades, lideranças preocupadas na preservação e busca de soluções para as propriedades agrícolas familiares, especialmente a pluriatividade Carneiro (1998). No Brasil, o tema da pluriatividade ainda é relativamente recente entre pesquisadores, e a importância dada pelas autoridades políticas e econômicas é mais tímida do que a enfrentada na União Europeia.

Com uma trajetória de quinze anos no Brasil, a pluriatividade tem sido investigada e estudada com os seus fenômenos econômicos, sociais e culturais que imprimem dentro das diferentes ruralidades.

O Brasil na década de 1960 cria a política de modernização intensiva da agricultura, ao mesmo tempo em que a União Europeia criava a Política Agrícola Comum (PAC). As duas políticas diferenciam-se no fato de que a PAC teve êxito ao elevar a produtividade agrícola e conter o ímpeto do êxodo rural, ao passo que a modernização intensiva no Brasil acelerou o êxodo rural, o endividamento do pequeno produtor, além do aparecimento do espectro da expropriação. Assim sendo, Nascimento (2007, p. 464), destaca que parte do nascimento da pluriatividade na União Europeia decorre do seguinte:

Na EU, o crescimento da pluriatividade decorre não da ‘cultura campesina’ do seu passado, mas, sobretudo, de um conjunto de políticas de organização do setor agrícola por parte do Estado, através do PAC. Esta incentivou a busca obsessiva por elevação da produtividade e, em razão do seu sucesso, as unidades produtivas puderam liberar parte da força de trabalho familiar para se ocupar em outros setores.

A pluriatividade, portanto, na União Europeia é um “fenômeno” que tem parte de sua explicação de que a mesma tem “uma cultura do passado”. Os pequenos produtores já possuem um passado de organização na agricultura, seja por situações difíceis pelas quais as gerações passaram de guerra, revoluções, fome e epidemias. O crescimento da pluriatividade decorre de uma cultura do pequeno produtor, advinda com o estímulo gerado especialmente com o PAC. Além do mais, Nascimento (2007, p. 464), destaca que a outra parte do crescimento da pluriatividade na União Europeia, “é uma construção política”.

Enquanto que a pluriatividade se amplia no União Europeia, no Sul do Brasil existe uma tendência contrária, inclusive no município de Itapiranga/SC, foco do presente estudo.

Existe na União Europeia uma maturidade cultural da sociedade de que sem o apoio público e político, o ator pluriativo não prospera e nem persistirá. Nascimento (2007, p. 464), é muito claro quanto à este aspecto ao afirmar que “a pluriatividade não é, portanto, algo que espontaneamente ou ‘naturalmente’ prospera, isenta de concepções políticas, de conflitos de classe, de projetos norteadores da construção de algum tipo de sociedade e de nação”.

No Sul do Brasil, especialmente no oeste catarinense e em Itapiranga/SC, a pluriatividade prospera menos porque não recebe os mesmos incentivos. No Sul do Brasil existe menos apoio e o autor Nascimento (2007, p. 464), explica isso ao afirmar que

como não existe tal apoio, a pluriatividade não cresce nem está cumprindo a contento o papel de ser o sustentáculo da agricultura familiar, evitando o aprofundamento do processo de proletarização dos pequenos produtores familiares.

Estudar a importância da pluriatividade em Itapiranga/SC, é importante para podermos compreender a crise na agricultura, como resultado da

“modernização dolorosa”, na história recente do Brasil. Com relação à este aspecto, Carneiro (2006, p. 181), explica que para superar essa crise,

o agricultor teve de reinventar a sua ocupação demonstrando uma grande capacidade inovadora que lhe permitiu permanecer no campo e inventar uma nova lógica de funcionamento do seu estabelecimento e de distribuição da capacidade de trabalho.

O padrão de produção em curso na atualidade está se diferenciando da agricultura moderna da década de 1970? Carneiro (2006, p. 181), ao fazer essa indagação, responde-a com base em estudos feitos na União Européia, afirmando que

A preocupação da sociedade (principalmente a européia) com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com a qualidade dos alimentos aproximou o agricultor pluriativo do modo de praticar agricultura de seus antepassados – os camponeses – sem, no entanto, deixar de estar atento às novas tecnologias e às novas inserções econômicas e sociais que a sociedade contemporânea oferece.

A pluriatividade é muito importante, à medida que o pequeno produtor rural vai descobrindo uma nova maneira de se associar, de cooperar e deixar de ser individualista de produzir com princípios de sustentabilidade. Com isso, o território de abrangência é importante e passa a ser (re)valorizado. Ao desprender-se de algumas amarras, conforme afirma Carneiro (2006, p. 180), e,

Rompendo com o ‘individualismo camponês’, o agricultor pluriativo poderia ser reconhecido com um ‘camponês moderno’ na medida em que resgata uma representação da agricultura também como modo de vida e não somente como profissão.

Dessa forma, o ator pluriativo pode construir redes de interdependência dentro de um mesmo território, melhorando a sua profissão e ao mesmo tempo atender um leque cada vez maior de consumidores que primam pela sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Carneiro (2006, p. 180), destaca que

A base espacial de sua atividade não seria mais a propriedade ou o estabelecimento familiar, mas um território específico. Ele estaria atento a todas as alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas em um território.

Precisamos reconhecer na agricultura do município de Itapiranga/SC, que a agricultura é uma das ocupações nas pequenas propriedades agrícolas familiares. A agricultura familiar, como fornecedora de alimentos, e como “lócus” para a manutenção de um patrimônio familiar, cultural e de uma identidade social, tem acendido o debate sobre a “multifuncionalidade da agricultura”. A visão da multifuncionalidade é uma abordagem que já está presente na Europa. Carneiro (2006, p.181), destaca que

a multifuncionalidade da agricultura é uma noção que surge também no contexto europeu com o objetivo de jogar o foco de luz sobre os serviços ou funções que a agricultura exerce para a sociedade que vão além da função meramente produtiva.

A abordagem multifuncional, analisa a remuneração na agricultura, sob o prisma da prestação de serviços à sociedade, como se fossem consumidos como um “bem natural”.

O termo “multifuncionalidade da agricultura e do território”, foi pela primeira vez usado na Eco/Rio/92, realizada no Rio de Janeiro. A autora Carneiro (2006, p. 183), lembra esse fato, destacando que

Tal como ocorreu com a noção de pluriatividade, a de multifuncionalidade tem de ser entendida no âmbito dos valores que mobilizam atividades e atribuem outros sentidos a diversas práticas que até então não eram percebidas dentro da ótica de “função pública” porque não estavam inseridas no contexto do que já chamamos de ‘ruralidade contemporânea’.

Aprofundar a noção de pluriatividade, para compreendermos as diversas formas de agricultura familiar, para compreendermos sua especialização da produção, sua diversificação nas atividades produtos, os esforços e propósitos de aumentar a rentabilidade familiar é de suma importância para compreendermos a ruralidade contemporânea. Neste sentido, me parece muito evidente que a pluriatividade pode ser considerada uma dimensão da multifuncionalidade.

1.1.5 A Sustentabilidade como Oportunidade para o Desenvolvimento

Inúmeras, tem sido nos últimos anos as discussões, em torno do conceito de sustentabilidade, especialmente a partir da Segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO/Rio/92).⁹

O conceito não vem sendo usado adequadamente, pela dificuldade ou carência em interligar os componentes culturais, ambientais, sociais e econômicos. A sustentabilidade deve ser harmonia, equilíbrio, dinâmico. Como define Gadotti (2009, p. 14), “a sustentabilidade é o sonho de bem viver; sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes”.

No atual estágio da globalização, percebe-se uma incompatibilidade de princípios entre sustentabilidade e capitalismo. Sustentabilidade exige que tenhamos ausência de competição, ganância, destruição, materialismo e consumo exacerbados, individualismo, domínio e subordinação e expropriação. O equilíbrio é palavra chave na definição de sustentabilidade. No dizer de Gadotti (2009, p. 53), “desenvolvimento sustentável só tem sentido numa economia solidária, uma economia regida pela ‘compaixão’ e não pelo lucro”.

Ao conceituarmos a agricultura sustentável, é necessário tomar o cuidado para não apenas a conceituarmos do ponto de vista ambiental. O autor Jean (1994, p.73), reforça quatro ideias básicas para defini-la, destacando que

A agricultura sustentável é um modo de produção agrícola que: 1) assegura a qualidade dos produtos e limita os riscos para a saúde humana; 2) respeita o meio ambiente e preserva os recursos naturais; 3) é economicamente rendosa; 4) permite uma boa integração social das pessoas interveniente no processo de produção e transformação.

Além disso, a sustentabilidade não pode ser medida apenas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰, quando se inclui todas as espécies, com direito à qualidade de vida. O autor Soglio (2009, p. 18) destaca que,

⁹ A Segunda Conferência das Nações sobre Meio Ambiente foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a presença de 169 países.

¹⁰ O IDH é medido pela ONU (Organização das Nações Unidas), que leva em consideração três elementos cruciais da população em diferentes países: a educação, saúde e rendimentos.

É necessário coordenar nossas necessidades com as necessidades das demais espécies para gerar um índice de desenvolvimento global, ou planetário, ou ecológico. O debate sobre desenvolvimento deve envolver não só a questão ambiental relacionada com as necessidades humanas, mas todos os aspectos dos ecossistemas percebidos como igualmente importantes para sermos o mais sustentável. Para tanto, podemos em cada local indagar quais seriam os melhores indicadores de sustentabilidade ecológica e transformá-los em guias para nossas decisões quanto à direção a tomar.

O desenvolvimento de uma agricultura sustentável significa cada vez mais uma nova postura, diante dos novos hábitos, novos valores e uma nova cultura na busca por alimentos mais saudáveis e baratos. Neste sentido, a agricultura familiar pode tirar grande partido e trazer uma grande contribuição ao adaptar-se a essa nova postura. No dizer de Jean (1994, p.73)

Esta capacidade de adaptação vai atuar em seu favor no processo de transição para a agricultura sustentável. Se tomarmos em consideração o que é o modelo de agricultura sustentável, é aí que podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima do modelo e que ela pode então voltar a ele ou aproximar-se dele mais facilmente.

Com essa análise, muitos países classificados pela ONU, como sendo desenvolvidos, apresentariam um índice de desenvolvimento ecológico extremamente baixo.

O **Quadro 3** a seguir, destaca os principais problemas ambientais relacionados com a agricultura, em escala global, regional e local, para percebermos a importância da discussão de desenvolvimento e sustentabilidade.

Problema ambiental	Abrangência do Impacto	Relação com a agricultura
Mudanças climáticas	Global	Mudanças de áreas de produção, efeito da liberação de gases e uso de petróleo
Destruição da camada de ozônio	Global	Liberação de gases, especialmente pelo uso de brometo de metila, efeitos sobre biodiversidade
Destruição de recursos naturais	Global	Contaminação de água (subterrânea e mananciais), erosão dos solos, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, desflorestamento e falta de matas ciliares, construção de usinas hidrelétricas

Extinção de espécies	Global/Regional	Introdução de espécies exóticas, destruição de <i>habitats</i> , desflorestamento, uso de agrotóxicos, construção de usinas hidrelétricas
Perda de biodiversidade	Global/Regional	Introdução de espécies, uso de agrotóxicos, dependência de variedades comerciais, perda de raças animais, monoculturas, desflorestamento e falta de corredores biológicos, construção de usinas hidrelétricas
Erosão, acidificação e salinização dos solos	Local	Preparo excessivo dos solos, falta de cobertura, irrigação mal feita, manejo químico dos solos
Eutrofização das águas	Regional/Local	Erosão do solo, falta de matas ciliares, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos nos rios, destino e uso incorretos dos dejetos de suínos, aves e gado, construção de usinas hidrelétricas
Desertificação	Regional/Local	Manejo errado do solo, desflorestamento, uso de áreas sensíveis, monoculturas, erosão do solo
Poluição	Regional/Local	Descarte de resíduos, embalagens, uso de agrotóxicos, destino e uso incorretos dos dejetos de suínos, aves e gado, construção de usinas hidrelétricas

Quadro 3 – Principais problemas ambientais, escala de abrangência e relações com a agricultura e a sustentabilidade

Fonte: Adaptado a partir de Soglio (2009, p.19)¹¹

A análise atenta do quadro anterior permite concluir que é preciso haver uma junção e um entrelaçamento entre agricultura familiar e agricultura sustentável. Trata-se de um trabalho incessante para a manutenção da fertilidade natural dos solos e de uso de defensivos agrícolas ecológicos.

Ainda para compreendermos os problemas ocasionados pela agricultura convencional, e apresentados no Quadro 1, Gliessmann (2001, p. 41-42), destaca que

Todas as práticas da agricultura convencional tendem a comprometer a produtividade futura em favor da alta produtividade no presente.. Portanto, sinais de que as condições necessárias para sustentar a produção estão sendo erodidas devem ficar cada vez mais evidentes com o tempo...Os recursos agrícolas, como solo, água e diversidade genética, são explorados demais e degradados; processos ecológicos globais, dos quais a agricultura essencialmente depende, são alterados; e as condições sociais que conduzem à conservação são enfraquecidas e desmanteladas.

¹¹ O quadro de Soglio (2009, p. 19) recebeu poucas adaptações. Foram acrescentados os problemas ambientais e sua relação com a agricultura: a questão do destino e uso incorretos dos dejetos de suínos, aves e gado; e, a questão da construção de usinas hidrelétricas e suas possíveis agressões.

Com o advento das novas ruralidades no Oeste Catarinense e Itapiranga (SC), repensar e (re)discutir desenvolvimento e sustentabilidade é de suma importância. Assim sendo, alguns conceitos precisam ser desmistificados. Fala-se muito em “efeito estufa” e “aquecimento global”. Soglio (2009, p. 19), afirma que

Deveríamos dizer “mudanças climáticas”, pois na verdade, não temos apenas aquecimento como consequência da emissão de muitos gases e da destruição do equilíbrio climático que está ocorrendo em todo o planeta... O clima de todo o planeta está apresentando mudanças que preocupam a todos, e os impactos certamente serão sentidos em todos os espaços e setores, e, sobretudo, no que fazemos, no que comemos, em suma, na qualidade de nossa vida.

As mudanças do lugar são sentidas em Itapiranga/SC e Oeste Catarinense. Cuidar da sustentabilidade agrícola, também ajuda a cuidar do território no qual nos encontramos.

Algumas implicações ambientais são bem visíveis e inquietantes dentro do atual modelo agrário-agrícola brasileiro e mundial. Quanto ao modelo de reprodução capitalista, o autor Gonçalves (2004, p. 99), afirma que

O processo de reprodução ampliada do capital que opera o atual modelo agrário-agrícola está ancorado em dois pilares básicos: (1) o uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais (que se querem universais) e (2) a expansão da área de terras cultivadas.

Com relação à expansão da área de terras cultivadas, a região amazônica brasileira é a mais preocupante, onde a devastação não tem encontrado limites. A expansão tem sido de forma exponencial ao uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas. A prática da agricultura ecológica está quase que restrito às pequenas propriedades agrícolas familiares. Dados da FAO e publicados em Gonçalves (2004, p. 99-100), nos dão conta de que “nos últimos 50 anos, enquanto a produção de grãos aumentou 3 vezes, o uso de fertilizantes aumentou 14 vezes”. Mesmo com o grande aumento de fertilizantes, a produção de grãos diminuiu. Gonçalves (2004, p. 100), afirma que “a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 para 13 toneladas de grãos por tonelada de fertilizante usada entre 1950 a 2000”.

O largo uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, fungicidas e pesticidas vem sendo criticado há décadas, por sindicatos, órgãos ligados à saúde, universidades, centros de pesquisa, institutos e escolas, devido aos danos causados à saúde, erosão dos solos e a dinâmica hídrica que envolve as águas superficiais e subterrâneas, com especial destaque ao Aquífero Guaraní. Aqui quando se fala em equilíbrio dinâmico, estamos falando da importância do meio biótico e abiótico, que precisamos respeitar. Não é por acaso o alerta dos autores Wagner; Vogtmann (1987, p. 12), quando analisam a importância da agricultura ecológica ao afirmarem que “em muitos países, a destruição do meio ambiente natural local está sendo sentida, cada vez mais, como uma ameaça pessoal”.

1.2 METODOLOGIA

O objetivo desta análise é mostrar o que está ocorrendo no município de Itapiranga/SC, com a inserção das novas ruralidades e a luta por alternativas nas pequenas propriedades agrícolas familiares. Ainda dito de outra forma, o objetivo maior é mostrar se as novas ruralidades e as recentes alternativas na agricultura estão contribuindo para a fixação da população na agricultura familiar em Itapiranga/SC.

É muito importante estudar a dinâmica da agricultura familiar do município de Itapiranga, com suas diferentes características econômicas, sociais, culturais e ambientais, para compreendermos a relação “campo x cidade”. O município constitui-se num território onde convive a pequena propriedade agrícola familiar convencional e orgânica, ao lado dos Complexos Agroindustriais (CAIs) ligados à criação e abate de suínos e aves e produção de leite.

Os objetivos deste trabalho buscam mostrar os esforços concentrados das lideranças dos diversos segmentos, sejam da EPAGRI, Prefeitura Municipal, Sindicatos (dos Produtores Rurais e Trabalhadores Rurais), Mulheres Agricultoras, Cooperativa (Cooper A1), Universidades, professores, pequenos produtores rurais, associações e outros, para o apoio dos pequenos produtores e incentivos para o advento de novas ruralidades. Os objetivos, portanto, visam

mostrar a política agrícola deste município e as novas oportunidades que são almeçadas na transformação da agricultura convencional “moderna” e muitas vezes “dolorosa” para novas posturas e novas práticas e novos “nichos” de trabalho nas propriedades agrícolas onde as novas ruralidades se destacam. Neste ambiente de trabalho da relação “campo x cidade” no município, busca-se encontrar critérios de sustentabilidade nos processos de produção orgânica.

O presente trabalho visa mostrar às entidades públicas e privadas que as novas ruralidades e a produção agroecológica são uma oportunidade para o desenvolvimento e para a sustentabilidade. Que o presente estudo seja um referencial para outras lideranças e pequenos produtores rurais.

O município de Itapiranga/SC, conta atualmente com mais ou menos três mil pequenos produtores rurais. Destes, foram amostrados e coletados dados diretos do campo, abrangendo em torno de 130 produtores e 178 jovens (86 rapazes e 92 moças), filhos de pequenos produtores e estudantes do Ensino Médio. Além dos pequenos produtores rurais foram entrevistados 35 lideranças, ligadas às pequenas propriedades agrícolas familiares (Presidentes de Sindicatos, associações, agrônomos, Secretaria Municipal da Educação, técnicos agrícolas, gerentes de empresas e outros). A estas lideranças foi entregue um questionário com perguntas semi-estruturadas. Além disso, essas lideranças foram entrevistadas com perguntas não estruturadas sobre a agricultura familiar, ruralidades, desenvolvimento e sustentabilidade de Itapiranga, no ano de 2010 e 2011.

Os questionários foram organizados com perguntas semi-estruturadas aos pequenos produtores rurais e aos jovens, filhos de produtores rurais do município. Foram encaminhados através das escolas estaduais existentes no município de Itapiranga. Os questionários foram entregues e explicados aos alunos da terceira série do Ensino Médio, filhos de pequenos produtores rurais. Após isso, os questionários foram levados para serem respondidos pelos pais e familiares nas diferentes localidades do município. Estes questionários respondidos foram devolvidos, no primeiro semestre de 2011. Além desse foram entrevistados, trinta e cinco pequenos produtores, com perguntas não estruturadas, sobre a agricultura familiar de Itapiranga no período de 2010 e 2011.

Após a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários, foi feita a tabulação dos dados para posterior análise.

2 O TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA/SC

2.1 BREVE HISTÓRICO COM SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O território brasileiro ao longo de sua história foi econômica e politicamente explorado de forma diversificada. Nota-se a presença marcante dos europeus ao longo do litoral e de suas cidades, a maciça presença da população afro-descendente em lugares onde a escravidão dominou. Os migrantes europeus tiveram forte influência no Sul do país, especialmente nas pequenas propriedades agrícolas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e nas lavouras do café em São Paulo. Assim sendo, a integração nacional não é tão recente e é algo ainda não acabado.

Isto que conhecemos na atualidade como sendo agricultura moderna, teve suas raízes nos séculos XVIII e XIX na Europa. A Revolução industrial passaria a desenvolver grandes mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no campo e na cidade.

Com o advento da Revolução industrial, importante é destacar as revoluções contemporâneas, que tentaram mudar a maneira de produzir e consumir os produtos agrícolas. O autor Maia (2009, p. 86-87), dá destaque a duas revoluções agrícolas, após o advento da Revolução Industrial: “a Primeira Revolução Agrícola Contemporânea e a Segunda Revolução Agrícola Contemporânea”. A Primeira Revolução Agrícola Contemporânea, tem suas raízes com o advento da máquina. O capitalismo industrial decompôs por completo o feudalismo. Foram adotados o sistema de rotação de culturas e o uso de leguminosas e tubérculos, no solo, como alimento humano e animal, e como adubo orgânico. O resultado surpreendente foi o aumento da produção, superando a problemática da falta de alimentos.

A Segunda Revolução Agrícola Contemporânea ocorre em fins do século XIX e inícios do século XX. Se a Primeira Revolução Agrícola Contemporânea tinha como força propulsora a chamada Primeira Revolução

Industrial com o advento das indústrias carbonífera, têxtil, naval e siderúrgica; agora, a força propulsora seria a Segunda Revolução industrial, com as descobertas das indústrias petrolífera, elétrica e química e a descoberta dos motores à combustão. Assim sendo, todas estas descobertas científicas acabaram impondo um novo padrão de desenvolvimento na agricultura. No dizer de Maia (2009, p. 86-87),

além de mudanças tais como a redução da importância da rotação de culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da produção vegetal e, principalmente, a absorção de algumas etapas do processo de produção agrícola pela indústria.

A tentativa de implantar um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, a partir da década de 1930, denota no Brasil, que suas lideranças políticas reconheciam a necessidade em adotar-se uma integração do território. Ao admitir-se essa integração de todo o território, reconhecia-se que ela era frágil, incompleta, carente e talvez até imprópria. A fragilidade dessa integração deve-se à tênue relação estabelecida com o desmembramento das capitânicas hereditárias. Agora, os Estados precisavam administrar seus territórios em condições muito heterogêneas. Os problemas não eram simples e nem fáceis de serem administrados. Somado a isso, Brum (1999, p. 193), destaca que

Na verdade, o Brasil vivia num momento histórico de crise de hegemonia. Nenhuma classe social tinha força suficiente para impor sua orientação de forma dominante: o latifúndio agroexportador estava em decadência, a burguesia urbana era ainda incipiente e o operariado apenas ensaiava os primeiros passos.

O projeto de integração nacional, mesmo com o advento da abolição da escravatura e da República, não foi para todos os Estados e municípios brasileiros. Muitos municípios clamam por autonomia e descentralização administrativa. Conforme Costa (1988, p.23), o Estado “modernizou-se sem democratizar-se e, o que é mais grave, centralizou-se ainda mais”. Houve uma junção do autoritarismo com as funções de um Estado capitalista.

Através da Revolução de 1930, buscou-se uma política de apoio à industrialização, liderada por Getúlio Vargas. Brum (1999, p. 191), exemplifica esse projeto ao salientar que

Tentaram implementar um projeto de industrialização do país, com o objetivo de retirá-lo do atraso e impulsioná-lo rumo ao progresso e à construção de sua grandeza. Na visão dos novos detentores do poder central, a industrialização era tida como chave para o desenvolvimento¹².

O Estado de São Paulo favoreceu-se com as políticas que foram sendo implantadas no Brasil. Industrialmente mais avançado, favoreceu-se também com a política nacional-desenvolvimentista. Ao ser criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER aprova-se o plano rodoviário nacional. O “centro” o “entroncamento”, passou a ser o eixo-São Paulo-Rio, com o advento do DNER.

Até inícios da década de 1930, a vocação estratégica brasileira era agrária e de raiz liberal oligárquica. Após a década de 1930, implementou-se um Estado Nacional Desenvolvimentista. O Estado Nacional Desenvolvimentista teve sua base originada na esquerda com o apoio prático e técnico da burguesia nacional.

Com a profunda Crise de 1929, o Estado intervém na economia, estatizando empresas falidas. O Estado, criou empregos e (re)dinamizou a economia como um todo.

O autor Singer (1987, p.141) destaca com relação à crise de 1929 e seu início de industrialização que

No caso do Brasil e de muitos países da América Latina, que começaram a se industrializar sistematicamente por volta de 1930, o fator de mudança foi externo, foi a crise. Como já foi mencionado, na época da grande depressão, o nível de comércio mundial caiu enormemente, o Setor de Mercado Externo de todas as economias coloniais entrou numa fortíssima crise, o que enfraqueceu as oligarquias agro-exportadoras ou minero-exportadoras. Isso levou a mudanças políticas – no Brasil, a a Revolução de 30 – e, por outro lado, permitiu que começasse a surgir, no Setor de Mercado Internacional, um desenvolvimento autônomo, uma industrialização por substituição de importações.

¹² Além da indústria, seria também necessária uma agricultura forte. Seria preciso um parque industrial próprio, autônomo, à exemplo dos EUA e ocidente europeu. No dizer de Brum (1999, p. 191), “era a primeira vez na história que um governo assumia uma posição francamente favorável a um projeto de industrialização”.

No Brasil, com a presença de um Estado ativo e intervencionista propunha a superação do atraso através da industrialização. A ação estratégica, citada por Fiori (1995, p. 98), propunha que houvesse, “o controle estatal seletivo do câmbio, das tarifas e do crédito como instrumento para lograr uma industrialização orientada pela substituição de importações”.

Mas se o Estado controlava o crédito, as tarifas e o câmbio, por outro lado, de forma sem o mercado se dar conta, comercializava e induzia para o consumo. No dizer de Fiori (1995, p. 98), isto significava, por outro lado “a presença ativa do Estado como produtor de insumos e fornecedor de infraestrutura de transportes e comunicações”.

Em Santa Catarina, o “modernismo” se fez sentir a partir da Segunda Guerra mundial. No dizer de Lohn (2000, p. 42), nota-se que

nesse momento, os agricultores catarinenses perceberam uma vontade de empresas e do governo em transformarem aquelas paisagens que nos acostumamos a associar sempre com bucolismo, tranquilidade e vida pacata.

Os trabalhadores nas cidades litorâneas catarinenses e de outros recantos do Brasil, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, já sentiam o ritmo imposto pelo capitalismo industrial. Era preciso reverter esse quadro também no meio rural catarinense. O pequeno produtor rural passava rápida e repentinamente a ser persuadido e colocando-o em contato com as novas tecnologias que começavam a serem vendidas pelos capitalistas. O autor Lohn (2000, p. 42), descreve esse momento histórico afirmando que

Era preciso que os “Jeca Tatus” catarinenses se adaptassem aos novos tempos. Só para ressaltar o impacto dessas idéias, vale mencionar que por essa época, quase 70% da população vivia no campo.

Em vários pronunciamentos de Governadores do Estado de Santa Catarina, ficou transparente a idéia e a preocupação com a assistência técnica e cultural do pequeno produtor rural catarinense. O Governador Irineu Bornhausen, fala no ano de 1952, que “os poderes públicos se esqueceram de substituir os velhos caminhos coloniais...por estradas modernas”¹³, nas quais os automóveis

¹³ SANTA CATARINA (1956, p. 101-102).

estenderam seu progresso. Mais tarde, por volta de 1956, o Governador Jorge Lacerda também deixaria seu recado ao trabalhador catarinense, ao sustentar que

[...] lavrador humilde...colaborador do engrandecimento nacional...representa divisas que o industrial empreendedor pode utilizar na aquisição de equipamentos que ocuparão os braços disponíveis existentes nas cidades¹⁴.

No correr das décadas de 1950 e 1960, em Santa Catarina ainda reinava um discurso que clamava pela integração. O Estado sentia-se injustiçado em relação aos seus vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Porto Alegre e Curitiba seriam as capitais econômicas plenamente integradas. Conforme Lohn (2000, p. 43), em Santa Catarina, “porque o ‘hinterland’¹⁵ composto por várias ‘ilhas de cultura’, não estaria integrado à vida política e cultural da capital do Estado”. Em 1970, o Estado de Santa Catarina seria cortado de leste a oeste pelo traçado da BR 282, de Florianópolis a São Miguel d’Oeste. No entanto, o término (prático) desse traçado, terminou à poucos anos, em pleno Século XXI.

A intervenção educativa no campo, ou a prática do “ruralismo pedagógico”, do período do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, também atingiu o estado de Santa Catarina. A política de interiorização e de conquista do território catarinense e brasileiro tinha um estreito vínculo com o “ruralismo pedagógico”. O registro desse projeto foi a chamada “Marcha para o Oeste” em 1938 do governador, desbravando e visitando o Oeste e Extremo-Oeste Catarinense.

Estender o braço ao interior era também capitalizá-lo. Martins (1981, p152), destaca que

Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e a indústria.

¹⁴ SANTA CATARINA (1956, p. 7-31).

¹⁵ “Hinterland”, citado por Lohn (2000, p. 43) – é um termo derivado do inglês; seria o interior, o pacato, o não desmistificado e explorado. Tem correlação com o que é bucólico.

Havia um enorme descompasso entre o litoral e o interior do Estado de Santa Catarina até fins da década de 1970. Enquanto o litoral trazia o milho de Estados vizinhos, o oeste tinha uma super-safra e “sem como estender o braço ao litoral”. Assim sendo, as relações capitalistas de produção que foram se impondo nas pequenas propriedades agrícolas catarinenses, com toda a sua modernização, fez com que o Estado interviesse sobre as práticas para tentá-las salvar. Em muitos casos ao invés de uma modernização uniforme para todos os produtores agrícolas, assiste-se a uma relação perversa entre o capitalista e os produtores. O autor Gorender (2004, p. 42), destaca que

Os camponeses são providos de financiamento de matérias-primas e ajuda técnica, mas produzem o que interessa ao capital industrial a preços por ele prefixados. Há aí uma subordinação dos camponeses ao capital industrial que se manterá enquanto for vantajosa a este, porém poderá ser substituída adiante pelo puro e simples assalariamento. Tais formas de ‘trabalho a domicílio’ se verificam, por exemplo, no relacionamento de avicultores catarinenses com a Sadia e de lavradores de fumo do Rio Grande do sul.

Além disso, o capitalismo no Brasil, no seu bojo e em seu desenvolvimento não pode esquecer-se das pequenas propriedades agrícolas familiares para garantir-se o mínimo de alimentos necessários ao mercado interno. O autor Gorender (2004, p. 42), expressa-se ao setor da pequena agropecuária familiar, afirmando que

Sem ele, os alimentos se tornariam ainda mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial. Aliás, a falta de proteção estatal à pequena agropecuária familiar já chegou a um ponto em que diminuiu, nos últimos anos, a produção ‘per capita’ de alimentos para o mercado interno.

A valorização capitalista do espaço é discutida também por Moraes; da Costa (1984, p. 149), ao afirmarem que,

O motor de sua expansão é a ampliação crescente da apropriação da mais-valia. Tende à reprodução ampliada do capital com a adição do excedente apropriado (transformado em lucro) ao novo circuito de produção, num movimento incessante.

Em Santa Catarina, o Estado teve um importante papel na sua inserção nos negócios privados e como interlocutor para a interiorização. Conforme Moraes; Da Costa (1984, p. 153), “ele (o estado) não mais se restringirá ao papel de gestor das condições globais de produção (onde amplia a sua ação), tornando-se um ‘parceiro’ privilegiado da atividade econômica em geral”¹⁶.

O modelo keynesiano de crescimento capitalista, entra em decadência a partir da Terceira Revolução Industrial, no início da década de 1970. Com relação a esse modelo, Castells (2009, p. 55) destaca que

Levou prosperidade econômica sem precedentes e estabilidade social à maior parte das economias de mercado durante quase três décadas após a Segunda Guerra Mundial, atingiu as próprias limitações no início de 1970, e sua crise manifestou-se sob a forma de inflação desenfreada.

Para podermos compreender as mudanças ocorridas no último meio século no espaço rural brasileiro, é necessário considerarmos o final da Segunda Guerra Mundial. A liderança dos Estados Unidos no mundo capitalista vai atrelando os países e empresas que, no dizer de Pessôa (2000, p. 96), “em simples executores de seus interesses”.

Na área econômica, os países em desenvolvimento passaram de uma agricultura tradicional para a modernização da agricultura. Passou-se do uso maciço de recursos naturais, para a agricultura moderna com o uso de insumos, herbicidas, fungicidas, químicos em geral, equipamentos, máquinas e implementos agrícolas. As técnicas de trabalho foram melhoradas além de uma melhor racionalização das atividades.

Para que as mudanças pudessem ser introduzidas na agricultura dos países em desenvolvimento, difundiu-se a chamada “Revolução Verde”. Havia o objetivo, sob a liderança dos Estados Unidos, em tirar a América Latina, A África e

¹⁶ Desde a Grande Crise de 1929, até fins da década de 1970, a afirmativa de Moraes; Da Costa (1984, p.153), nos faz compreender a relação “campo x cidade” em Santa Catarina, ao afirmarem que “em particular, destaque-se a mudança do caráter do Estado e de sua inserção os negócios privados. Ele não mais se restringirá ao papel de gestor das condições globais de produção (onde amplia a sua ação), tornando-se um ‘parceiro’ privilegiado da atividade econômica em geral. Tomando para si a prerrogativa do planejamento global da economia, manipula o fluxo de dinheiro no mercado financeiro, comando o ritmo de investimentos setoriais segundo sua política econômica, ‘regula’ o mercado de trocas de certas mercadorias vitais (estoques e controle de preços) e interfere diretamente na esfera de produção.

parte da Ásia, da fome. Além disso, difundiam a ideia de que era preciso aumentar a produção e produtividade agrícola em todo o mundo. Fazia-se ainda a prática da experiência no campo da genética vegetal e o uso de técnicas agrícolas modernas. Com relação à este aspecto, Pessôa (2000, p. 96-97), esclarece que

As experiências no campo da genética vegetal visavam criar e multiplicar sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, e resistente às doenças e pragas. Além das transformações da base técnica de produção e consumo norte-americano para as outras áreas do mundo...o padrão de produção consistia na substituição da proteína animal pela proteína vegetal na alimentação humana...o destaque foi para a soja.

A modernização na agricultura, com seus lemas disseminados principalmente pela Organização das Nações Unidas – ONU, tais como “acabar com a fome” ou “alimentos trazem paz ao mundo”, queriam uma produção mais eficiente, substituindo a mão-de-obra por máquinas e o uso de químicos em geral, trazendo lucros e divisas às grandes multinacionais.

As crises de petróleo que se instalaram no correr da década de 1970, especialmente a primeira em 1973 e a segunda em 1979, ameaçavam constantemente e ininterruptamente uma inflação descontrolada, especialmente nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil. Empresas e governos tentaram precipitadamente fazer ajustes e acertos. Os métodos adotados funcionaram mal. Tivemos a chamada “década perdida” de 1980, em virtude da alta inflação, a falta de ajustes, aumento do desemprego, e à uma reestruturação mal feita em todos os setores da sociedade.

A partir da década de 1990, houve um visível esforço a favor da privatização. Castells (2009, p. 55), faz um balanço das reformas que se instalam nesse momento, resumindo-as em quatro objetivos:

Aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público.

O capitalismo global, graças a tecnologia da informação, conseguiu rejuvenescer-se. Ao mesmo tempo, toda a América Latina e a África mergulharam numa recessão galopante, com dependência financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI). As grandes empresas, especialmente os Complexos Agroindustriais (CAIs), saem fortalecidos com as oportunidades oferecidas dentro das inovações tecnológicas e dentro da nova dinâmica da lógica capitalista nas relações de capital e trabalho, e como consequência a busca incessante por lucro.

Percebe-se a concretização no Brasil da política da modernização que se inicia na década de 1950. Em Santa Catarina a Associação catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina – ACARESC foi disseminadora da política da modernização e da Revolução Verde, a partir do momento em que é criada na década de 1950. O setor agrícola vincula-se aos Complexos Agroindustriais (CAIs). A partir de inícios da década de 1990, a ACARESC, foi substituída pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, com a implantação do planejamento estratégico. O autor Gregolin (1999, p. 199), destaca a necessidade de mudanças, ao afirmar que

A primeira delas é a mudança da missão da EPAGRI, de uma missão que visava 'gerar e difundir tecnologias' para outra que objetiva gerar 'conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural'.

Nota-se no Oeste Catarinense uma agricultura empresarial por conta da modernização, onde os Complexos Agroindustriais (CAIs)¹⁷ são fortalecidos. Martins (1980, p. 54), ensina-nos que

Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado. O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro.

¹⁷ No tópico de estudo sobre “Agroindústrias”, neste Capítulo 2, será aprofundada a questão dos Complexos Agroindustriais (CAIs) no Oeste Catarinense.

Dentro desse panorama catarinense e brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970, temos a expansão do plantio da soja no Sul e Centro-Oeste do país. No Sul do Brasil, especialmente no Oeste Catarinense, temos a expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIs), com a expansão dos setores da avicultura, suinocultura e gado leiteiro.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO OESTE CATARINENSE E ITAPIRANGA/SC

Compreender a dinâmica de construção do espaço geográfico-histórico do município de Itapiranga/SC, nos remete inicialmente a analisar e compreender os motivos do estabelecimento dos imigrantes germânicos no Sul do Brasil a partir de 25 de julho de 1824 em São Leopoldo, RS.

Os imigrantes estimulados pelo Governo Imperial e pela Igreja, especialmente a católica, ocuparam inicialmente a região florestal, a qual se estendia partindo da colônia Feitoria (atual Bairro Feitoria) em São Leopoldo, RS, ao longo dos rios dos Sinos, Caí e Jacuí e seus respectivos afluentes. Na virada do século XIX para o XX, era nítida e perceptível a presença maciça, conforme Strieder (1968, p. 9), de “inúmeras povoações, vilas e cidades, que se organizavam em comunidades, abrangendo as áreas próximas, com as típicas ‘granjas isoladas’¹⁸ da região colonial”. As pequenas granjas isoladas obedeciam a um esquema organizacional muito bem planejado pelas empresas

¹⁸ “Granja isolada” era o termo usado para denominar-se no início da colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma pequena propriedade agrícola que possuía uma área média de 25 hectares. Denotava auto-suficiência. Nisto Strieder (1968, p. 15), é muito claro nos seus estudos ao nos ensinar que “é a assim chamada ‘pequena granja isolada’, pois não é possível organizar, numa propriedade de 25 hectares, uma granja de grandes proporções. Todo agricultor procura conseguir sua auto-suficiência, para não ter que recorrer ao vizinho nas suas necessidades”. No início da colonização de Porto Novo (atual Itapiranga/SC), a denominação usual era “die kolonie” – a colônia, ao invés de “granja isolada”, cujas propriedades (colônias) agrícolas podiam variar de 20 a 30 hectares, dependendo da posição geográfica, do relevo ou do corte feito dentro de cada “linha” ou localidade. A maioria das colônias no entanto, possuíam no início, 25 hectares como nas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul.

colonizadoras e entidades religiosas. O autor Strieder (1968, p. 15), através de seu estudo afirma que

O agricultor, ao comprar um lote de terra, verificava, em primeiro lugar, se havia água garantida para seu abastecimento e construía sua residência perto da fonte mais próxima da estrada. Pouco se preocupou em ter vizinho próximo. A distância podia variar de 100 metros a vários quilômetros. Isolava-se, assim, o agricultor, e não fosse o espírito comunitário, já trazido da terra de origem, principalmente para a frequência religiosa e escolar, o colono ter-se-ia tornado um retraído da vivência social.

O pequeno produtor rural podia adquirir, conforme seu capital e posses, uma ou várias “colônias” de 25 hectares. É importante perceber nos estudos de vários autores, que a “Colônia Velha”¹⁹ do Rio Grande do Sul foi o “espelho” e a “mola mestra” para o produtor organizar e construir a sua propriedade agrícola. Acrescenta-se ainda a isso o espírito comunitário, a religiosidade, o associativismo e cooperativismo, além de uma mínima escolarização para os filhos dos pequenos produtores (Curso Primário).

Até o início da colonização de Porto Novo, atual Itapiranga/SC, a história da ocupação alemã passa por três fases. A primeira fase de ocupação dos imigrantes germânicos corresponde ao período de 1824 até o início da última década do século XIX. Conforme Strieder (1968, p. 9), os alemães durante esta fase foram se estabelecendo “nas baixadas do rio dos Sinos, expandindo-se rapidamente em direção à bacia do rio Jacuí. As margens desses rios, foram completamente ocupados em menos de um século...”.

A **Figura 1**, a seguir, mostra as colônias alemãs no Brasil, no período de 1818-1850. No Sul do Brasil, com destaque ao Rio Grande do Sul, o modelo de colonização implantado a partir de 1824, foi o que mais rapidamente prosperou.

¹⁹ A região denominada de “Colônia Velha” ou “Alte Kolonie” - na língua alemã (termo ainda usado entre os idosos de origem alemã em Itapiranga/SC), corresponde aos antigos municípios de São Leopoldo, Montenegro, Taquara, São Sebastião do Caí, Arroio do Meio, Estrela, Lajeado, Santa Cruz do Sul e São Lourenço.

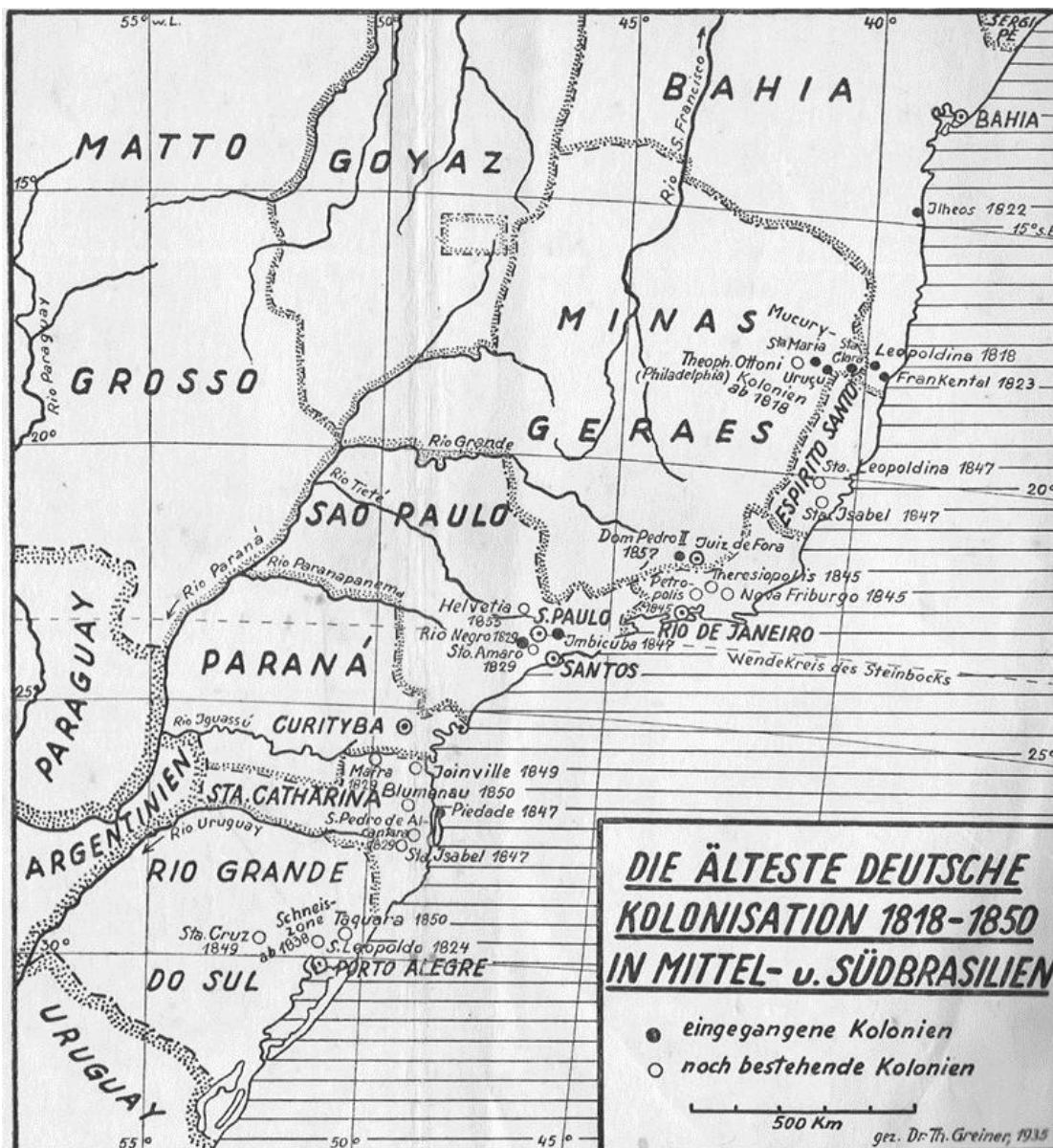


Figura 1 - As colônias alemãs no Brasil no período de 1818 a 1850

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

Com a imigração italiana desde 1875 no Rio Grande do Sul, a expansão germânica foi muito pouca em direção à serra. A região das matas era o destino mais rotineiro. Assim sendo, temos a segunda fase, com a migração alemã para outras regiões, a partir de 1890, conforme explica Strieder (1968, p. 9), para a

região missioneira, onde penetraram em 1890, iniciando-se em Ijuí, com a Colônia Selbach e prosseguindo para Cruz Alta, em seguida para Santo Ângelo com a Colônia Guarani em 1891, daí São Luís Gonzaga

com Sêro Pelado, também em 1891, Sêro Azul em 1902 e a Colônia Boa Vista em 1912; foram igualmente contingentes ao estrangeiro como para a Argentina e Paraguai em 1910.

A **Figura 2**, a seguir, mostra a Segunda e Terceira Fases da colonização por alemães no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).



Figura 2 – As colônias alemãs no sul do Brasil, na 2ª e 3ª fases da colonização

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

A ocupação das terras no extremo oeste catarinense corresponde à terceira fase, de expansão dos alemães, desde sua vinda em 1824. É a grande e significativa expansão de alemães para fora do Rio Grande do Sul. Para a exploração de novos territórios, são organizadas companhias colonizadoras para ocuparem a “Colônia Nova”. A expressão “Colônia Nova” foi muito usada pelos pequenos produtores rurais, que conforme Strieder (1968, p. 9), são “assim chamados pelos agricultores os atuais municípios pequenos e exclusivamente

agrícolas, com imensa massa humana, que ficam na região do Alto Uruguai e Missões”. Inclui, portanto, a colonização dos 100 km ao longo do Rio Uruguai no oeste catarinense, de Porto Novo (atual Itapiranga/SC), Porto Feliz (atual Mondai, SC), Palmitos e São Carlos, conforme ilustra a **Figura 3**.

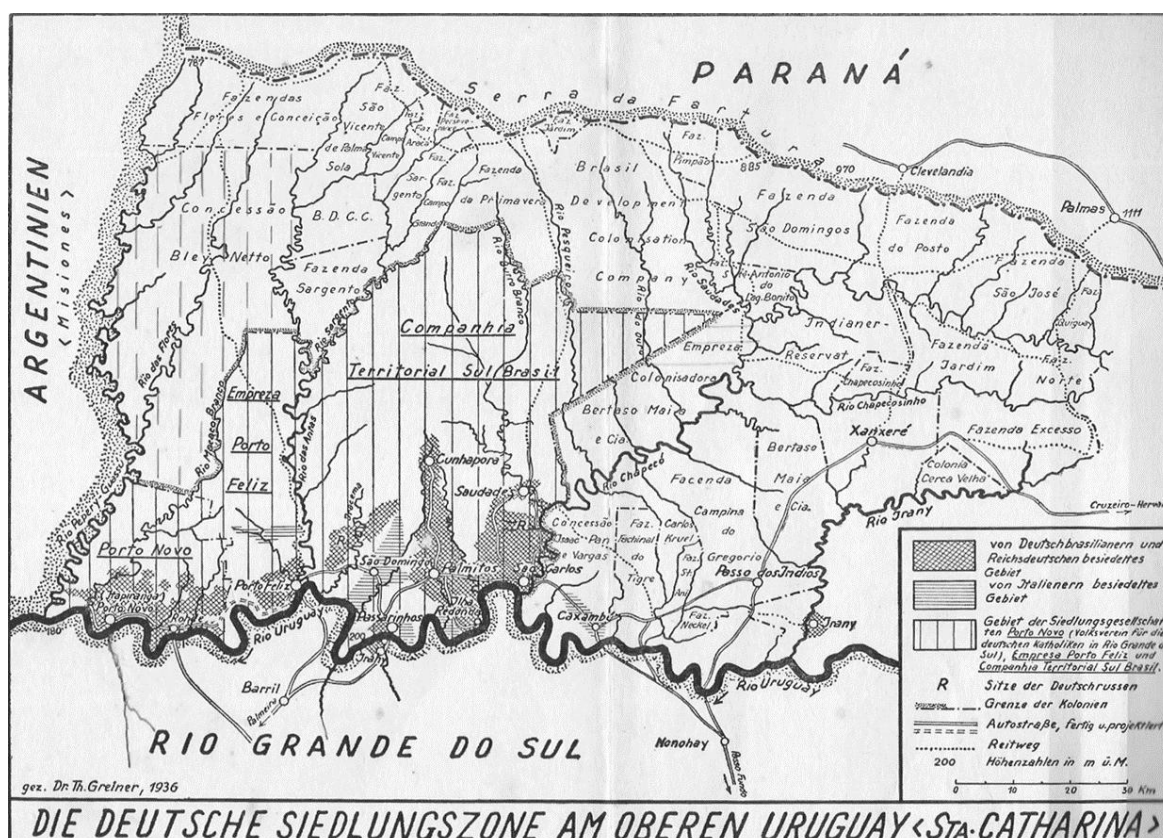


Figura 3 – As colônias alemãs ao longo dos 100 km do rio Uruguai no Oeste Catarinense – 3ª fase da colonização

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

A cultura (especialmente a religiosa), hábitos e o espírito empreendedor e associativista, trazida pelos imigrantes alemães foi se estabelecendo entre os descendentes, marcando presença forte por muito tempo. Foi principalmente a partir da Terceira Revolução Industrial, com o advento do meio técnico científico informacional, que alguns desses traços (especialmente culturais e religiosos) foram se dispersando e se esvaziando em vários territórios de descendência alemã, inclusive em Itapiranga/SC.

A formação do território no Extremo Oeste de Santa Catarina traz como marcas o empenho e o esforço na conquista de suas fronteiras disputadas com o Paraná e a República da Argentina. Traz impregnado ainda o interesse da sua exploração, visando a ocupação e riqueza das suas terras. A região tem como característica marcante ao longo de sua história o interesse político, pela delimitação e demarcação de fronteiras, e, após a grande atração econômica, proporcionando as frentes de colonização, num primeiro momento e segundo momento. Num terceiro e quarto momento temos o esgotamento da ocupação das terras, via colonização e sucessão hereditária e nas décadas de 1980 e 1990, temos uma crise nas pequenas propriedades agrícolas familiares, como efeitos da modernização agrícola. A partir de um momento mais recente, especialmente a partir da década de 2000, temos uma revitalização das propriedades agrícolas familiares, onde a sucessão hereditária, a pluriatividade e a advento de Universidades com Cursos de graduação em várias cidades, são aspectos relevantes na retenção do jovem nas pequenas propriedades agrícolas.

O território do Extremo Catarinense teve seu processo de colonização efetuado a partir da década de 1920, após o tropeirismo ter aberto os primeiros caminhos e pontos de fixação dos primeiros agricultores, e após ser resolvida a questão dos limites com o Paraná e com o término da Guerra do Contestado. Antes, porém da colonização, já havia os caboclos ou *walt leufer* (andarilhos do mato, que se ocupavam da exploração da madeira e da exploração da erva mate). Inicialmente o território fora ocupado mais ao longo do Rio Uruguai e num segundo momento em direção à fronteira com o Estado vizinho do Paraná. A **Figura 4**, a seguir, mostra a Colônia Porto Novo, no bojo inicial.

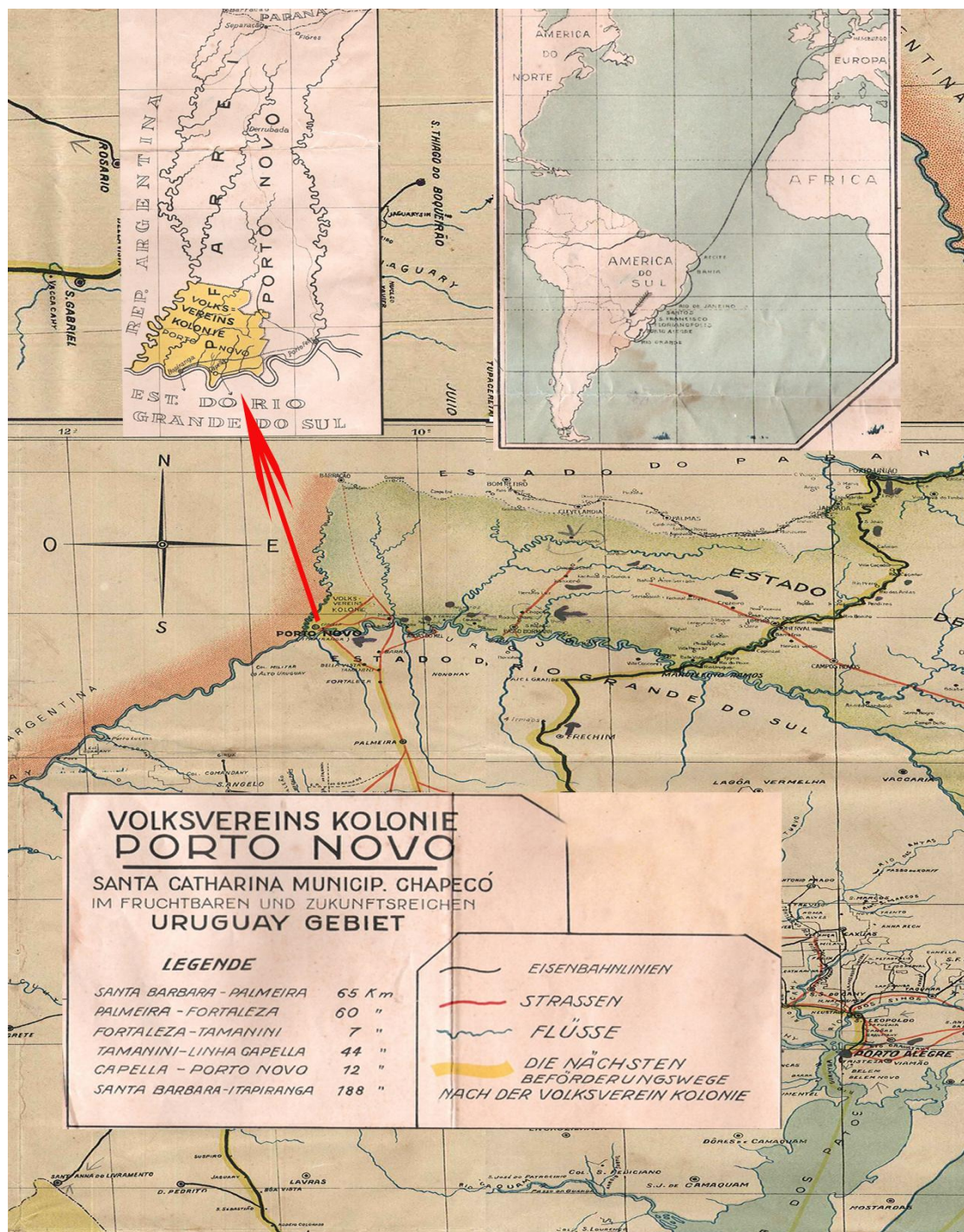


Figura 4 – A colônia Porto Novo do projeto “Volksverein” (Empresa Chapecó Peperi-Guaçú), e sua localização

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

No processo de ocupação e colonização de Porto Novo desencadeado pela Sociedade Popular Católica – “Volksverein”, conforme o autor Heinen (1997,

p. 9), tudo somente foi possível “à luta incansável de três padres jesuítas: Pe. Theodor Amsdat, Pe. João Evangelista Rick e o Pe. Max Von Lassberg”.

O Pe. Amstadt, o primeiro nome citado, foi um incansável líder à favor dos pequenos produtores rurais, com especial destaque à favor do associativismo e cooperativismo. Organizou os primeiros congressos rurais, chamados de “Katholikentage” (Dia dos Colonos), destinados às lideranças teutas do Sul do Brasil. Em 1912, ajudou a criar a Sociedade União Popular (Volksverein). No ano de 1904, já havia se engajado para a criação de um sistema bancário para os agricultores e população das colônias teutas, a chamada “Sparkasse” (Caixa Econômica). Na colônia Porto Novo (atual Itapiranga), a Cooperativa de Crédito²⁰ foi criada em 1932, que funciona até hoje.

O segundo sacerdote, o Pe. Rick, foi outra liderança incansável à favor dos teuto católicos. Veio como imigrante missionário e professor. Foi auxiliar do Pe. Amstadt e Secretário Geral da “Sociedade União Popular” (Volksverein). Teve uma função decisiva nas compras das terras de Porto Novo. Conforme Heinen (1997, p. 73), citado por Rambo (2005, p. 63), isso porque

Como Secretário Geral da “Sociedade União Popular” teve função destacada na compra das terras e no início da Colonização de Porto Novo. A nova colonização seria no Rio Grande do Sul, a exemplo de Cerro Largo e Santo Cristo. Mas, em virtude da Maçonaria, do Positivismo e em consequência da guerra, o governo gaúcho deixou de autorizar colonizações exclusivas para católicos alemães, como era o desejo da Sociedade União Popular. Então o olhar colonizador dirigiu-se para Santa Catarina, para a região mais próxima de Cerro Largo, para a “Empresa Chapecó-Peperi Ltda.”, de Porto Feliz. A compra da terra foi acertada para 28/01/1926. A negociação baseava-se apenas nos mapas da Colonizadora. O Pe. Rick sentiu o peso da responsabilidade do empreendimento e fez questão de ver antes a terra em questão. Viajou sozinho, incógnito para quase todos os lugares, com as dificuldades de chegar a Mondaí, na época. Aí contratou canoeiros para os 40 km Uruguai abaixo, conhecido apenas por balseiros. Viu e gostou da terra.

Os 2.340 lotes rurais comprados sob a liderança do Pe. Rick, foram financiados pelas poucas “Caixas Rurais” da época aos pequenos produtores rurais. Ao pequeno produtor rural, na compra de um lote de terra (colônia de 25 hectares), normalmente era exigida uma parcela de entrada e o restante podia ser

²⁰ A análise da Cooperativa de Crédito, com rápido enfoque histórico, receberá um sub-capítulo nesse trabalho, dado sua importância para o território de Itapiranga/SC e Oeste Catarinense. Atualmente, sua denominação é de Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – SICOOB-SC/CREDITAPIRANGA.

parcelado. O pagamento parcelado era um atrativo e uma facilidade a mais para a compra dos lotes de terras; podia assim, ser pago com a produção agrícola e venda de animais. Isso ajuda a compreender porque agricultores com poucas condições financeiras e pouco capital se aventuravam, na longínqua selva de Porto Novo no início da colonização, longe de tudo e de todos.

O terceiro grande líder, o sacerdote Lassberg foi colaborador dos colegas padres Amstadt e Rick. O Pe. Max Von Lassber entrou na colônia Porto Novo com a leva dos vinte primeiros agricultores e pretendentes para o reconhecimento do novo território. Rezou a primeira missa em 26 de abril de 1926, que ficou registrado como o dia da fundação da Colônia. Foi ainda idealizador e dirigente do “Congresso Rural” de Porto Novo, realizado na Sociedade Kolping no ano de 1934.

Quando da vinda dos primeiros colonizadores em 1926, há indícios e provas de ocupação de partes das terras anteriormente. Isso fica evidente nos relatos sobre a presença de pessoas que deixaram vestígios de couro, metais e clareiras no meio da floresta, plantação de laranjeiras e diversos outros vestígios. O autor Heinen (1997, p. 91), ensina-nos que

Já sabemos que havia moradores antigos em Porto Novo: remanescentes dos corrientinos, argentinos e paraguaios? Fugidos do Rio Grande do Sul na Revolução Federalista? Em 1926 havia várias famílias morando em diversas localidades ao longo do rio Uruguai. O temido Fausto e outros bandidos do Peperi. O velho Alves e Borba pouco acima, amigos dos colonos e padres. Teodoro Pompeo, na barra do Tigre, Guarita acima, o melhor fornecedor de mantimentos e de mudas às primeiras famílias de agricultores.

Os grupos pioneiros no início da colonização, geralmente vinham sem as famílias. Era mais comum, no início da colonização a vinda dos homens solteiros, para a derrubada das matas e organização das primeiras lavouras, além da construção de casas e galpões. Quando instalados, ou após a primeira safra agrícola, buscavam a família ou casavam.

Até a década de 1930, a vila de Porto Novo, como pode ser verificado pela **Foto 1**, tinha poucas casas e as casas comerciais eram raras.

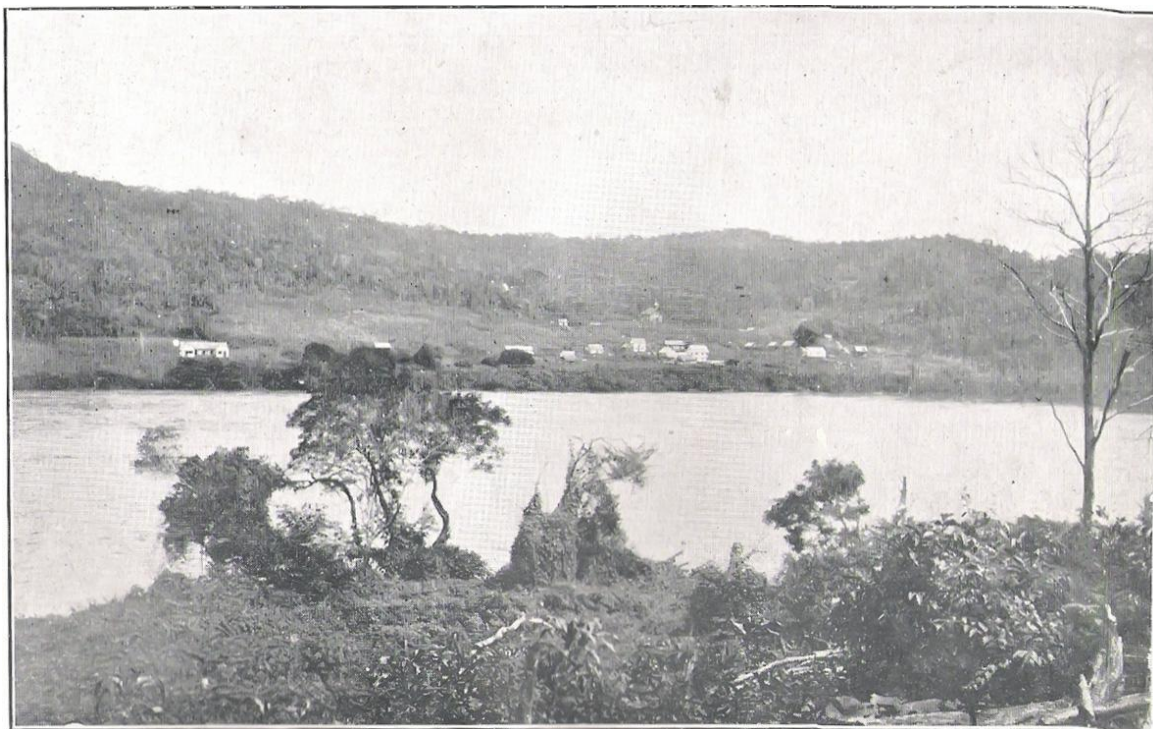


Foto 1 – A vila de Porto Novo por volta de 1930

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

Na **Foto 2**, na vila de Porto Novo, aparece um dos poucos hotéis que abrigava os imigrantes, que vinham das Colônia Velhas do Rio Grande do Sul.



Foto 2 – Núcleo urbano de Itapiranga prosperando, em inícios da década de 1930

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

A **Foto 3**, mostra a primeira casa comercial e o primeiro hotel do interior do município, localizado na Linha Sede Capela. No prédio comercial de dois pisos, funcionava uma ampla loja no primeiro pavimento e o hotel no segundo pavimento. Os hóspedes do hotel eram geralmente pequenos produtores, imigrantes teuto católicos, vindos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul.



Foto 3 – Comercial Schoeler - uma das primeiras casas comerciais e um dos primeiros hotéis de Porto Novo – localidade de Sede Capela - ano de 1928

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

A religiosidade era muito forte dos teuto católicos que se instalavam em Porto Novo. Eidt (1999, p. 83)²¹, com relação á religiosidade das famílias teuto-católicas, afirma que

²¹ A obra de Eidt (2009) aprofunda com mais detalhes a função normativa do clero e pode ser considerada um verdadeiro clássico da Antropologia Cultural, ao descrever a vida cotidiana dos teuto católicos, que transcorria na Antiga Porto Novo até a atualidade (no município de Itapiranga). Em seu livro “Os sinos se dobram por Alfredo”, o personagem central “Alfredo” é a representação da rigidez de uma cultura e de uma sociedade católica fechada; mas, sociedade

A função normativa que o clero mantinha sobre a população, aliada à figura do professor comunitário, com todas as suas prerrogativas sociais e religiosas, foi determinante para a manutenção de uma homogeneidade no Projeto Porto Novo.

As famílias com numerosos filhos era uma característica marcante em Itapiranga/SC, em parte justificada pela religiosidade de suas lideranças e de seu povo. Esta característica começa a declinar a partir da década de 1970.

No início da colonização de Porto Novo, os moradores das pequenas propriedades, “die kolonie”, ou, das colônias, como eram chamadas, ficavam dispersos nas diferentes localidades ou “linhas”²². A distância entre os moradores podia variar de 100 metros a vários quilômetros. Já a distância do centro de cada “linha”, até o último morador desta mesma localidade, obedecia a um planejamento feito pela empresa colonizadora de uma distância média de quatro quilômetros. Apenas as localidades maiores, planejadas como vilas e distritos, fugiam à essa regra, onde as distâncias podiam chegar a seis quilômetros ou até mais. O autor Strieder (1968, p. 11), ao analisar os prolongamentos das colônias teutas no Rio Grande do Sul, salienta que o planejamento seguia uma organização “para que as distâncias ao centro fossem regularmente distribuídas”. Desde o início da colonização de Porto Novo, cada localidade procurou conseguir sua relativa auto-suficiência. Para isso se concretizar, foi obrigatório no mínimo, a construção de uma escola, da capela e do clube social. Neste sentido a Igreja Católica incentivou

Até inícios da década de 1930, os meios de transporte eram precários e as estradas eram péssimas. A travessia do rio Uruguai para ir do Rio Grande do Sul a Porto Novo (Santa Catarina) ou vice-versa, era feito com barcos a remo, como fica evidenciado na **Foto 4**.

essa, que carrega ao mesmo tempo o triunfo do desenvolvimento e do progresso. Recomenda-se a leitura do livro na íntegra, para conhecer-se mais sobre a religiosidade, cultura, economia e sociedade do território de Itapiranga/SC.

²² Os territórios a serem ocupados por colonizadores teutos tinham um planejamento feito pelas Companhias Colonizadoras, no caso de Porto Novo, o “Volksverein”. Esses territórios eram divididos em faixas ou “linhas” e recebiam inicialmente um número. Esse número de cada “linha” posteriormente recebia um nome, sob a liderança da Igreja Católica (párocos locais). Nem sempre os moradores das localidades eram consultados sobre o nome a ser adotado.

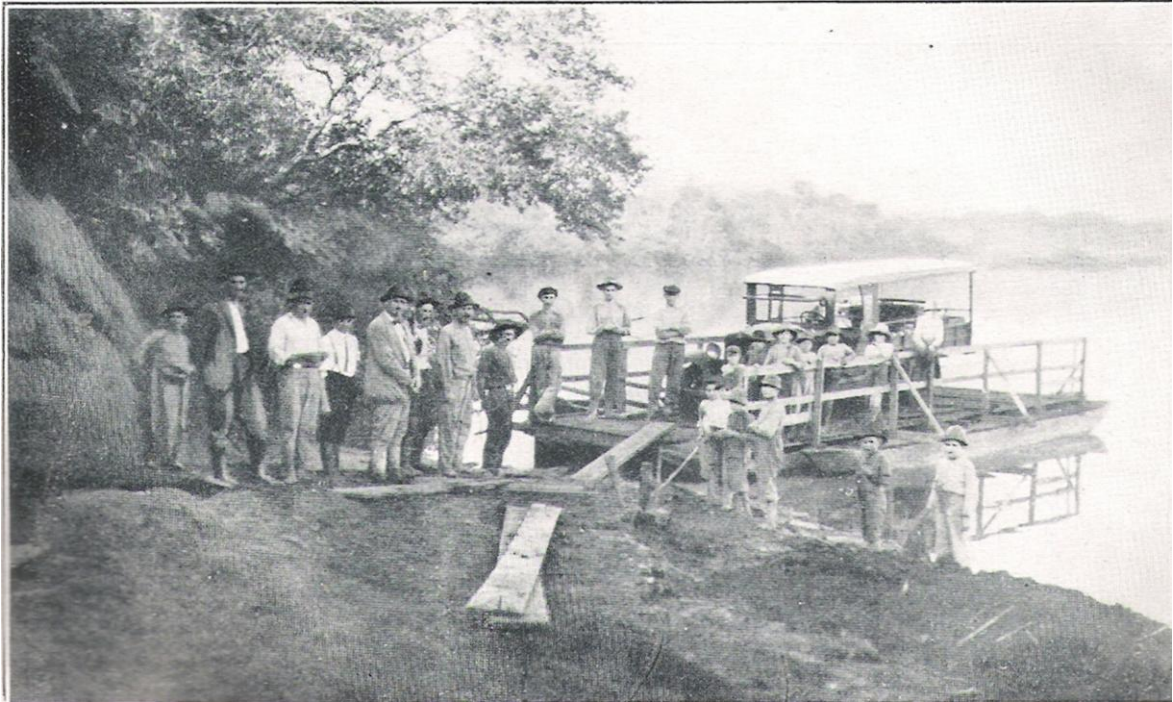


Foto 4 – Travessia sobre o rio Uruguai do lado catarinense para o lado riograndense, e vice-versa, feita inicialmente com barcas movidas a remo. (foto do início da década de 1930).

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

Além disso, as casas no início da colonização eram muito simples. Após a década de 1930, as construções e o estilo arquitetônico recebem influência europeia, especialmente alemã. Inicialmente construía-se uma casa estilo galpão, que, após a construção da casa definitiva era desocupada pela família, sendo a antiga construção reaproveitada para o trato dos animais, além da guarda da safra agrícola e implementos agrícolas, como mostra a **Foto 5**.



Foto 5 - Estrutura de uma propriedade agrícola familiar no início da colonização de Porto Novo– casa de madeira nova e a antiga casa que serve como galpão para a guarda dos excedentes agrícolas, instrumentos de trabalho e trato de animais – inícios da década de 1930

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

Além disso, as construções e o estilo arquitetônico de influência europeia, especialmente alemã, estão presentes por todo território itapiranguense, especialmente nas localidades de Linha Sede Capela e Linha Presidente Becker, como mostra a **Foto 6**.



Foto 6 - Estilo arquitetônico europeu – casa de madeira de um pequeno produtor rural e a presença do cavalo como importante meio de transporte - no início da colônia Porto Novo – inícios da década de 1930

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

Quando da vinda dos primeiros colonizadores, foram encontrados remanescentes de pequenos grupos indígenas (não mais em estágio primitivo) e caboclos (“waldlaufer” ou os andarilhos do mato). Os indígenas viviam em pequenos bandos próximos aos rios. Conforme pesquisas feitas pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, S.J.²³, demonstram e permitem concluir que a maioria dos sítios arqueológicos em Itapiranga/SC, são tipicamente guarani e se concentravam principalmente às margens do rio Uruguai.

Os “waldlaufer”, caboclos andarilhos do mato, quando da chegada dos primeiros colonizadores, passam gradativamente a ter um contato e

²³ Baseado em relatos deixados em artefatos, utensílios e fósseis humanos do grupo indígena guarani, no Museu Comunitário de Itapiranga/SC, e no Museu do Homem do Sambaqui, localizado junto ao colégio Catarinense, na cidade de Florianópolis, SC.

relacionamento de trabalho, favores e fazem trocas comerciais com os alemães católicos. O autor Jungbluth (2000, p. 68), descreve os “waldlaufer” afirmando que eram “brasileiros antigos de origem incerta, todavia o mais provável é que tenham vindo de diversas regiões e foram se miscigenando”. A relação nem sempre foi muito amistosa entre alemães e caboclos. De uma maneira geral os caboclos quase todos passaram a serem subordinados ou atrelados aos alemães. Socialmente não podiam se integrar com os alemães e assim os caboclos formavam grupos à parte. Não foi por acaso que a maioria foi sendo expropriada e há relatos de outra leva de caboclos expulsos de seu lugar e da terra que ocupavam. Em relação aos caboclos, o genocídio praticado pelos colonizadores alemães foi mais comum do que o etnocídio. A partir da década de 1930, os caboclos vão sendo absorvidos pelas empresas madeireiras, preocupadas na exploração da madeira para posterior venda na República da Argentina. O transporte da madeira da colônia Porto Novo até o vizinho país da Argentina era feito por balsas, como ilustra a **Foto 7**.



Foto 7 - Balsas ancoradas no rio Uruguai, na colônia Porto Novo. balseiros num momento de descanso, no início da década de 1930. O transporte de madeiras até a Argentina era constante em épocas de enchente.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

A exploração e a venda da madeira, para o país vizinho da Argentina, era nas primeiras décadas da colonização uma importante renda para os pequenos produtores e empresas exploradoras. As empresas aproveitavam a mão-de-obra cabocla para fazerem a “limpeza” das futuras áreas agrícolas, com a derrubada da floresta, onde a madeira de lei, especialmente a canafístula, angico, grápia, cangerana, louro, cedro e outros, com bom valor comercial no país vizinho. Para a limpeza, retirada e transporte da madeira, parte dos serviços eram feitos na troca da própria madeira. Após a limpeza das áreas, a prática mais usual era a coivara, com a queima da sobra dos vegetais sem grande valor comercial, para o preparo das áreas agrícolas.

É interessante observar com relação ao trabalho inicial para a “limpeza” das áreas agrícolas, especialmente a retirada e transporte da madeira, que o recrutamento de homens ocorria mais nas épocas de enchentes no Rio Uruguai. Bellani (1997, p. 72) salienta que “esses grupos eram constituídos por homens

brasileiros, recrutados, na maioria das vezes nas épocas de enchentes, à beira do próprio rio, sem garantia ou proteção alguma de legislação”. Além disso, Bellani (1997, p. 71-73) faz referência à riqueza da madeira de lei existente no Vale do Rio Uruguai e a cobiça da Argentina por ela. Enumera alguns perigo “em relação a contraventores da lei” e o contrabando e roubo da madeira. Na Argentina a madeira entrava, conforme Bellani (1997, p. 73), “sem guias de exportação corretas e legais”. Com isso o Estado de Santa Catarina perdia muitos impostos e na visita do Governador Adolfo Konder a Chapecó e na colônia Porto Novo, teve como grande pauta, no dizer de Bellani (1997, 74), “a necessidade de uma legislação rigorosa sobre a inspeção da lamentável devastação das matas, na região de Chapecó”.

A ocupação do território de Porto Novo, atual Itapiranga/SC, começa a ser feita inicialmente nas “linhas” ou localidades encostadas ao rio Uruguai. É o exemplo de Linha Chapéu, Linha Sede Capela, Linha Dourado, Linha Santa Fé e Linha Laranjeira. No período de 1930 a 1938, são ocupados São João e Linha Becker. No período de 1938 a 1945 não houve imigração, apenas deslocamentos de famílias e pequenos produtores localizados ao longo do rio Uruguai para o interior do município. Já no período de 1945 a 1955, ocorreu a ocupação da Linha Aparecida e Linha Glória. A ocupação do restante das colônias ocorreu no período de 1955 a 1969.

A metade dos lotes coloniais de Porto Novo, foram negociados pela empresa colonizadora “Volksverein” em apenas cinco anos. Após isso, a vinda de teutos católicos foi diminuindo gradativamente, e, em 1969, já não havia mais lotes coloniais disponíveis.

Politicamente foi marcante para Itapiranga, conforme Rambo (2005, p. 74), “a sua passagem para Distrito em 1931, e, para município em 14 de fevereiro de 1954, sendo o senhor Wilibaldo Schoeler o primeiro Prefeito”.

É preciso destacar, que nos primeiros anos da colonização de Porto Novo, os pequenos produtores e moradores passaram por dificuldades. A base da economia era a policultura, com uma produção agrícola baseada na plantação do milho, feijão, arroz, mandioca e criação de animais e aves, para a subsistência e venda no comércio local. A banha do porco nos primeiros anos da colonização era uma boa renda. Além disso, o tabaco, o arroz, o trigo e o milho também são

comercializados. A exploração e venda da madeira, já citada, era outra fonte de renda para muitos pequenos produtores. As primeiras décadas da colonização possuem suas dificuldades e elas são relatadas por Fausto (1997, p. 123), ao afirmar que

A propaganda do Governo e dos particulares interessados em colonizar certas áreas nem sempre correspondia à verdade, já que em geral apresentavam as condições de vida e de produção como excelentes. Principalmente nos primeiros tempos as dificuldades sempre se apresentaram muito grandes. As estradas eram péssimas e o afastamento de centros consumidores tornavam, não raro, o escoamento inviável. Além do mais, justiça, escola e igreja eram muitas vezes inacessíveis devido ao isolamento dos núcleos coloniais. Poucas áreas puderam contar com uma rede ferroviária que facilitasse os contatos.

As dificuldades encontradas pelos moradores no início da colonização de Porto Novo eram superadas graças ao espírito de cooperação e muita disciplina. Nas primeiras décadas, sem a cooperação, ajuda das entidades religiosas, os obstáculos teriam sido ainda maiores. Assim sendo Porto Novo cresceu e prosperou sob a atuação enérgica da Igreja Católica.

A Igreja Católica foi representada pela atuação de três influentes ordens religiosas no município de Itapiranga: as Irmãs da Divina Providência, os Padres Jesuítas e os Irmãos da Sagrada Família. As irmãs, com destacada atuação na saúde e educação de 1938 até hoje; os jesuítas (a partir de 1949) e os irmãos (meados da década de 1960), até os dias de hoje, dedicados na educação do Ensino Médio e Profissionalizante.

As grandes dificuldades enfrentadas pelos colonizadores do município de Itapiranga/SC, especialmente a “crise da banha” em inícios da década de 1930, em virtude da Crise do Crack da Bolsa de Valores de Nova York, onde o produto deixa de ser exportado e a perseguição durante a Segunda Guerra Mundial aos teuto católicos, deixaram marcas profundas. Além do mais, a falta de produtos no mercado para o consumo, as dificuldades na venda dos excedentes dos produtos agrícolas, em nada intimidaram a organização, a associação e a cooperação para o desenvolvimento do município.

No correr da década de 1960, verifica-se no município de Itapiranga, conforme Rambo (2005, p. 78), “um expressivo excedente de produtos coloniais, produzidos na pequena propriedade, caracterizada pela policultura. Em especial

destaques estavam o milho e a criação de suínos”. A partir deste período, os pequenos produtores rurais, juntamente com as lideranças locais formaram a chamada Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – COMUDE, pois perceberam a necessidade em se organizar para agregar valor aos produtos agropecuários, dar um melhor impulso ao desenvolvimento local e a necessidade de uma educação voltada para aprendizagem e aplicação de técnicas agrícolas. Assim sendo, conforme salienta Rambo (2005, p. 78),

após cuidadoso diagnóstico e levantamento, as lideranças do município chegaram à conclusão que era urgente para o município a construção de um frigorífico, para o abate de suínos, de uma laticínios e de uma escola agrícola.

O frigorífico para abate de suínos, denominado inicialmente de Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – SAFRITA foi fundada em 1962 e inaugurada em 19 de fevereiro de 1967. O controle acionário era formado por um grupo de itapiranguenses, até o ano de 1981, quando foi vendido à Seara Alimentos S.A. Com a vinda da Seara Alimentos S.A., iniciou-se também o abate de frangos. Atualmente a agroindústria abate somente frangos, que se destinam à exportação para a Europa e Ásia.

A construção de uma indústria de laticínios também foi um marco importante. Fundada em sistema de cooperativa no ano de 1962, teve sua instalação no ex-distrito de São João, hoje município de São João do Oeste. Atualmente o município de Itapiranga não possui uma indústria de laticínios instalada em seu território, no entanto, empresas particulares compram o leite resfriado, transportando-o para outras cidades para ser beneficiado. A Cooperativa de Itapiranga – a Cooper A1, adquire o leite de associados, transportando-o resfriado para ser beneficiado na Cooperativa Aurora na cidade de Pinhalzinho, SC. É importante ressaltar, que as pequenas propriedades agrícolas familiares do município de Itapiranga, tem na produção do leite uma das mais importantes fontes de renda.

A criação de uma Escola Agrícola e Profissional foi preocupação e discutida pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMUDE, em inícios da década de 1960. O educador e líder comunitário, Professor Pe. Oscar Puhl, S.J., foi um dos coordenadores para a instalação da Escola Agrícola

e Profissional. Em seu estudo, Sehnem (2001, p. 59), ressalta a importância desse empenho e liderança, afirmando que “todo o processo do projeto, contatos, visitas, coletas, convênios com o governo nacional (Brasil) e internacional (Alemanha), foi coordenado pelo Padre Oscar Puhl, S.J.”. No entanto, para que a escola agrícola virasse realidade, os esforços foram comuns, com a coordenação do grande líder Pe. Oscar Puhl, conforme Sehnem (2001, p. 60), ao afirmar que “para que o fato se concretizasse, o município de Itapiranga empenhou-se através dos representantes das diferentes entidades, somando forças juntos...”. A Escola Agrícola e Profissional, sonho das lideranças e da população da região, começou a operar em 1980, com o denominado “Colégio Agrícola São José”, em convênio com a Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC, através do Curso Profissionalizante em Agropecuária. O Curso de Técnico Agrícola em Agropecuária está atualmente ligado ao Instituto São Canísio, dos Padres Jesuítas, localizado na Linha Sede Capela, no município de Itapiranga, SC. O Curso em Agropecuária tem destaque estadual e nacional pelas avaliações feitas entre os colégios agrícolas de Santa Catarina e do Brasil.

O município de Itapiranga, ao longo de sua história, inseriu-se em quatro importantes fases, que podem ser assim destacadas: a) colonização e ocupação das terras de 1926 até fins da década de 1960 e a economia é baseada no setor agropecuário, com destaque ao milho, criação de suínos, grãos e cereais diversos para a subsistência; b) falta de terras para os filhos das famílias numerosas, investimentos em outras regiões como Paraná, República do Paraguai e Centro-Oeste do Brasil, no período de fins da década de 1960 até inícios da década de 1980; c) expropriação, crise global, efeitos negativos na agricultura em virtude da aderência brasileira à economia neoliberal. Abandono do meio rural local. Migrações de itapiranguenses em direção às regiões das “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul; readaptação das agroindústrias ao novo modelo neoliberal; desemprego e crise na agricultura, no período das décadas de 1980 e 1990; e, d) vigência do advento das novas ruralidades, foco desse estudo, como nova dinâmica propulsora para a retenção dos jovens e famílias ao meio rural, do ano 2000, até os dias de hoje.

O quadro evolutivo da ocupação populacional no município de Itapiranga, a partir da década de 1990, conforme **Tabela 01**, mostra uma

retomada no crescimento populacional na última década, muito em virtude das novas oportunidades de trabalho, tanto no meio rural, como no meio urbano. A relação campo x cidade no município de Itapiranga, apresenta-se revalorizada com novas dinâmicas de trabalho e investimento. A Agroindústria Seara Alimentos S.A., reestruturou-se ao exigente mercado mundial do comércio de carne de frango, empregando em trono de 3.500 funcionários. Além disso, temos o “ator pluriativo”²⁴, onde é comum, um elemento de uma família de pequenos produtores rurais se ocupar de funções agrícolas e não agrícolas para aumentar sua renda. No caso de Itapiranga, a empresa que mais emprega o pluriativo é a Seara Alimentos S.A.

Tabela 01 – Quadro evolutivo da ocupação populacional no município de Itapiranga/SC.

ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	15.240	4.536	10.704
1996	14.996	5.504	9.492
2000	13.980	5.592	8.388
2010	15.430	7.635	7.795

Fonte: IBGE – Censo 2010.

O município de Itapiranga/SC, possuía inicialmente uma área total de 581,5 km², conforme pode ser visto nas **Figuras 5 e 6**.

²⁴ Para mais detalhes sobre o esse tema recomenda-se a leitura completa do trabalho de RAMBO, Nestor Francisco. **Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade: tentando compreender a relação campo x cidade no município de Itapiranga (SC)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências da UFRGS, 2005.

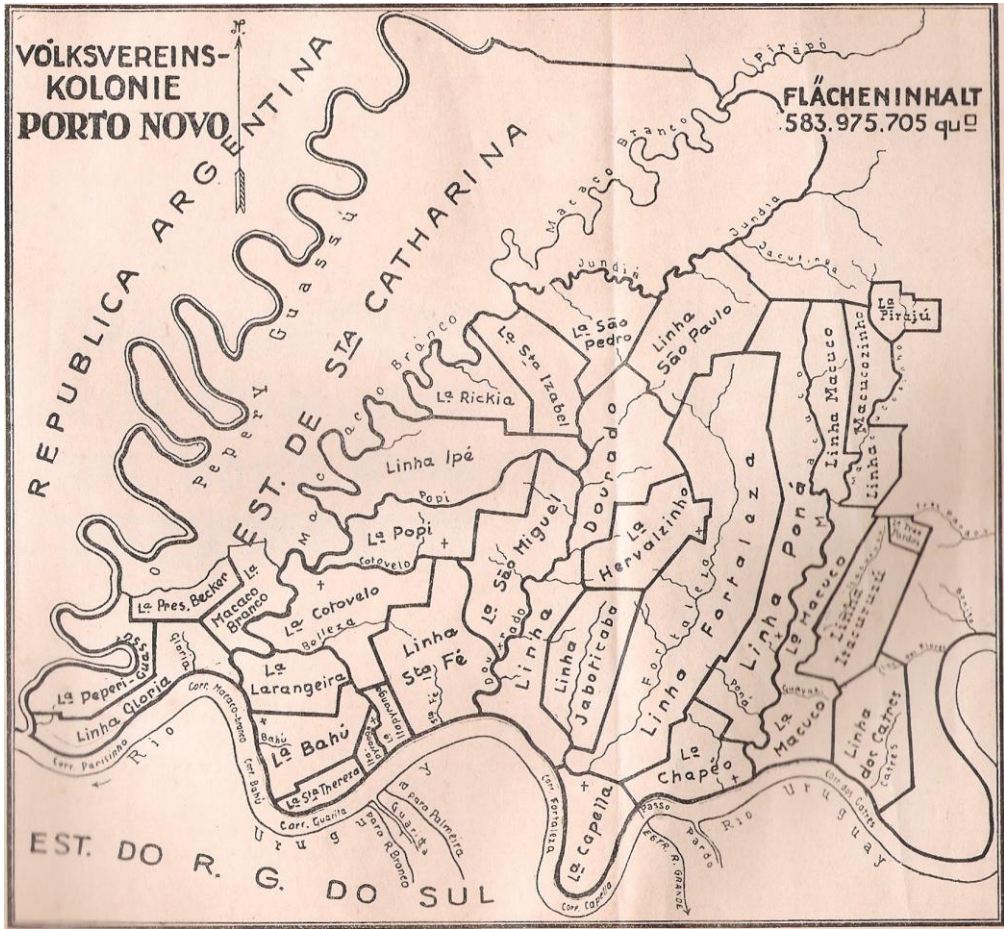


Figura 05 – Colônia Porto Novo no início da colonização, em 1926.
 Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

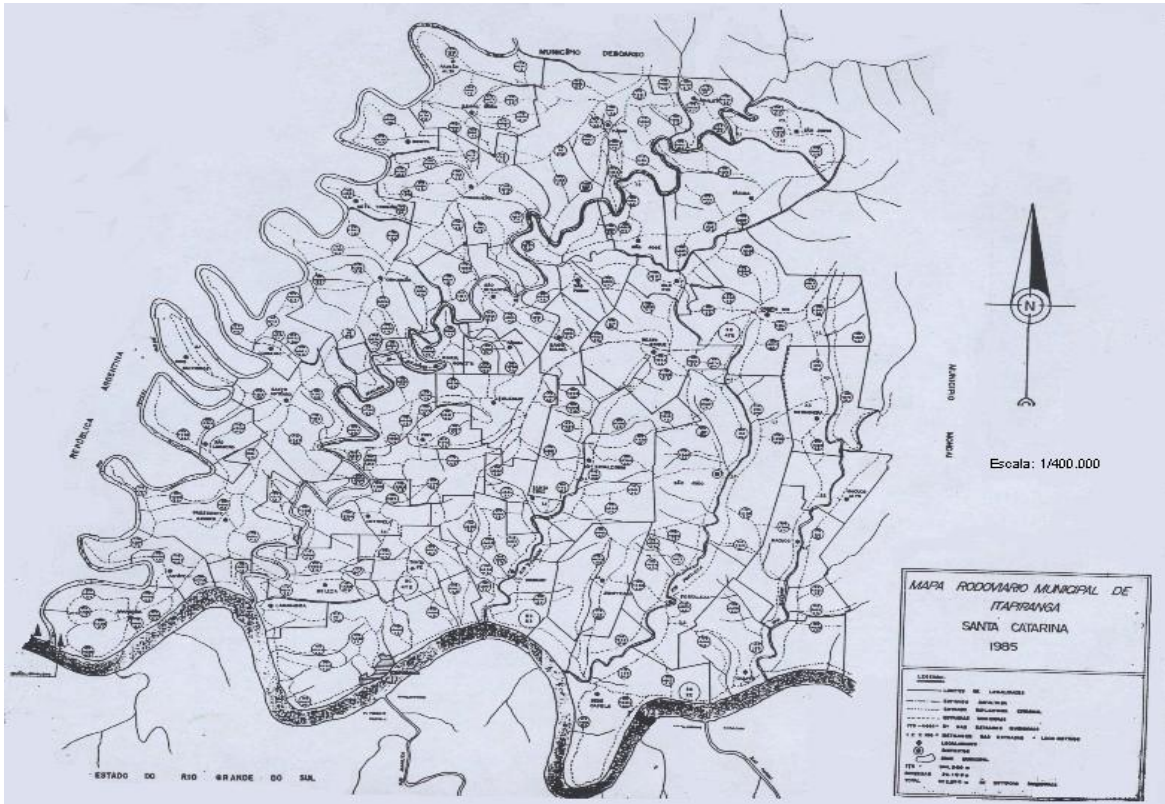


Figura 06 - Mapa do município de Itapiranga antes do desmembramento de seus ex-distritos de Tunas (hoje Tunápolis) e São João (hoje São João d'Oeste)

Fonte: Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC. 2011.

Com o desmembramento de Tunas no dia 01 de janeiro de 1989 e São João em 01 de março de 1993, Itapiranga perdeu respectivamente, para os municípios de Tunápolis uma área de 133,8 km² e São João do Oeste, uma área de 161,6 km².

Atualmente, restam para o município de Itapiranga, uma área de 286,1 km², com os desmembramentos dos ex-distritos de Tunas e São João, respectivamente, municípios de Tunápolis e São João do Oeste, conforme nos mostra a **Figura 7**.

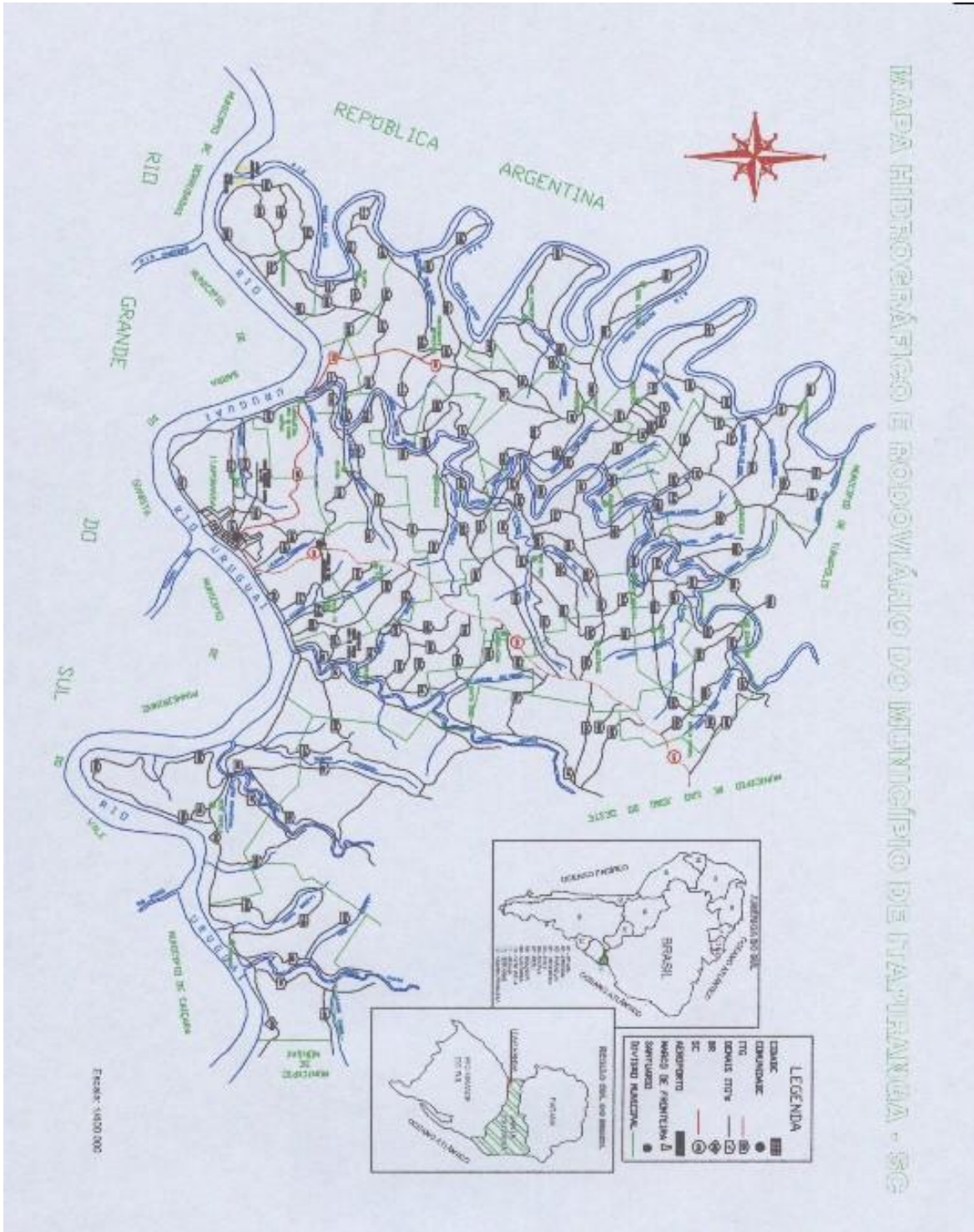


Figura 7 – Mapa do município de Itapiranga/SC, na atualidade.

Fonte: Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC. 2011.

Na atualidade, o núcleo urbano de Itapiranga/SC, possui quase o mesmo número de habitantes do que o meio rural. A **Tabela 01** ilustra essa

diferença que é mínima. Também houve uma redução no número de moradores no meio rural, nos últimos dez anos.

A **Fotos 8**, mostra aspectos gerais do centro da cidade de Itapiranga.



Foto 8 – A cidade Itapiranga/SC, na atualidade.

Fonte: Acervo particular do Foto Stúdio Marino, da cidade de Itapiranga/SC. Ano 2009.

2.3 A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL EM ITAPIRANGA/SC, COMO EXEMPLO DE COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO

A colonização e o desenvolvimento de Porto Novo (atual Itapiranga) foram possíveis em grande parte, pela organização e espírito associativo das lideranças dos pequenos produtores e população em geral desde o início de sua ocupação. Assim sendo, conhecer um pouco do histórico do espírito empreendedor da primeira Cooperativa de Crédito Rural de Santa Catarina e sua evolução até os dias de hoje, inspirada inicialmente no “modelo Raiffeisen” da Alemanha, é de suma importância.

A Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, tem uma longa e brilhante trajetória que inicia na década de 1930, tendo como líder maior o Pe. Theodor Amstadt, S.J. Desde o início os objetivos principais foram o de ajudar os pequenos produtores, financiando terras, aquisição de implementos agrícolas e melhorias das benfeitorias nas pequenas propriedades agrícolas. Dessa forma, potencializa o espírito empreendedor dos pequenos produtores rurais.

O Pe. Theodor Amstadt, S.J., procurou constituir no Brasil, nas colônias de origem alemã, cooperativas inspiradas no “modelo Raiffeisen”. Para compreendermos a adoção desse processo no Brasil, precisamos recorrer à Europa do Século XIX. Um século após o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, é consolidado o cooperativismo formal, onde vinte e oito tecelões (vinte e sete homens e uma mulher) fundam a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Este “esforço conjunto” do grupo é conhecido, conforme Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 9), como sendo “o primeiro passo do movimento cooperativista do mundo”. Criaram uma loja onde pudessem vender seus produtos fabricados. Assim sendo, conforme estudos publicados em Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 9), o grupo dos tecelões “fundaram uma cooperativa de consumo e para administrá-la, elaboraram boa parte dos princípios e diretrizes que regeriam o cooperativismo em todo o mundo nos séculos seguintes”.

No início, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, ou a Cooperativa de Rochdale, como ficou sendo conhecida, gerava desconfiança na pequena cidade inglesa de Rochdale. Mas a boa gerência, a honestidade e os bons resultados traziam sobras de capital. Para resolver a questão das sobras de capital e como (re) investi-lo, destaca-se o princípio norteador da democracia. A obra Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 9) trabalha a questão, afirmando que

Em busca da resposta (‘o que fazer com as sobras de capital?’), os pioneiros elaboraram vários princípios norteadores, entre os quais se destacavam o controle democrático, dando a cada sócio o direito a um voto. Assim os associados, em posição igualitária, decidiram o destino das sobras. Além disso, foi estabelecida a livre adesão de novos membros, que ingressariam com os mesmos direitos dos antigos.

O **Quadro 4**, a seguir destaca os princípios de Rochdale, que ainda valem até os dias de hoje, para a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – SICOOB CREDITAPIRANGA, e, outras cooperativas de crédito espalhadas por Santa Catarina e Brasil afora.

- 1) A Sociedade é governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto.
- 2) A Sociedade é aberta a quem dela quiser participar, desde que integre uma cota de capital mínima e igual para todos.
- 3) Qualquer dinheiro a mais, investido na cooperativa é remunerado por uma taxa de juro, mas não dá ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão.
- 4) Tudo o que sobra da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, é distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizerem da cooperativa.
- 5) Todas as vendas são à vista.
- 6) Os produtos vendidos devem ser sempre puros e de boa qualidade.
- 7) A Sociedade deve promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo.
- 8) A Sociedade deve ser neutra política e religiosamente.

Quadro 4 – Os princípios de Rochdale que inspiraram as cooperativas de crédito

Fonte: Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 9).

Como líder dinâmico, o Pe. Amstadt, S.J., fez caminhadas pelo Rio Grande do Sul que chegaram a 180.000 km, sempre em benefício dos pequenos produtores. Não foi diferente o empenho e a preocupação com o desenvolvimento de Porto Novo. O Pe. Amstadt, S.J., envolveu-se com a comunidade local para que os produtores rurais e a comunidade como um todo tivessem dias melhores, incentivando-os para a criação de sua cooperativa de crédito. Em 21 de outubro de 1932, 41 sócios, fundaram a Caixa Rural União Popular de Porto Novo. Entre os sócios estavam agricultores, comerciantes, artesãos e prestadores de serviços.

A Caixa Rural União Popular de Porto Novo, é na atualidade a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – SICOOB CREDITAPIRANGA. Foi a primeira cooperativa de crédito em Santa Catarina que seguiu o “modelo Raiffeisen”. Quando foi criada, conforme Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 15), a presença da Caixa Rural é importante por ser o

Único sistema bancário presente em Itapiranga, a Caixa Rural era responsável por toda a movimentação financeira da cidade, do pagamento de duplicatas às transferências de dinheiro. Todos os anos, as assembleias gerais reuniam os associados para prestação de contas e discussão do futuro da cooperativa. Do lucro anual, 70% era destinado a um 'Fundo de Reserva Especial' e 30% era doado em benefício da comunidade – uma das doações mais importantes da época foi feita ao hospital da cidade, que recebeu uma geladeira, movida a querosene, para armazenar penicilina.

A cooperativa de crédito de Itapiranga teve e continua tendo uma participação ativa na história local e regional. O profundo engajamento e envolvimento com a comunidade superou desafios e trouxe desenvolvimento. Nas décadas de 1961 e 1962, a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga ajudou a patrocinar o Plano Estratégico Sócio Econômico, tendo como objetivo traçar um plano de desenvolvimento para o município de Itapiranga. Como já mencionado no histórico sobre Itapiranga, no capítulo anterior, o plano chegou à conclusão da necessidade de um abatedouro de suínos, uma laticínios e uma escola agrícola profissionalizante, além de outros empreendimentos menores, sonhos que se tornaram realidade. Dentro do mesmo plano, fizeram parte da estratégia, cursos ministrados por agrônomos na área do cooperativismo, técnicas de agropecuária e outros, para mais de dois mil agricultores.

A Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga fez muitos investimentos nas últimas décadas na região. Possui “Postos Avançados” nos seus ex-distritos emancipados, em São João do Oeste, desde o ano de 1993, e, em Tunápolis, desde o ano de 1994. A valorização e o investimento no quadro social tem sido uma constante, conforme consta em Sicoob Creditapiranga (2004, p. 6), com destaque para

a participação do associado na vida de sua cooperativa é imprescindível, tendo em vista que esta participação tem efetiva participação nos resultados auferidos, aliada a boa gestão, diferenciando-se da simples ação do correntista, tomador de recursos ou de qualquer outro serviço ou produto que a cooperativa coloca à disposição.

É importante destacar que a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga é muito atuante e com papel destacado na cultura local. Possui atualmente mais de doze mil associados e desses, nove mil possuem

conta corrente. Oferece serviços e produtos a toda a comunidade como recebimento de títulos, faturas de telefone, água e luz, além de outros convênios. Aos sócios, conforme exposto em Sicoob Creditapiranga (2004, p. 6), oferece

Uma vasta gama de produtos e serviços de: Crédito Rural e Geral, Seguros, Carteira de Aplicações pré e pós-fixadas e a Poupança Cooperada, Cartão Múltiplo, convênio com o INSS no pagamento e arrecadações da Previdência Social, inclusive com opção de crédito em conta corrente dos benefícios.

É destacado o seu envolvimento em inúmeros projetos, tais como: acesso aos recursos de Fundo de Amparo ao Trabalhador, participação no consórcio do Ministério das Cidades; viabilização da linha de créditos para Microempresas, convênio para a arrecadação de Tributos Estaduais, ampliação e assistência ao pequeno produtor rural com o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF (inclusive habitação rural), em suma, ampliação de toda uma gama de produtos financeiros e prestação de serviços. A cooperativa está, enfim, bem comprometida com a comunidade e região, mantendo vivos os princípios norteadores que regem seus estatutos e objetivos estabelecidos.

A **Figura 8** mostra a abrangência das cooperativas do Sicoob em Santa Catarina.

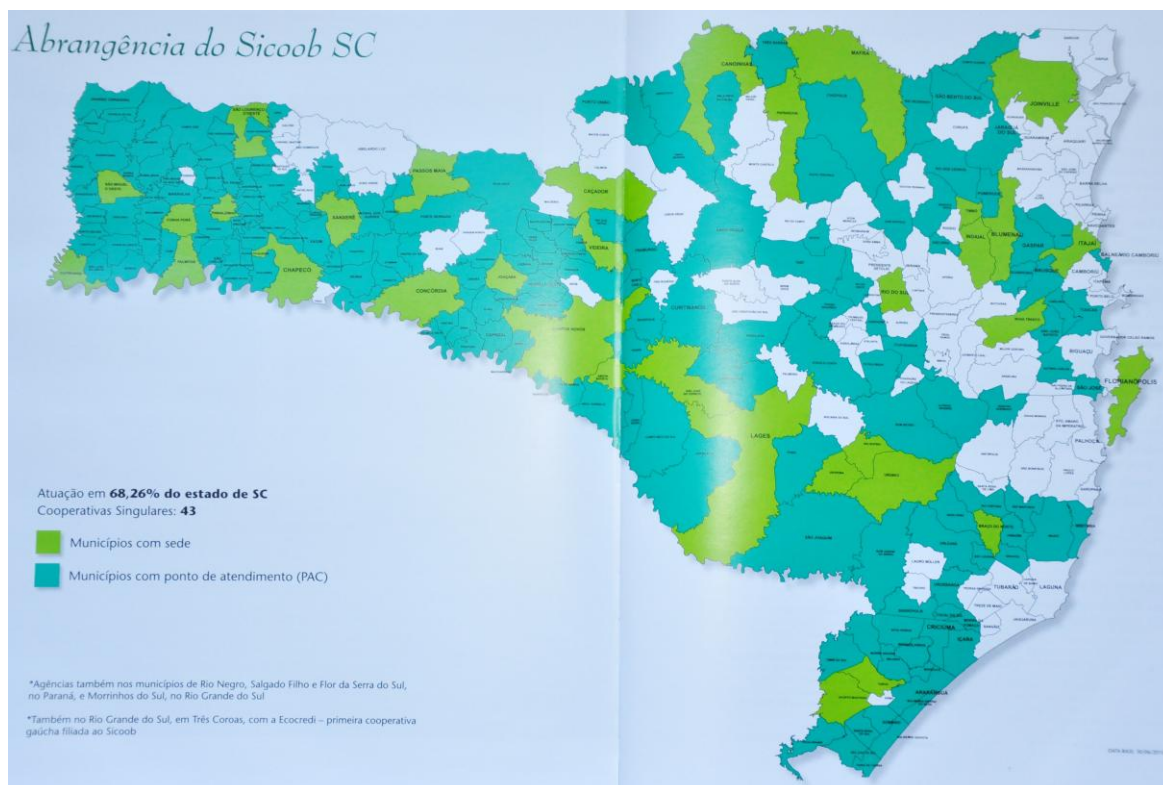


Figura 8 – Abrangência das cooperativas do Sicoob no estado de Santa Catarina

Fonte: Sicoob Santa Catarina 25 Anos (2010, p. 146-147).

A pesquisa de campo com a aplicação dos questionários e entrevistas, foi de suma importância, para saber-se o grau de satisfação, e, se a Cooperativa de Crédito contribuía para o advento das novas ruralidades no município de Itapiranga,SC.

A **Tabela 02**, a seguir demonstra que, a maioria dos pequenos produtores rurais, 77,77% do universo pesquisado acreditam e confiam na cooperativa de crédito, a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga.

Tabela 02 – Questão dirigida aos pequenos produtores rurais do município - como você analisa os incentivos de crédito praticados pela Cooperativa de Crédito/Sicoob Creditapiranga, no município de Itapiranga?

RESPOSTAS	Nº	%
Agrega renda e emprego e tem futuro	101	77,7
Agrega pouca renda e emprego e não tem muito futuro	03	2,3
Não sabem	26	20
TOTAL	130	100

Fonte: Acervo do autor. Entrevistas aplicadas aos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, em 2011.

É importante destacar, com relação à resposta dada ao item de que o banco “agrega renda e emprego, com perspectivas de futuro”, são todos sócios da Sicoob Creditapiranga, representando 77,7% do universo de entrevistados. Já os que responderam que a cooperativa de crédito “agregava pouca renda e emprego sem perspectivas para o futuro”, eram pequenos produtores rurais ainda não associados, representando apenas 2,3% do universo de entrevistados. Os pequenos produtores rurais que “tinham dúvida ou que não sabiam se o banco era interessante para o associado ou se trazia progresso para o município e região” representou 20% do universo de entrevistados e eram todos recém associados ou ainda não associados. Isso demonstra que a confiança com a cooperativa de crédito vem à medida que o produtor rural começa a trabalhar com ela. Seria ainda talvez o universo de produtores rurais que buscam a “reciprocidade que outros bancos não oferecem”, conforme a resposta de vários entrevistados que são sócios à muitos anos e que adquiriram total confiança nessa cooperativa de crédito.

O **Quadro 05**, a seguir, resume o grau de satisfação dos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga com relação à sua cooperativa de crédito ou ao “seu banco” assim chamado pela maioria. São as respostas que mais aparecem no universo dos 77,7% dos pequenos produtores, e que expressam a importância de uma cooperativa de crédito voltada para as pequenas propriedades agrícolas. O “quadro resumo” demonstra ainda a manutenção e a preservação dos eixos norteadores (propósitos) que uniram os

primeiros cooperados e que continuam presentes até os dias de hoje, sob excelente liderança e engajamento de seus administradores.

- O banco é do associado.
- Os recursos são bem direcionados.
- Existe incentivo para investir na agricultura.
- Existe reciprocidade que outros bancos não oferecem.
- Ajuda na organização e crescimento da propriedade.
- É um banco que sabe administrar as contas financeiras.
- Os administradores sabem orientar para o investimento correto de novas tecnologias no campo.
- Os juros são mais reduzidos, quando comparados com outros bancos.
- É o verdadeiro banco voltado para a agricultura familiar.
- Os administradores do banco são filhos de pequenos produtores rurais.
- Os administradores do banco tem experiência em lidar com pequenas propriedades agrícolas familiares.
- Os administradores estão preocupados em manter e preservar os princípios norteadores que criaram a cooperativa de crédito.
- É um banco voltado para a comunidade: promove palestras, shows, festas de integração, cursos voltados para o pequeno produtor e investe em cultura local.
- Os funcionários além de treinados, são “filhos da terra” (do município de Itapiranga e região).

Quadro 5 – Quadro resumo das respostas avaliativas dos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, com relação ao grau de satisfação com a Cooperativa de Crédito/Sicoob Creditapiranga, no município de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo do autor. Entrevistas aplicadas aos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga/SC, em 2011.

A **Foto 9** ilustra a ata de fundação da Caixa Rural, atual Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga.

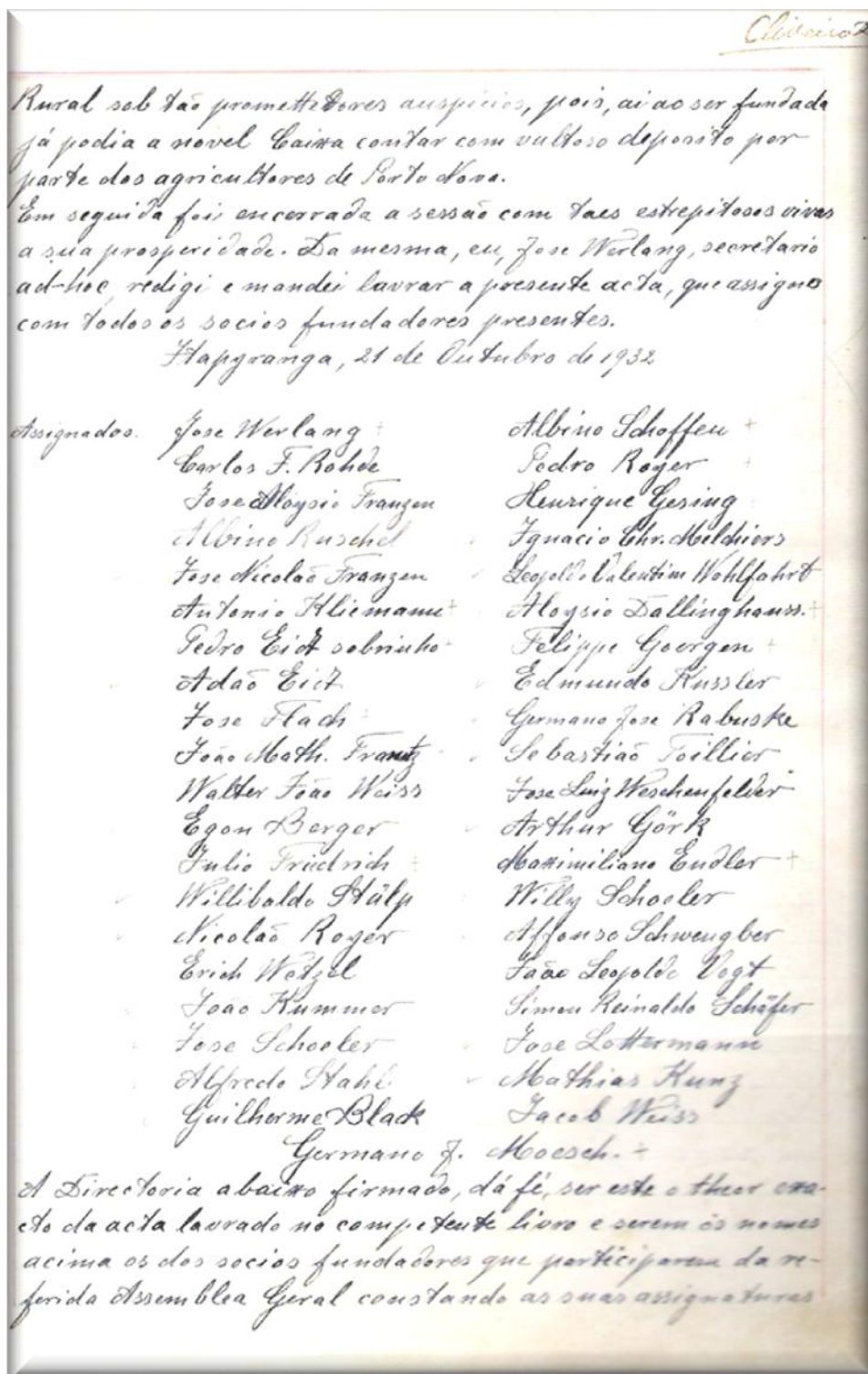


Foto 9 – Ata de fundação da Caixa Rural União Popular, atual Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga com a lista dos sócios fundadores, no ano de 1932, da antiga colônia Porto Novo, atual Itapiranga/SC

Fonte: Acervo Particular da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, município de Itapiranga/SC. Ano 2011.

A **Foto 10** mostra aspectos da inauguração da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, no ano de 1955.



Foto 10 – Aspecto da inauguração da sede própria da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, no ano de 1955

Fonte: Acervo Particular da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, município de Itapiranga/SC. Ano 2011.

Já a **Foto 11**, mostra o aspecto geral do prédio da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, na atualidade.



Foto 11 – Aspecto da sede própria da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga, Itapiranga/SC, na atualidade

Fonte: Acervo Particular do autor. Ano 2011.

Conclui-se que a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga é uma prestadora de serviços importante e ao mesmo tempo competente, naquilo que se propõe a fazer, pois opera com o associado. Percebe-se que as raízes e sua vocação principal continuam sendo a pequena propriedade agrícola familiar. Localizada na cidade, e atuando fortemente no meio urbano, devido à sua concepção de atender toda a comunidade, nem por isso deixa de ter a sua vocação rural. Existe um trabalho e um estímulo que clama por organização, parceria e um estímulo muito harmonioso de convívio entre as diferentes classes sociais, partidos políticos, credo religioso e cultural. Afinal, o município de Itapiranga/SC, não é mais o “território fechado” a exclusivamente teuto-católicos, como foi na década de 1930. A relação “campo x cidade” mudou e inseriu-se no mundo globalizado. O cooperativismo permite essa readaptação e ao mesmo tempo essa aproximação. As suas lideranças compreenderam isso e estão atentas a estimular as novas ruralidades em seu território. Com crédito e juros subsidiados, o associado é incentivado a investir na sua propriedade agrícola.

2.4 A PLURIATIVIDADE E O DESLOCAMENTO PENDULAR EM ITAPIRANGA/SC

É notório o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural em Santa Catarina. Este crescimento da oferta de novas oportunidades de trabalho e renda não se resume a apenas aos grandes centros ou territórios “periurbanos” ao longo do litoral. É, também característica do oeste catarinense de pequenas cidades como é o caso de Itapiranga.

Foi especialmente no oeste catarinense que a agricultura familiar foi afetada por sucessivas crises, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Ao analisar essa conjuntura, Rambo (2005, p. 92), afirma que

Ali, a crise econômica das últimas décadas, somada às profundas mudanças ocorridas na base técnica de produção, afetou a produção agropecuária, vinculada a cadeias agroindustriais, baseada em suínos, aves, milho, soja, fumo e leite. Estes problemas foram determinantes para que o pequeno produtor reduzisse sua participação no conjunto do trabalho rural e aumentasse sua participação no segmento das atividades não-agrícolas.

Percebe-se que no município de Itapiranga/SC, o pequeno produtor rural tem tido uma significativa participação em atividades assalariadas. Essa conjugação de atividades agrícolas e não agrícolas, desempenhadas por membros de uma família numa pequena propriedade agrícola familiar é o que chamamos de pluriatividade. Com relação às características de uma família pluriativa, Schneider (2003, p. 173), destaca que “será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividades estranhas á agricultura”. Assim sendo, conclui-se que para que haja a existência da pluriatividade, é necessário haver uma “ocupação agrícola” e uma “não ocupação agrícola” para o aumento de renda familiar. Na ausência de um desses vetores, a pluriatividade não existe.

Observamos em Itapiranga/SC, que elementos de famílias das pequenas propriedades agrícolas familiares se deslocam diariamente, para uma dupla jornada de trabalho (o agrícola e o não agrícola). O chamado “ator pluriativo”, empreende na maioria das vezes, o que chamamos na Geografia de

deslocamento pendular. Ao analisar os deslocamentos empreendidos pelos atores pluriativos no município, Rambo (2005, p. 90), salienta que “essa identidade do pequeno produtor do município de Itapiranga/SC, em constante (re)elaboração, é uma luta para tornar possível a continuidade da vida social em espaços onde o flagelo da expropriação o persegue”.

Até recentemente, o deslocamento pendular era um fenômeno quase que exclusivo dos grandes centros urbanos. A partir da última década, esse fenômeno está presente no oeste catarinense e especialmente em Itapiranga/SC, conforme estudos de Rambo (2005). O autor Seyferth (1974, 1984), salienta que o deslocamento feito diariamente pelo pequeno produtor rural em trabalho não agrícola em outra cidade ou outra localidade é chamado de “auspendler” ou “deslocamento pendular”. No dizer de Rambo (2005, p. 93), “o ‘auspendler’ seria, então, esse movimento diário de deslocamento do meio rural, onde mora o pequeno produtor, para trabalhar, no caso de Itapiranga, na agroindústria Seara Alimentos S/A.” Assim sendo, em Itapiranga/SC, membros das famílias de pequenos produtores rurais tem buscado emprego em atividades não agrícolas para aumentarem sua renda, mais significativamente de uma década para cá. Atualmente a agroindústria Seara Alimentos S/A é a empresa que mais recruta e emprega pequenos produtores rurais (pluriativos) no município.

A agroindústria Seara Alimentos S/A, do Grupo Marfrig S/A, de Itapiranga/SC, emprega atualmente, do total de três mil funcionários, em torno de mil e duzentos pluriativos, provenientes da região extremo oeste, com destaque a Itapiranga, São João d’Oeste e Tunápolis e do Estado vizinho do Rio Grande do Sul, Barra do Guarita – **Tabela 03.**

Tabela 03 – Evolução dos atores pluriativos na agroindústria Seara Alimentos S/A – Itapiranga/SC

ANO	PLURIATIVOS		
	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	DA REGIÃO	PLURIATIVOS DE ITAPIRANGA/SC
2003	2.500	700	300
2011	3.000	1.200	350

Fonte: Setor de Recursos humanos da Seara Alimentos S/A de Itapiranga/SC.

A pesquisa de Rambo (2005) demonstrou que havia em torno de 700 atores pluriativos no ano de 2003, num contingente de dois mil e quinhentos funcionários da agroindústria Seara Alimentos S/A. Dados recentes do setor de Recursos Humanos apontam que aumentou na região o número de pluriativos. Em Itapiranga/SC, tínhamos em torno de trezentos pluriativos no ano de 2003 e hoje, temos em torno de trezentos e cinquenta.

É importante destacar, que conforme dados do setor de Recursos Humanos da agroindústria Seara Alimentos S/A, que do total de funcionários empregados, em torno de dois mil, fazem o deslocamento pendular. Nesta análise considera-se o deslocamento efetuado pelos funcionários das localidades do interior do município de Itapiranga/SC, e dos municípios vizinhos. Do total de funcionários da empresa, em torno mil, são moradores fixos, morando em bairros da cidade de Itapiranga/SC - **Tabela 04.**

Tabela 04 – Evolução dos deslocamentos pendulares na agroindústria Seara Alimentos S/A – Itapiranga/SC

ANO	DESLOCAMENTO PENDULAR		
	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS NA SEARA ALIMENTOS S/A	DA REGIÃO	MORADORES FIXOS NA CIDADE DE ITAPIRANGA (SC)
2003	2.500	1.600	900
2011	3.000	2.000	1.000

Fonte: Setor de Recursos humanos da Seara Alimentos S/A de Itapiranga/SC.

Os estudos de Rambo (2005, p. 93), demonstram que existe em Itapiranga/SC, “uma revitalização do espaço rural”, com a manutenção da pluriatividade e uma pequena ampliação desse processo, iniciado especialmente após o ano 2000, com a ampliação da agroindústria Seara Alimentos S/A. Isto vem de encontro ao que afirma Schneider (2003, p. 166), ao destacar que

As famílias rurais organizam-se de modo a que uma parte de seus membros permaneça na propriedade (geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente, os mais velhos), enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência.

Além da subsistência alimentar temos ainda o fator da qualidade de vida junto às pequenas propriedades agrícolas familiares, que normalmente é superior para um pluriativo, quando comparado ao espaço de vivência de um operário que mora num bairro da cidade de Itapiranga/SC. Sobre os estudos da pluriatividade no município, Rambo (2005, p. 94), destaca que

É necessário destacar que a qualidade de vida no meio rural do município é superior àquela de um bairro da cidade de Itapiranga. Produzir parte dos seus alimentos, ter contato com a natureza e manter o convívio social nas comunidades rurais são valores importantes mantidos por estas comunidades.

A pluriatividade é exercida em Itapiranga/SC, conciliando-se atividades de “operários com a de pequenos produtores”. São os pequenos produtores que são operários trabalhando nas agroindústrias locais e que moram no interior do município, nas “linhas” ou localidades. O que distingue um ator pluriativo de outro operário e, conforme Schneider (1999, p. 100), citado por Rambo (2005, p. 96), é “o fato de possuírem outra ocupação – a lavoura, mesmo que voltada à subsistência [...] e não residirem na área urbana. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados, por um lado, e proprietários dos meios de produção, de outro”.

As pesquisas de Rambo (2005) demonstraram que mesmo que a maioria dos pais das pequenas propriedades agrícolas familiares terem respondido que a pluriatividade fosse viável no município de Itapiranga/SC, uma significativa parcela desses pais também se preocupavam com o futuro da produção de alimentos. Menos mão-de-obra no meio rural ou redução do tempo de trabalho na lavoura, poderia prejudicar a produção de alimentos sem um acompanhamento técnico. Os estudos ainda demonstram que o que acaba prevalecendo dentro do sistema capitalista é dinheiro e renda. Conclui-se que o ator pluriativo em Itapiranga/SC, sente-se reanimado e com mais possibilidade em sustentar sua família ou fazer pequenos investimentos na sua propriedade. Em síntese, aumentar a renda e continuar com uma qualidade de vida, são alguns dos grandes condicionantes para que uma parcela de pequenos produtores optem em se ocupar nas funções agrícolas e não-agrícolas no município de Itapiranga/SC. A pluriatividade, sem dúvida, garante uma maior estabilidade financeira para o pequeno produtor diante do incerto mercado de trabalho no mundo do meio técnico científico informacional, conectado em redes.

2.5 A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ITAPIRANGA/SC

Quando nos preocupamos com a sucessão hereditária nas pequenas propriedades agrícolas é pelo fato da agricultura familiar ser extremamente

importante na geração de empregos e na manutenção de um capital social, que ao invés de migrar, seria retido, podendo continuar o modelo de trabalho iniciado pelos pais. Falar desse tema é importante, para a manutenção e geração de mais alimentos saudáveis e de qualidade, além de mais oferta de emprego e trabalho.

Os estudos de Martins (2001, p. 8), verificaram no oeste de Santa Catarina que

De um lado, mais de dez por cento das famílias hoje dedicadas a essa agricultura não tem sucessores. Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que essas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Nos últimos anos a agricultura familiar tem recebido um pouco mais de atenção com algumas linhas de crédito. O interesse das forças públicas por esse setor é importante, mas ainda é muito recente e tímido, conforme Martins (2001, p. 7), ao destacar que

Apenas nos últimos anos a agricultura familiar vem se tornando de fato protagonista de políticas públicas, de interesse social e econômico e, mesmo, de alternativa a uma economia que, aceleradamente em modernização, exclui parcelas importantes da população, que se tornaram retardatárias da História e do desenvolvimento econômico e social.

Merece destaque ainda, o empenho de pesquisadores e algumas universidades, preocupadas em desenvolver políticas de ajuste para o meio rural do oeste de Santa Catarina, de modo a assegurar aos remanescentes das populações das pequenas propriedades agrícolas dias melhores. Abramovay (2001, p. 7), ressalta que “a compreensão das condições dessa alternativa deve muito à pesquisa científica que se desenvolve nas universidades e nas instituições especializadas”.

No ano de 1999, conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, 12% de estabelecimentos familiares no oeste de Santa Catarina não tinham perspectivas de sucessores. Estima-se que esse percentual tenha aumentado. No município de

Itapiranga/SC, as pesquisas de Rambo (2005, p. 99), demonstraram que “esta proporção está em 10%”.

Com relação ao desejo em continuar na agricultura familiar (sucendendo os pais), os rapazes tem um desejo maior do que as moças em continuar as tarefas dos pais na propriedade agrícola. Esta tendência foi comprovada pelos estudos de Abramovay (2001), com relação ao oeste de Santa Catarina e por Rambo (2005), ao focar seus estudos sobre a pluriatividade e sucessão hereditária no município de Itapiranga.

No município de Itapiranga/SC, a maioria dos jovens, que serão os possíveis sucessores da propriedade agrícola de seus pais, cursou ou está cursando o ensino Médio. Há um número reduzido de jovens do meio rural que cursaram ou estão cursando Curso Superior na FAI - Faculdades em Itapiranga/SC, ou na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de São Miguel d’Oeste, SC. Percebe-se que com melhor escolaridade o exercício da cidadania, a manutenção em dia do “bloco do produtor”, financiamentos e (re) investimentos são facilitados.

Para que um maior número de pequenas propriedades agrícolas tenha sucessores no oeste catarinense e em Itapiranga/SC, necessários são esforços conjuntos. Com relação a esse aspecto, Abramovay (2001, p. 107), destaca que

O mais importante é a reunião de um conjunto variado de esforços no sentido não só de facilitar o acesso à terra, ao crédito e aos mercados, mas a mudança do ambiente educacional existente no campo e que não é capaz de valorizar o conhecimento e por aí despertar o real interesse dos jovens.

Os estudos de Rambo (2005, p. 103), mostram que 40% dos pais não estimulavam seus filhos a permanecerem na atividade agrícola no município de Itapiranga/SC, para sucedê-los. E, apenas 15% dos pais estimulavam seus filhos a permanecerem na propriedade agrícola e 45% deixavam a liberdade aos próprios filhos. No presente trabalho, nova pesquisa tem mostrado que essa realidade mudou no município, conforme **Tabela 05**, a seguir.

Tabela 05 - Estímulo dado pelos pais aos seus filhos para serem agricultores

RESPOSTAS	Nº	%
SIM	74	56,92
Não	33	25,38
Deixa liberdade	23	17,70
TOTAL	130	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2011.

O incentivo dado aos filhos aumentou, quando comparada à pesquisa efetuada em 2005. Entre os motivos para um maior estímulo e preocupação dos pais com os filhos está o fato do “meio rural ter tudo o que uma cidade possui: internet, telefone e modernidade”. Muitos responderam e valorizam cada vez mais a vida social que existe no campo e que é muito difícil nas cidades. Outro fator ponderado é a questão da violência que é muito acentuada nas regiões metropolitanas Brasil afora. Além disso, muitos pais estimulam seus filhos, mas deixam a decisão ou a liberdade de escolha da futura profissão com os próprios filhos. Ao deixar a decisão acreditam “que os filhos têm boa formação nas escolas”, o que ajuda na tomada de decisão. Os pais que não incentivam os filhos a ficarem na agricultura, possuem respostas muito parecidas com as colhidas no estudo de Rambo (2005), ou seja, incentivam “em primeiro lugar o estudo”, ou “almejam dias melhores aos filhos”, ou a resposta que apareceu seguidamente foi que “o trabalho assalariado e com carteira assinada é mais garantido e seguro”. Os pais que incentivam e não incentivam os filhos a ficarem na agricultura, tem algo em comum que é o incentivo ao estudo. Afinal, responderam vários, “hoje tem muito mais oportunidade para os nossos filhos estudarem do que em nossa época”.

Quando trabalhamos a questão da sucessão hereditária no município de Itapiranga/SC, notamos elementos que nos ajudam a compreender o advento das novas ruralidades. Percebe-se que um maior número de jovens, tanto rapazes como moças, querendo permanecer no meio rural. Os estudos de Rambo (2005, p. 101-102), demonstravam que apenas 11,30% dos rapazes tinham pretensão em continuar a atividade dos pais na pequena propriedade agrícola

familiar e quase nenhuma moça tinha essa pretensão. A **Tabela 06** mostra a pesquisa dirigida aos jovens do meio rural de Itapiranga/SC.

Tabela 06 – A continuidade dos rapazes na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária

RESPOSTAS	Nº	%
SIM	43	50,0
Não	19	22,10
Ainda não decidiu	24	27,90
TOTAL	86	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos filhos de agricultores do município de Itapiranga, em 2011.

A **Tabela 06** mostra que 50% dos rapazes que pretendem suceder seus pais na pequena propriedade agrícola familiar. O motivo alegado pela maioria dos rapazes entrevistados é o fato de terem aparecido mais oportunidades tanto no trabalho agrícola como no trabalho não agrícola (pluriatividade). Muitos rapazes também responderam que o estudo é importante, mas “somente o estudo sem capital inicial também não é fácil; assim, continuar a atividade dos pais é uma boa opção”.

Tabela 07 – A continuidade das moças na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária

RESPOSTAS	Nº	%
SIM	12	13,0
Não	53	57,6
Ainda não decidiu	27	29,4
TOTAL	92	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos filhos de agricultores do município de Itapiranga, em 2011.

As moças de um modo geral como está demonstrado na **Tabela 07**, não acham uma boa opção continuar a atividade dos pais na pequena

propriedade agrícola familiar. Percebe-se um ligeiro aumento, mas ainda pequeno, das intenções em continuar na agricultura. Percebe-se que 13% das moças entrevistadas na atualidade, pretendem continuar a atividade dos pais. Do percentual de 57,6%, na atualidade, das moças que não querem continuar na propriedade agrícola familiar, a maioria destaca que o estudo vem em primeiro lugar. Estão ainda indecisas quanto ao seu futuro profissional.

Apoiar as pequenas propriedades agrícolas e incentivar a permanência dos jovens, contribuindo para a sucessão hereditária é de suma importância para a continuidade do desenvolvimento no município de Itapiranga/SC e região. Existe uma evolução das intenções dos jovens permanecerem, e se deve muito ao fato dos incentivos dados pelas Cooperativas (de Crédito e Agropecuária), e mais facilidades no segmento de novas tecnologias, crédito e comercialização dos produtos. A região do oeste de Santa Catarina conecta-se cada vez mais em redes e isto é importante na compra e escoamento de produtos, facilitando a vida dos pequenos produtores.

2.6 A AGROINDÚSTRIA: OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA E EM ITAPIRANGA/SC

Ao estudarmos o capitalismo, percebemos que o capital encontrou nas pequenas propriedades agrícolas familiares, após a Segunda Guerra Mundial, uma grande valorização. O avanço técnico científico mostrava o outro lado da moeda: o da exploração das pequenas propriedades agrícolas e da subordinação do pequeno produtor rural. Ao grande capital não interessava apenas os produtos, mas também a terra, seus donos e sua família. Com isso, o capital subordinava e atrelava produtos selecionados e produtores com mais facilidade em países subdesenvolvidos, com falta de recursos e poucos investimentos nas pequenas propriedades agrícolas. No dizer de Rambo (2005, p. 46), somente assim se

“entende o interesse para que suínos, aves, leite, ovos, feijão, trigo, milho, entre outros, deixassem de ser produzidos no sistema tradicional”²⁵.

A agricultura, no mundo todo, sofre transformações, com o estandarte do capital, especialmente nas últimas cinco décadas. Esse período de transformações na agricultura, conforme Belato (1985, p. 121),

[...] rompe com todas aquelas áreas que se encontravam refugiadas da ação direta do capital e tocam não apenas nos aspectos técnicos da produção, como pretendem fazer crer alguns ideólogos da teoria da modernização, mas, como é da natureza do capital, transformam radicalmente as relações sociais de produção.

Dentro desse processo, o pequeno produtor rural, necessita se ajustar para continuar sobrevivendo na sua propriedade agrícola, diante de um mercado cada vez mais exigente. No dizer de Belato (1985, p. 121), dois são os efeitos percebidos:

1. integração crescente ao mercado pela modificação dos componentes de capital diretamente utilizados no processo produtivo e modificação da natureza e da pauta de produtos produzidos;
2. modificação do perfil da população camponesa mediante a modificação do perfil da apropriação da terra e do êxodo rural.²⁶

²⁵ O termo “suíno” é uma denominação mais recente, que coincide com o advento dos grandes Complexos Agroindustriais (CAIs) no Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga. No sistema tradicional, nas pequenas propriedades agrícolas familiares de Itapiranga e Oeste Catarinense, esse animal era conhecido como “porco”. O termo “suíno” é mais recente e expressa modernidade. É a expressão atribuída ao animal geneticamente melhorado e a denominação passa a ser usual, sendo gradativamente conhecido pelos “integrados”, a partir da década de 1970. Com o advento das agroindústrias e as rígidas exigências ambientais, o porco criado nas pequenas propriedades agrícolas familiares é em pequena escala e serve como parte de subsistência às famílias. O autor Jungbluth (2005, p. 365-365), trabalha a temática do “Binômio Econômico Fumo-Banha”, onde esclarece a importância do “porco”, sua importância econômica e a maneira simples em criá-lo, nas primeiras décadas de Porto Novo, atual Itapiranga/SC. Além do mais, o “porco” tinha mais gordura que o “suíno”, sendo a banha dele derivado, uma importante renda para os pequenos produtores rurais do município e região.

²⁶ O termo “camponês” usado pelo autor Belato (2005), refere-se a todo trabalhador do campo, embora que a análise de seu trabalho envolva as pequenas propriedades agrícolas familiares, especialmente as integradas aos Complexos Agroindustriais (CAIs). No presente trabalho, ao invés de “camponês” usa-se normalmente o termo “pequeno produtor” ou “trabalhador das pequenas propriedades agrícolas familiares”. Esses termos propostos por vários autores contemporâneos parecem expressar melhor o modelo de ocupação feito nos diferentes territórios do Brasil, especialmente as pequenas propriedades agrícolas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Se as primeiras experiências práticas com Complexos Agroindustriais - CAIs²⁷, são feitas fora do Brasil, especialmente nos Estados Unidos (lá conhecido como “agribusiness”²⁸ e na Europa Ocidental, a mesma prática não tardaria a ser adotada aqui pelo capital internacional. A nova cultura imposta pelo discurso da “Revolução Verde”, que tinha como um dos grandes objetivos tirar os países subdesenvolvidos, da miséria e da fome, ajudou a persuadir países, financiando projetos e práticas, principalmente no setor agropecuário. O discurso era produzir mais alimentos e para tanto seria necessário modernizar a agricultura e a indústria.

As grandes agroindústrias ou Complexos Agroindustriais – CAIs, iniciaram suas atividades em estabelecimentos comerciais, dentro de uma dinâmica de relacionamento comercial com pequenos produtores rurais. Na década de 1940, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os comerciantes com um relativo capital passaram a investir no abate de suínos. A carne suína, derivados, e, embutidos, ganharam espaço em grandes mercados nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Estas agroindústrias à medida que iam conquistando os diferentes mercados nacionais ampliaram sua estrutura, adaptando-se e readaptando-se constantemente.

Com o fortalecimento das agroindústrias de carne suína, o pequeno produtor rural não se dá conta do atrelamento e subordinação que vai sofrendo. Strieder (2000, p. 33), esclarece que

A intervenção da agroindústria começa a evidenciar-se na década de 1950. De uma forma muito sutil, ela inicia um processo de subordinação do pequeno proprietário rural, dependente até então do comerciante.

²⁷ O termo complexo agroindustrial é uma das traduções mais aceitas e usadas pelos autores brasileiros que fazem a análise das ruralidades e suas transformações nos diferentes territórios, a partir do termo original “agrobusiness”, norte americano. A sigla “CAI” (Complexo Agroindustrial) parece ter ao mesmo tempo uma forte ligação com a França. Ao analisar a estrutura, a evolução e a adequação das agroindústrias francesas, Malassis (1969, p. 1667), fala em “Complexo Agri-Industrial-CAI, como sendo a soma do complexo de produção agroindustrial e margem comerciais”.

²⁸ Conforme o autor Lauschner (1995, p.30-31), encontram-se no Brasil, por exemplo, os termos: a) Sistema Agroindustrial; b) Complexo Agroindustrial; c) Negócios agrícolas e alimentares (affaires agricoles ET alimentaires – AAA); d) Complexo rural; e) Agroindústria; f) Economia da alimentação, Complexo agrário, Complexo agrícola. O termo ‘agribusiness’, na literatura alemã, mantém o termo inglês e foi traduzido, também, para ‘economia da alimentação’ e ‘complexo agrário’. O termo mais usado é o de “Complexo Agroindustrial”.

Tem início o processo da troca de dependência: do comerciante para o agro-industrial. A intervenção da agroindústria sobre a forma de produzir do agricultor, apresenta-se em todos os momentos com a faceta de melhoria estrutural e econômica da propriedade. É um processo lento, mas seguro que se estende de forma absorvente e, inevitavelmente, atinge todas as propriedades direta ou indiretamente. Possivelmente, no primeiro momento, o agricultor não têm parâmetros para proceder uma avaliação da perda de controle sobre a produção em sua propriedade. Relativamente a sua produção, ou pelo menos a dos produtos com os quais estabelece a integração a uma agroindústria, apresenta-se como um re-arranjo nas formas de produzir, comercializar e consumir, sem dúvidas importantes, porque inovadoras e com características que inicialmente lhe são estranhas.

Com o passar dos anos, o capital agroindustrial apropria-se da produção agrícola superando as restrições ambientais, mecaniza os instrumentos de trabalho que são necessários no setor e impõe a substituição da produção agrícola por produtos industrializados. Essa apropriação engendrou-se com a difusão mundial. No Brasil, com mais ênfase a partir da década de 1960. Esta dinâmica aqui implantada era na verdade baseada no modelo norte americano e europeu. Sobre este modelo, Romeiro (1998, p. 69) explica que

Trata-se de um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura e no emprego sistemático de controle químico de pragas.

A influência tecnológica trazida ao Brasil resultou numa modernização agrícola, com uma agricultura especulativa, que selecionava produtos com rentabilidade e lucro. Consolidou-se a monocultura com o largo uso de químicos em geral. Assim, com o esgotamento do solo e a constante presença de pragas nas lavouras, como efeito da própria monocultura, os prejuízos ambientais são ainda maiores. Cria-se uma dependência ao “pacote” da “Revolução Verde” na agricultura.

Num primeiro momento, a adoção das tecnologias recomendadas pela “Revolução Verde”, propiciaram um relativo desenvolvimento na agricultura brasileira, especialmente em fins da década de 1970. A força motriz da modernização da agricultura brasileira foi o chamado “crédito rural”. Silva (1999, p. 142), destaca que

O elemento chave que funcionou como a alavanca dessa aceleração na década de setenta do processo de modernização da agricultura brasileira foi o “crédito rural”. Montado em nível nacional em 1965, operacionalizado em 1967, o sistema de crédito rural para custeio e investimento a juros subsidiados tornou-se, inegavelmente, o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura²⁹.

Este crédito nem sempre chega às mãos do pequeno produtor rural. A mediatização dos empréstimos é coordenada pelo Estado. A região centro-sul do Brasil é mais favorecida, com mais crédito à disposição para as áreas rurais. Existe uma amarração e um compromisso de utilizar-se parte do empréstimo na compra de adubos e defensivos agrícolas químicos. Oliveira (1981, p. 12) faz um resumo desta mediação, ao afirmar que

Aqui, é importante salientar a mediação do Estado capitalista, pois é através do sistema bancário (mediatizado pelo Estado) que o consumo dos fertilizantes se dá. Pois, no mínimo 15% do empréstimo tomado ao Banco do Brasil tem necessariamente que ser gasto em adubo. O uso médio está em torno de 50 a 60%. Mas, nesse caso, a mediação é de forma explícita, sem falsas aparências, pois é o próprio Banco do Brasil que se incumbem de pagar as indústrias, ou seja, o dinheiro do empréstimo sequer chega à mão do produtor. É transferido diretamente para o capital industrial que, dessa forma, cobra do agricultor via Estado (repartindo com esse) a renda da terra. Quanto à ação do Banco do Brasil nos empréstimos ao campo, temos cerca de 70% dirigido ao consumo de produtos industriais. O capital industrial, através do Estado (que cobra juros menores que os concorrentes para a agricultura), é financiado e sua reprodução viabilizada. Esses pressupostos básicos são válidos para todo consumo produtivo no campo.

Esta afirmação vem ao encontro de Martins (1980, p. 59-60) quando o assunto é crédito rural (com regras de controle) e seus efeitos negativos, de controle do capital e de subordinação do pequeno produtor rural, salientando que

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no sul e no sudeste, é que subrepticamente as condições de existência

²⁹ Silva (1999, p. 142-143) ressalta ainda que o crédito não seria uniforme para o Brasil todo, ao afirmar que “é certo que a política governamental de crédito rural beneficiou muito mais a região centro-sul do que a norte-nordeste, que relevou os produtos ditos modernos (por utilizarem amplamente tecnologias de ponta) reduzindo seus custos de produção e contribuindo, assim, para a piora da rentabilidade relativa dos produtos tradicionais; e que, acima de tudo, privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Mas isso significa simplesmente que, ao se aumentar o ritmo do processo de modernização da agricultura brasileira, aceleram-se também a concentração fundiária, a proletarianização dos trabalhadores rurais, o êxodo do campo para a cidade etc., manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo”.

do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista.

A política agrícola no Brasil após a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970 se deu via crédito subsidiado dentro do pacote da “Revolução Verde”, onde o objetivo maior era estimular a oferta de produtos agrícolas. Após meados da década de 1970 as políticas agrícolas passaram a ter outras regras e outra classificação, sendo denominados de grande, médio ou pequeno produtor rural. Os maiores beneficiados com o crédito agrícola ao longo desse período foram as agroindústrias e os latifundiários devido ao apelo e estímulo para a exportação dos produtos primários.

A Seara Alimentos é exemplo de uma agroindústria que aproveitou para expandir-se no do período da modernização da agricultura brasileira. A empresa atende principalmente o mercado de exportação de aves. A **Foto 14** ilustra aspectos gerais da empresa, instalada na cidade de Itapiranga/SC.



Foto 14 – Aspecto geral do complexo agroindustrial Seara Alimentos, de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do Foto Stúdio Marino, da cidade de Itapiranga/SC. Ano 2009.

No município de Itapiranga/SC, ao lado da grande agroindústria existem as pequenas, com mão-de-obra familiar. Os pequenos produtores rurais buscam cada vez mais novas opções de trabalho para agregarem valor aos produtos agrícolas e assim aumentarem a sua renda. As agroindústrias familiares, especialmente as de derivados de cana-de-açúcar, possibilitam bons ganhos, através da industrialização da sua produção.

As pequenas agroindústrias familiares não diferem muito das grandes agroindústrias no que se refere aos padrões de qualidade. Precisam seguir os padrões de vigilância sanitária instalados no município e necessitam de planejamento, métodos eficientes de controle de custos, mercado consumidor, criatividade, racionalidade, receitas que agradam ao paladar do consumidor e, além de tudo, não pode haver desperdício. Como geralmente a produção é familiar, não necessita de muita mão-de-obra. A agroindústria familiar será analisada, no capítulo três desse trabalho.

3 AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA: NOVAS RURALIDADES E NOVAS PRÁTICAS

3.1 A INSERÇÃO NO MERCADO NACIONAL E NO MERCOSUL COMO UM FATOR DE EXIGÊNCIA

O Mercosul formado em 26 de março de 1991 por meio do Tratado de Assunção, entre o Brasil, Argentina Uruguai e Paraguai, tem menos tradição e ao mesmo tempo menos maturidade do que a União Europeia (UE), criada pelo Tratado de Roma, em 25 de março de 1957.

Os parceiros do Mercosul foram construindo ao longo da história, políticas agrícolas bem diferentes. A agricultura Argentina é a mais desenvolvida de todos os integrantes do Mercosul. Suas terras, naturalmente férteis, deram vantagem sobre os demais parceiros do Mercosul. No dizer de Schilling (1992, p. 187), a Argentina gasta menos em suas terras, devido a

excelência do solo (não necessitando de adubo), com a regularidade do clima (que assegura safras estáveis) e a mínima ondulação do terreno (que facilita os trabalhos culturais) etc, foi grande exportadora de cereais. Tudo a um custo de produção muito baixo.

Na Argentina a produtividade por hectare é bem superior ao nos outros parceiros e ou partícipes do Mercosul. Estudos recentes mostram que poucos Estados brasileiros alcançam a média na produção de alimentos por hectare plantado, quando comparado com a Argentina.

Dentro do Mercosul, o Brasil tem a maior população e a melhor economia, no entanto a Argentina possui a melhor renda per capita – PIB. Nunes (2007, p. 1), afirma que

quando nos referimos à indicadores de desenvolvimento humano (IDH), verifica-se que a Argentina e o Uruguai possuem as duas melhores posições. São também os países que possuem os melhores níveis de renda per capita.

A renda das famílias tem melhorado em muitos países subdesenvolvidos. Assim, o aumento na demanda de alimentos e o seu conseqüente aumento nos preços é uma dinâmica desse crescimento econômico global e aumentam as perspectivas de exportação dos países membros do Mercosul.

As famílias estão estimuladas a buscarem as proteínas animais: principalmente frangos, suínos e bovinos. Em decorrência, temos o estímulo à produção de vegetais como é o milho e a soja para servirem de alimento aos suínos, frangos, gado leiteiro e gado confinado. Dados recentes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, EPAGRI, divulgaram que as exportações de carne do Brasil cresceram 30% em 2007, e a de soja 22%.(atualizar os dados). O Brasil festejou um recorde em 2007 de 50 bilhões de dólares na sua balança comercial do agronegócio.

O eixo norteador da produção familiar no município de Itapiranga (SC) e no Oeste Catarinense está envolto nos setores de aves, suínos e gado de leite, com a integração e parceria com os Complexos Agroindustriais. Estas grandes agroindustriais — Marfrig, Cargill, Seara, Sadia, Aurora e Perdigão, ditam as regras e a integração é uma opção para a maioria. Com exigências muito rigorosas de produtividade, a criação de frangos e suínos está em ascensão, embora exista uma constante seleção, descarte e (re) seleção de parte dos pequenos produtores rurais, para se adaptar ou readaptar aos ditames da empresa e do exigente capital internacional.

A região do Oeste Catarinense está em parte descolada econômica e politicamente dentro do Mercosul. Mesmo assim, tem feito trocas comerciais com esse bloco regional importando o leite, milho, trigo, frutas e soja da Argentina, soja e milho do Paraguai, e arroz do Uruguai. Em troca, exportamos principalmente a carne de frango.

O Brasil é um dos importantes exportadores mundiais de carne de frango e suína. O Estado de Santa Catarina tem neste setor um destaque especial. Estes produtos conquistaram os mercados mais exigentes do mundo, como é o caso do Oriente Médio, Japão e Ocidente Europeu. O Brasil não depende dos parceiros do Mercosul para a exportação desses produtos, embora

que a carne suína e a carne de aves também estejam nos mercados, principalmente da Argentina e Paraguai.

A produtividade agrícola no Oeste Catarinense clama por melhoramento tecnológico. Investe-se muito pouco em melhorias tecnológicas na produção de hortifrutigranjeiros e na produção de grãos, cereais e raízes, como é o caso da mandioca. A cana-de-açúcar é uma grande alternativa, conforme recentes estudos da EPAGRI em todo o Vale do Rio Uruguai, devido às excelentes condições de solo, clima (ausência ou pouca geada no inverno); no trato de animais, especialmente gado leiteiro e tem grande leque de produtos derivados, tais como: açúcar mascavo “schmier”, melado, cachaça, rapadura e o álcool (a ser produzido em cooperativas). O município de Itapiranga (SC) tem algumas pequenas agroindústrias, trabalhando com derivados da cana-de-açúcar, com uma boa e rentável produção.

Conforme dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), no ano de 2003, setenta produtos agropecuários brasileiros somaram 158,3 bilhões de reais. Quatro desses setenta produtos somaram 52,3% do valor total da produção agropecuária: soja, carne bovina, carne de frango e milho. O Oeste Catarinense é maior produtor nacional de frango e grande produtor de milho.

O Mercosul, atualmente na etapa de União Aduaneira, não está plenamente integrado. Shilling (1992, p.199), aponta que

um processo de integração solidário, que trate de corrigir em forma gradativa os desníveis econômicos entre os países-membros, ou uma integração que acelere o processo de dominação, de anexação dos países mais débeis pelos mais poderosos — eis as alternativas.

Fatos recentes, tem mostrado o longo o caminho no Mercosul, para passarmos da atual fase da União Aduaneira para o Mercado Comum. A desvalorização cambial brasileira de 1999 fez os argentinos adotarem uma série de medidas protecionistas para barrar a entrada de produtos brasileiros, que ficaram baratos com o enfraquecimento do real. A crise Argentina, entre 2001 e 2002, causou queda do PIB do país e um conseqüente aumento do desemprego e miséria. Isso limitou o mercado de consumo. A Argentina despencou de segundo para sexto importador de produtos brasileiros. Essa crise argentina provocou um relativo enfraquecimento do Mercosul. Num primeiro momento, o

Produto Nacional Bruto, PNB do Mercosul encolheu de 1,05 trilhão de dólares em 1999, para 672 bilhões de dólares após a crise Argentina. Esses valores apenas agora estão sendo restabelecidos.

O Mercosul perdeu muito com a falta de autenticidade nos governos de Collor (Brasil) e Menem (Argentina), num passado recente. Os atuais governantes desses dois países estão correndo atrás dos prejuízos. Parcelas da burguesia não estão cumprindo seu dever para uma sociedade mais justa. Shilling (1992, p. 200), destaca que “burguesias como a brasileira e a Argentina na atualidade, totalmente comprometidos com objetivos antinacionais e antipopulares, não estão credenciados a conduzir uma integração autêntica, socialmente justa e sem objetivos”. Percebe-se assim, que a integração do nosso bloco deve ocorrer naturalmente num prazo mais longo, e não em cinco ou dez anos. A União Europeia (o mais integrado dos blocos – com uma moeda única – o euro) teve seu processo de integração iniciado em 1957.

Pensava-se até recentemente, que o vilão no atraso da integração no Mercosul era a dívida externa que o Brasil e a Argentina tinham com o FMI. Mesmo tendo se afastado do espectro da dívida com o FMI, o Brasil ainda não se encontrou plenamente como líder dentro do bloco.

Apesar de tudo, análises catastróficas feitas por alguns analistas e autores na década de 1990, com relação à agricultura brasileira, não se confirmaram. Milhares de pequenos produtores rurais, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tem se (re)adaptado ao exigente mercado do agronegócio globalizado.

O município de Itapiranga/SC está prestes a exportar cachaça e açúcar mascavo, e mel para o exigente mercado da União Europeia. São pequenos “nichos de mercado”, que o pequeno produtor rural não pode perder. Assim podemos criar outros.

À medida que os integrantes do Mercosul aceitarem a ideia de que a integração é à longo prazo, com estabilidade econômica, com menos convulsões sociais, com menos desempregados, com uma educação de melhor qualidade para todos e com mais investimentos nas pequenas propriedades agrícolas familiares, será possível também propor uma integração que não fique apenas centrada no Cone Sul.

Precisamos dentro do Mercosul, uma integração mais solidária entre os países membros. Precisamos corrigir os desníveis econômicos entre os países partícipes do bloco. Uma melhor integração – integrando todo o Mercosul, será a força motriz para que o Brasil se torne um verdadeiro “global player” (jogador mundial). Economias fortes, que investem na agricultura, na educação e se esforçam em resolver seus problemas sociais, serão competitivas e respeitadas. Assim, Itapiranga, e toda a região do Oeste Catarinense estão em parte descolados econômica e politicamente dentro do Mercosul, por falta de investimentos em setores estratégicos.

3.2 OS SÍTIOS DE LAZER E O TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

O território do município de Itapiranga/SC com as pequenas propriedades agrícolas familiares caracteriza-se pela multifuncionalidade, manifestada pela presença dos sítios de lazer ou residências secundárias e o turismo rural, propiciaram uma relativa interdependência com o espaço urbano.

Os sítios de lazer pesquisados no município são na maioria, domicílios de uso ocasional e utilizados principalmente em finais de semana, feriados e nas férias. Essas áreas de lazer, quanto ao tamanho, tem variado normalmente de meio hectare, a até em alguns casos raros a uma colônia de 25 a 30 hectares. O mais comum são os sítios com áreas que variam de três a cinco hectares, localizados próximos aos rios (rio Uruguai e seus afluentes). Com raras exceções, algumas áreas, quando afastadas de um rio, localizam-se ao lado de açudes que conciliam a piscicultura com área de lazer.

Os sítios de lazer são ocupados por moradores que possuem sua residência fixa na cidade de Itapiranga/SC, ou mesmo nas localidades do interior do município – **Gráfico 1**. Os pequenos produtores rurais também investiram em áreas de lazer junto aos rios, embora em menor escala do que os moradores da cidade, nos últimos anos.

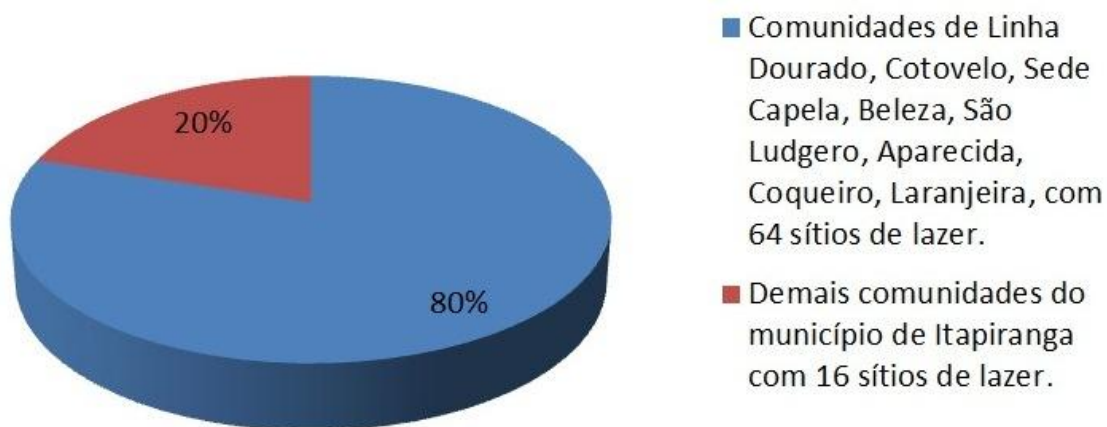


Gráfico 1 – Os sítios de lazer e sua localização em Itapiranga/SC

Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga/SC. 2011.

Os sítios de lazer ou residências secundárias, no município de Itapiranga/SC, tem aproveitado o espaço para a instalação de quadras esportivas, pomares, açudes, horas agroecológicas, reflorestamento de árvores nativas, reflorestamento de eucaliptos ou uva japonesa, criação de gado de corte, ovelhas de raça, cavalos de raça e outros, agregando valor à área rural. A **Foto 15** ilustra aspectos do sítio de lazer “estância Seu Chico”, de propriedade do Sr. Cladir de Lima, na Linha Laranjeira, interior do município de Itapiranga, que trabalha com a criação de ovelhas de raça.



**Foto 15 – Criação de ovelhas de raça - sítio de lazer “Estância Seu Chico”–
Linha Laranjeira – Itapiranga – SC**

Fonte: Acervo particular do Sr. Cladir de Lima. Ano 2011.

A “Estância Seu Chico” faz uma integração com a criação de ovelhas de raça e o turismo rural, como pode ser visto na A **Foto 16**.



Foto 16 – Criação de ovelhas de raça e a integração com o turismo rural - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo particular do Sr. Cladir de Lima. Ano 2011.

Integra ou concilia a criação de animais de raça, com turismo rural. Assim sendo, conforme depoimento do dono da “Estância Seu Chico”, o Sr. Cladir de Lima, explica que “a manutenção do sítio no mínimo tem que se pagar”. Para tanto, salienta ainda, “hoje o investimento é conforme o rendimento saído da estância”. De início, foi investido no sítio e hoje, depois de uma década, tornou-se autossuficiente. O Sr. Cladir possui uma caseiro, uma família que cuida do sítio e salienta que compensa a exploração diversificada na área rural que possui.

A “Estância Seu Chico” é uma exceção entre os sítios de lazer pesquisados, pois é um dos poucos que não fica à beira de um rio. No entanto, a mãe natureza foi muito pródiga com a área, por oferecer várias fontes de água. Com água abundante o sítio concilia a criação de gado de raça (nelore), ovinocultura, cavalo crioulo de raça, piscicultura, pomar e reflorestamento de árvores nativas. Além disso, possui uma “campeira”, onde são realizados rodeios

com premiação e é local para a realização dos rodeios nos Jogos Abertos de Itapiranga – os chamados “JAITS” – **Foto 17.**



Foto 17 – Criação do cavalo crioulo de raça e a integração com o turismo rural e participação em rodeios - sítio de lazer “Estância seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo particular do Sr. Cladir de Lima. Ano 2011.

O sítio de lazer “Estância Seu Chico”, é um exemplo de como conciliar uma área de lazer com turismo rural para a comunidade em geral. O sítio além de ser a segunda residência da família do Sr. Cladir de Lima, tem mostrado que é possível agregar valor com a criação de gado, cavalo, peixe e ovelha, e ainda funcionar como área de lazer e turismo para outras famílias, escolas, creches, grupos de idosos, grupos tradicionalistas e apreciadores da natureza. O sítio possui trilhas ecológicas, que são muito apreciadas por esses grupos.

A “Estância Seu Chico” tem desempenhado uma função social muito nobre ao povo itapiranguense e região do oeste catarinense. Serve de aulas

práticas para os cursos de Veterinária e Agronomia da FAI - Faculdades de Itapiranga/SC e grupos de escoteiros de Itapiranga e região. Além disso, a comunidade em geral é convidada a participar de um evento comemorativo à Semana Farroupilha, no mês de setembro, em final de semana, com carreteiro de charque e música gauchesca com a presença de músicos tradicionalistas famosos.

O Sr. Cladir de Lima, com relação às expectativas sobre o futuro de seu sítio, salienta que

É urgente criar uma associação de ovinocultores no município de Itapiranga/SC. A ovelha pode ser consorciada com a criação do gado de leite. O gado de leite utiliza-se do pasto alto. Experiências mostraram que a ovelha aproveita as sobras da vaca, ou seja a pastagem mais baixa.

Para que um sítio de lazer seja produtivo é preciso planejamento e muita organização. O Sr. Cladir de Lima, utiliza planilhas onde registra todos os investimentos e lucros obtidos em sua propriedade, pois assim, conforme salienta, “tenho um suporte e a realidade da estância”. Dessa forma, a “Estância Seu Chico” é um modelo que funciona, desde haja organização e não se queira um resultado imediato. O melhoramento genético dos animais, por exemplo, foi feito ao longo de uma década, embora possua o mesmo número de animais, porém com maior valor agregado. Não é por acaso que o proprietário tem afirmado que “tudo ali produzido e criado faz o sustento da propriedade, e, o sítio tem cumprido com sua função de sustentabilidade ambiental”. Não consegue atualmente atender toda a demanda de compradores de ovelhas, cavalos, gado e peixe. A **Foto 18** mostra aspectos da integração da piscicultura e preocupação ambiental voltada para a sustentabilidade, com a proteção de mananciais de água e reservas de áreas de florestas nativas.



Foto 18 – A piscicultura e os cuidados com meio ambiente - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo particular do Sr. Cladir de Lima. Ano 2011.

A **Foto 19** ilustra aspectos da criação de gado de raça e alguns cuidados básicos com o meio ambiente, como proteção da mata ciliar em pequenos córregos e mananciais de água, e, preservação de mata nativa.



Foto 19 – Criação de gado e os cuidados com o meio ambiente - sítio de lazer “Estância Seu Chico”– Linha Laranjeira – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo particular do Sr. Cladir de Lima. Ano 2011.

Os primeiros sítios no município de Itapiranga/SC aparecem na década de 1970, mas o seu número é intensificado consideravelmente a partir da segunda metade da década de 1990. É importante destacar, que a quase totalidade dos sítios de lazer localizam-se em áreas consideradas rurais, conforme definição utilizada pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e critérios definidos pelo Plano diretor da Prefeitura Municipal de Itapiranga/SC.

A procura pela aquisição de sítios de lazer explica-se em parte, conforme pesquisa realizada, pela crise da década de 1990, pelo crescimento da cidade de Itapiranga na última década, pela procura por uma qualidade de vida das novas gerações conciliando o lazer e o contato com a natureza. É sem dúvida, uma nova concepção cultural sobre saúde e qualidade de vida. Algumas novas posturas estão bem presentes no chamado período da pós- modernidade. O autor Claval (2001, p. 403), afirma que “a pós-modernidade é o signo da crise que atinge de repente as maneiras de ver o mundo, de definir a verdade e de

construir a sociedade...”. Assim sendo, parte da sociedade deixa de lado o consumo imediato e passa a valorizar mais a qualidade de vida, o lazer e a cultura.

Os resultados da pesquisa mostraram que os sítios de lazer, conciliando a segunda residência com turismo rural, são na maioria das vezes, aliados na preservação ambiental. A ocupação do solo, em 90% do universo pesquisado, tem mostrado ações e posturas de preservação dos mananciais de água. Em torno de 70% dos entrevistados, relataram práticas de reflorestamento de árvores nativas. Assim sendo, os seus proprietários demonstraram possuir uma consciência na preservação da água e que esta precisa da mata nativa. Quase sem exceção, a prática da caça não é tolerada e relatam respeitar a ictiofauna³⁰ dos rios, sem uso de redes e pescam por esporte com o uso do anzol na época apropriada. A maioria dos entrevistados preocupa-se com práticas sustentáveis. Relatam que o uso de práticas sustentáveis pode trazer-lhes um retorno a médio ou longo prazo, em atividades como apicultura, reflorestamento, piscicultura e animais de raça como gado, cavalos e ovinocultura.

A manutenção dos sítios é geralmente feita pelos proprietários, em 50% dos casos. A outra parcela dos sítios pratica uma espécie de parceria com pequenos produtores vizinhos ou moradores próximos numa espécie de “parceria”, onde parte da área do sítio é alugada em troca de serviços na manutenção, do pomar, corte de grama, ajardinamento, poda de árvores e outros. O investimento inicial em todos os sítios pesquisados vem inicialmente de outras fontes de renda. De todos os sítios pesquisados, apenas a “Estância Seu Chico”, do Sr. Cladir de Lima, da Linha Laranjeira, município de Itapiranga/SC, é autossuficiente, ou seja, fez investimentos nos primeiros dez anos de instalação, sendo que atualmente não requer investimentos trazidos de fora da propriedade.

³⁰ A ictiofauna representa os tipos de peixes nativos de um rio. O rio Uruguai tem na sua composição os seguintes peixes presentes sua ictiofauna: dourado, piava, grumatão, piraicanjuba, bocudo ou suruvi, pintado, bagre, pati, trairão, cascudo chocolate, cascudo viola, cascudo pintado, cascudo preto, muçum e outros. Os afluentes do Rio Uruguai, com exceção do rio Peperi-Guaçu, tem na sua composição os seguintes peixes presentes, na sua ictiofauna: Jundiá, traíra, lambari, cascudo de várias espécies, peixe espada, cará e outros. O rio Peperi-Guaçu, o maior afluente do rio Uruguai, tem todas as espécies dos afluentes do rio Uruguai e mais algumas espécies do próprio rio Uruguai, como é o caso do dourado, pintado e as outras espécies nativas se tornaram mais raras devido a ação humana e desflorestamento em suas margens.

Conclui-se, que com organização, planejamento e sem uma “cultura do imediatismo”, é perfeitamente possível, conciliar-se lazer, descanso, contato com a natureza e obter ganhos com a exploração diversificada de um sítio. Numa exploração ecologicamente sustentável, são necessários ainda persistência e paciência.

3.3 A PISCICULTURA COMO SETOR ESTRATÉGICO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DE QUALIDADE

A piscicultura no Brasil se destaca como uma importante e promissora atividade agropecuária. Nas pequenas propriedades agrícolas familiares do Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga, verifica-se um crescimento e um grande potencial ainda a ser explorado nesse setor.

Com relação à necessidade de desenvolvimento das potencialidades rurais no Brasil, o autor Vilela (1998, p. 91), destaca que

uma nação, como a nossa, só poderá ser poderosa e progressista se tiver uma eficiente agricultura, na qual se prevejam, também, alternativas ou estratégias para geração de tecnologia adequada às condições das economias rurais, fundamentalmente, dos pequenos produtores.

A Organização das Nações Unidas – ONU, considera a piscicultura como uma atividade estratégica mundial para a segurança alimentar sustentável, pelo fato do peixe ser um alimento proteico de alta qualidade e com pouca gordura. A produção de peixes como atividade zootécnica tem crescido mundialmente na última década. A China é atualmente o maior produtor mundial, com mais de 70% da produção, conforme dados recentes da Organização para a Alimentação e a Agricultura – FAO, cujo organismo está ligado a ONU. A FAO, com trabalhos e programas de longo prazo, para conseguir garantias na produção alimentar, numa clara filosofia de preservar a natureza e os recursos naturais, tem incentivado o setor da piscicultura mundo afora, para que contribua com o desenvolvimento sustentável.

Na América do Sul, o Brasil é o segundo maior produtor de peixes em água doce, no sistema de tanques ou açudes, perdendo apenas para o Chile.

Percebe-se em Santa Catarina e em Itapiranga/SC, que a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, e um número significativo de secretarias municipais da agricultura, tem se empenhado na última década em desmistificar a concepção e a cultura inicial impregnada nas pequenas propriedades agrícolas, principalmente pela Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina – ACARESC, que a piscicultura em Santa Catarina poderia ser apenas uma atividade complementar de renda, sem grandes vestígios ou perspectivas de agregação de valor junto aos pequenos produtores rurais. O projeto da piscicultura quando implantado na agricultura familiar, em Santa Catarina, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, oferecia pouco acompanhamento técnico e uma precária estrutura para o escoamento e venda da produção. Além do mais, havia uma cultura muito forte, trazida pelos teuto católicos em Itapiranga, quanto ao consumo de carne de aves, porcos e bovino. Havia inicialmente, uma carência muito grande no reconhecimento da qualidade nutricional do peixe para a saúde. Foi preciso engajamento na produção e melhoramento técnico. Assim sendo, os investimentos feitos pelos pequenos produtores rurais foram de início, tímidos e em pequenas áreas. A confiança viria mais tarde, com os incentivos e mudança de postura.

Conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga, a partir da segunda década de 1990, as pequenas propriedades agrícolas familiares em Santa Catarina e em Itapiranga, investiram mais na piscicultura. Contribuiu para essa evolução e crescimento, os trabalhos da EPAGRI, universidades e secretarias da agricultura.

O ramo da piscicultura tem se revelado como uma opção interessante com resultados estimulantes para as pequenas propriedades agrícolas familiares de Itapiranga/SC. De um modo geral a piscicultura em pequena escala não requer altos investimentos, basta existir um manancial de água e saber aproveitá-lo de forma sustentável. A qualidade da água é o fator principal na escolha do local para a instalação de um tanque ou açude.

Nas pequenas propriedades agrícolas no município em estudo, temos atualmente, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura, no ano de 2011, duzentas e oitenta propriedades agrícolas que possuem açude ou tanques para a atividade de piscicultura de água doce – **Gráfico 2**.

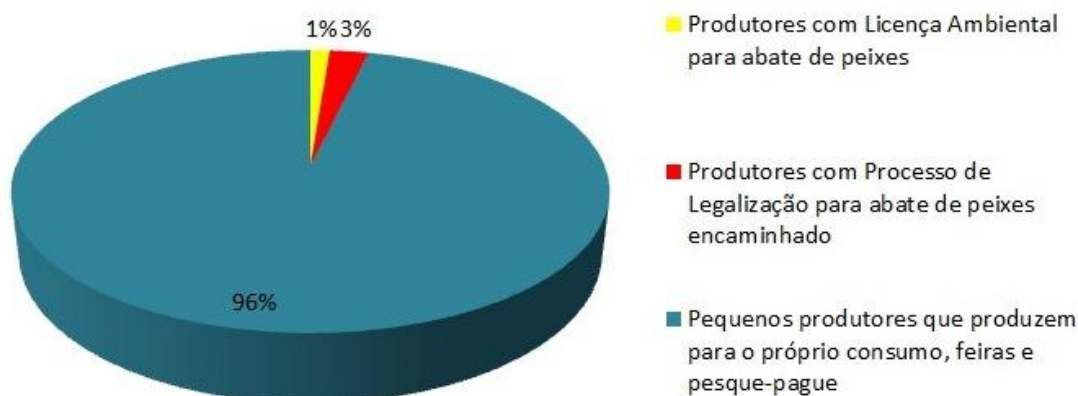


Gráfico 2 – Pequenos produtores rurais com atividade na piscicultura em Itapiranga/SC

Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga/SC. 2011.

A área total dos açudes dos pequenos produtores rurais no município, apresentados no **Gráfico 2**, representa uma lâmina de água de 60 hectares, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura,.

A maioria dos pequenos produtores rurais entrevistados, responderam que escolheram a atividade da piscicultura, para o próprio consumo. Eventualmente vendem os excedentes de peixes, participando de feiras, na cidade de Itapiranga. Temos atualmente um frigorífico legalizado e dois frigoríficos em processo de legalização no município. Esse número de pequenos agricultores investindo na piscicultura é muito importante, pois revolucionam novos hábitos na ingestão de carne no consumo familiar e geram mais renda e emprego. No universo dos pequenos produtores entrevistados, a ampla maioria manifestou-se satisfeito com o empreendimento. As espécies hoje mais cultivadas no município de Itapiranga/SC são as seguintes: Tilápia, Carpa Comum, Carpa Capim, Carpa Prateada, Carpa Cabeça Grande e Bagre.

O único frigorífico legalizado no município de Itapiranga/SC, “Abatedouro de Pescados Stülp” pertence ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stülp, situado em sua propriedade na Linha Popi, município de Itapiranga/SC – **Foto 20**.



Foto 20 - “Abatedouro de Pescados Stülp” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stülp e família, situado em sua propriedade, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Atualmente é o único frigorífico legalizado para abater peixes no oeste catarinense e em Itapiranga. Em seu açougue, **Foto 20**, a família do Sr. Nilton, abate e embala uma tonelada de filé de tilápia por mês. Toda a produção é absorvida pelos supermercados e restaurantes da cidade de Itapiranga.

A propriedade do Sr. Nilton Neri Stülp é um exemplo do aproveitamento das potencialidades existentes na agricultura familiar. Com uma área de 26,5 hectares, esse produtor rural investiu, nos últimos quinze anos no

reflorestamento de eucaliptus com 25.000 pés plantados em 12 hectares, e ramo da piscicultura criando tilápias.

O setor da piscicultura, conforme destaca o próprio produtor rural, é o ramo que mais agrega valor e renda à sua propriedade. Com uma criação média de 100.000 tilápias, distribuídos em dezoito açudes ou tanques, numa área de 2,5 hectares de lâmina de água - **Foto 21**.

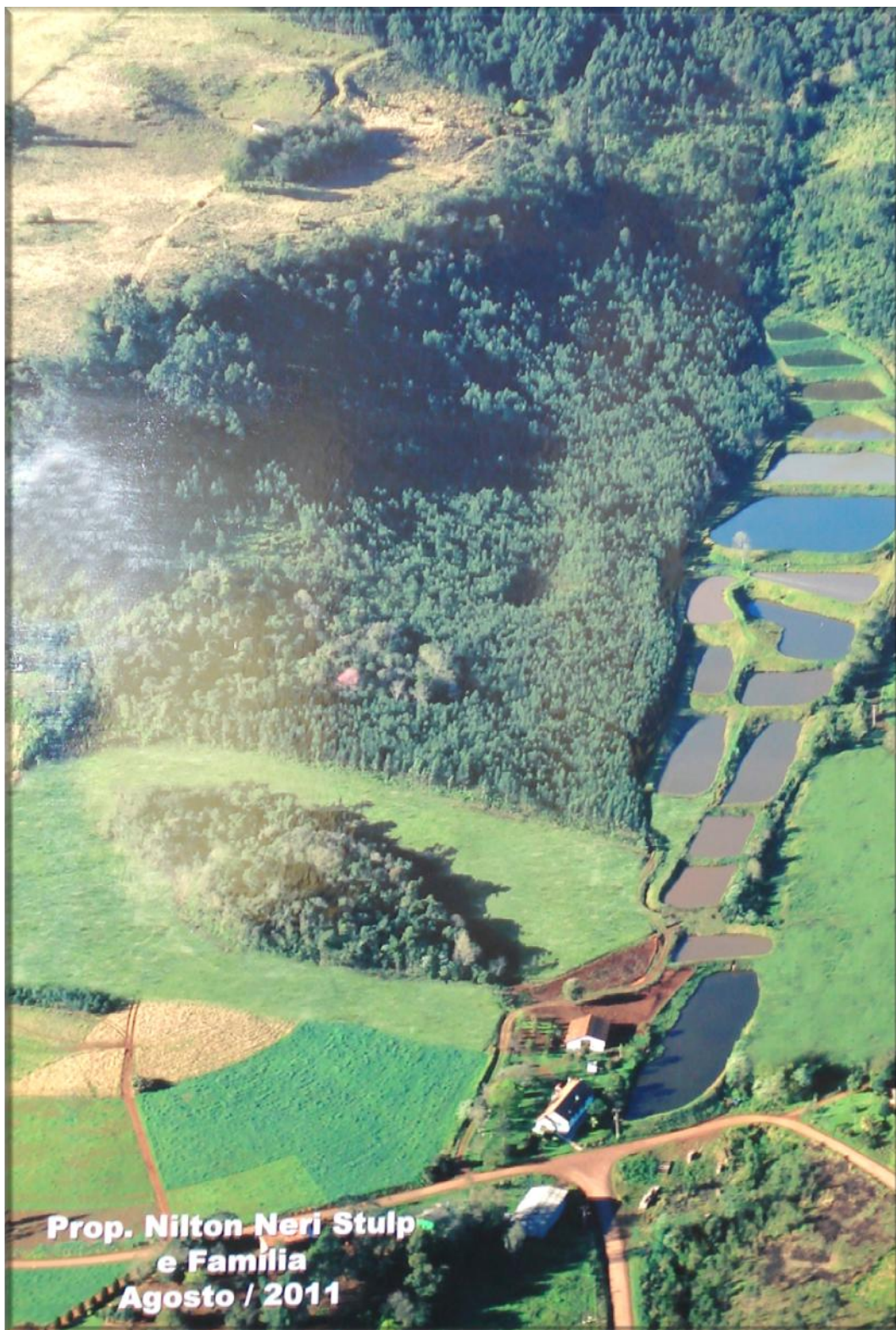


Foto 21 - “Abatedouro de Pescados Stulp” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stulp e família, situado em sua propriedade, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stulp. 2011.

Ao ser questionado sobre o que pensava sobre as novas ruralidades em sua propriedade agrícola, o Sr. Nilton Neri Stülp, destaca que

As novas ruralidades presentes em nossa propriedade, especialmente a piscicultura, agregam mais valor que a agricultura tradicional. No nosso caso, a piscicultura é mais segura que a plantação de produtos tradicionais como milho, feijão, arroz, batata e outros, que dependem muito dos fatores climáticos. A piscicultura é para quem tem água na propriedade e se dispõe a seguir as rígidas normas ambientais.

O ramo da piscicultura do Sr. Nilton Neri Stülp, possui licença ambiental e os produtos da pesca são inspecionados. O produtor destaca que em média ocorre um lote por ano em cada tanque, desde a colocação dos alevinos até o abate dos peixes. O ciclo dos peixes poderia ser de mais ou menos de cinco meses, na ausência de meses frios. Assim sendo, a escolha da tilápia para a produção e comercialização não foi aleatória e não ocorreu por acaso. Com relação à esse aspecto, o produtor destaca que

Devido ao frio no inverno, os peixes se alimentam menos retardando seu crescimento e peso final. Por isso que escolhi a tilápia, por se adaptar às oscilações de temperatura, e, principalmente pela boa aceitabilidade do filé da tilápia nos supermercados e restaurantes existentes no município de Itapiranga/SC.

O produtor rural salienta que o custo/benefício compensa nos investimentos realizados na piscicultura. Reforça ainda, que para se obter uma qualidade do produto final, que é filé da tilápia, são necessários alguns cuidados básicos. Os açudes ou tanques da piscicultura devem mostrar equilíbrio entre a qualidade física e química da água, dos microorganismos existentes na água e a densidade populacional, que é importante para evitar-se o stress e doenças. A **Foto 22** mostra aspectos gerais dos açudes.



Foto 22 – Aspecto geral dos tanques da piscicultura do Sr. Nilton Neri Stülp e família, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

É importante destacar, que conforme mostra a **Foto 22**, os fios de “nylon”, sobre os açudes, tem a função de espantar os pássaros predadores.

Nota-se um cuidado muito grande com a água, na propriedade em análise. Isto é muito importante no mundo contemporâneo. O autor Gonçalves (2004, p. 161), ensina-nos sobre os cuidados da água como bem precioso, afirmando que

Por todo lado onde há vida, há água. Atentemos, pois, que a vida deve ser entendida para além de sua dimensão estritamente biológica, posto que a água está presente na sociedade por todo lado – agricultura, no artesanato e na indústria.

Dessa forma, também os pequenos produtores possuem um compromisso com a preservação ambiental, contribuindo para a exploração da agricultura familiar, de forma sustentável. A **Foto 23**, mostra a preocupação com os remanescentes de floresta nativa, próximo aos açudes. A floresta de árvores nativas é extremamente importante na preservação de mananciais de água.



Foto 23 – Aspecto geral de um dos tanques da piscicultura próximo a floresta nativa, do Sr. Nilton Neri Stülp e família, na Linha Popi, município de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

No exemplo da propriedade agrícola em análise, existe uma boa renovação da água. A renovação da água na propriedade citada é possível devido ao excelente e abundante manancial de água e pela declividade do terreno, onde a água corre por gravidade para cada açude.

É imprescindível para um pescado com qualidade de carne, a utilização de “tanques de depuração” – **Foto 24**. Nestes tanques especiais, antes de

seguirem para o abatedouro, os peixes ficam dois dias em água corrente, oxigenada e sem trato. Este procedimento é recomendável, e é no dizer do Sr. Nilton, “essencial para não ficar gosto na carne”.



Foto 24 – Tanques de depuração do “Abatedouro de Pescados Stülp” pertencente ao pequeno produtor rural, Sr. Nilton Neri Stülp e família, situado na Linha Popi, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Após a retirada dos peixes nos açudes, a água é retirada e é feita a chamada “calagem”. A aplicação de cal virgem é importante, por interferir nas características físicas e químicas do solo. Assim, corrige-se o PH do solo e da água e serve como assepsia contra os ovos e larvas de parasitas e predadores.

O que chama a atenção na propriedade agrícola familiar do Sr. Nilton Neri Stülp é o atendimento aos rígidos padrões de fiscalização e de legislação ambiental. O trabalho na piscicultura é realizado pelo proprietário e sua esposa e mais um funcionário. O casal mostra-se satisfeito com o empreendimento, pois

conforme destaca o Sr. Nilton, é “com os ganhos dos produtos de pescados que conseguimos manter os três filhos em faculdades particulares; esse sustento seria difícil na agricultura tradicional”.

Conclui-se que a agricultura familiar pode ser rentável. Basta aproveitar as potencialidades existentes em seu interior, de forma racional e com consciência ambiental. A piscicultura é um ramo viável no município de Itapiranga e oeste catarinense. A qualidade de um produto quando é conquistada, não pode ficar restrito apenas a ele. É um conjunto de ações, que envolve preocupação também com o meio ambiente. Os autores Vogtmann; Wagner (1987, p. 23) destacam que “fica evidente como seria difícil querer avaliar a qualidade dos alimentos através da quantificação de parâmetros isolados”. Assim sendo, além da propriedade agrícola mencionada que é autossuficiente, da produção ao abate e colocação no mercado de seu produto, as demais pequenas propriedades agrícolas que desenvolvem a piscicultura no município, demonstraram uma satisfação quanto à viabilidade do setor. A carne de peixe em Itapiranga tem sido muito bem aceita nos últimos anos. É um setor que apresenta potencialidades a serem exploradas, seja em feiras, pequenos frigoríficos, lazer, ou a exploração do chamado “pesque-pague”, e, principalmente como mais uma opção para a subsistência, onde a carne de peixe é uma excelente opção com seu alto valor proteico.

3.4 O PLANTIO DE EUCALIPTO, UVA JAPONESA E ÁRVORES NATIVAS COMO RECENTES ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPIRANGA/SC

O homem para sobreviver ao longo da história sempre necessitou de produtos de base florestal para o seu conforto e sobrevivência. As florestas nativas estão no limite da exploração. As florestas nativas ainda existentes no Brasil e no mundo precisam ser preservadas pela riqueza da sua biodiversidade. Neste cenário, o plantio de eucalipto e uva Japão ou uva japonesa tem aparecido com soluções importantes para a agricultura familiar, devido a sua excelente

aplicabilidade. O cultivo dessas árvores tem sido uma excelente alternativa para as pequenas propriedades agrícolas familiares, SC e oeste catarinense. Com boa adaptação ao tipo de clima, relevo, rápido crescimento, boa produtividade e possibilidade de sua madeira ser aplicada em inúmeros setores, como móveis, construção civil, carvão, energia e outros, o seu reflorestamento tornou-se uma potencialidade e uma “ruralidade” viável.

Os reflorestamentos onde se inclui o eucalipto e a uva japonesa estão concentrados, conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, com dados de 2011, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O eucalipto, atualmente é plantado em larga escala no Brasil, e no oeste catarinense e em Itapiranga não tem sido diferente. Originariamente trazido da Austrália e ilhas da Oceania, na segunda metade do século XIX para servir como dormente e energia nas linhas férreas, foi muito criticado sobre o desequilíbrio no meio ambiente e a drenagem dos solos. Em Santa Catarina, os incentivos foram dados pelo governo, como uma alternativa econômica aos pequenos produtores rurais, mesmo que as universidades e institutos de pesquisa tenham mostrado preocupação com o desequilíbrio ambiental devido ao seu uso. A EPAGRI, também desenvolve pesquisas e experiências sobre os limites e alcances do plantio de eucalipto para o meio ambiente.

A uva Japão ou japonesa é originária do Japão, China e outros países asiáticos, também entrou no século XIX, trazida pelos imigrantes japoneses, para servir inicialmente como lenha e carvão. O plantio para fins comerciais, tanto da uva Japão como do eucalipto, passou a ser uma prática mais usual a partir da década de 1940. Assim, como o eucalipto, algumas pesquisas em andamento no Estado de Santa Catarina, poderão em pouco tempo dar mais detalhes sobre o custo/benefício desse plantio. No oeste catarinense e em Itapiranga/SC, seu uso se alastrou nos últimos quinze anos, com maior ênfase ao eucalipto, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura e EPAGRI. O **Gráfico 3** a seguir, mostra a evolução em hectares, da plantação de árvores nativas, uva japonesa e do eucalipto no município de Itapiranga/SC, nos últimos cinco anos.

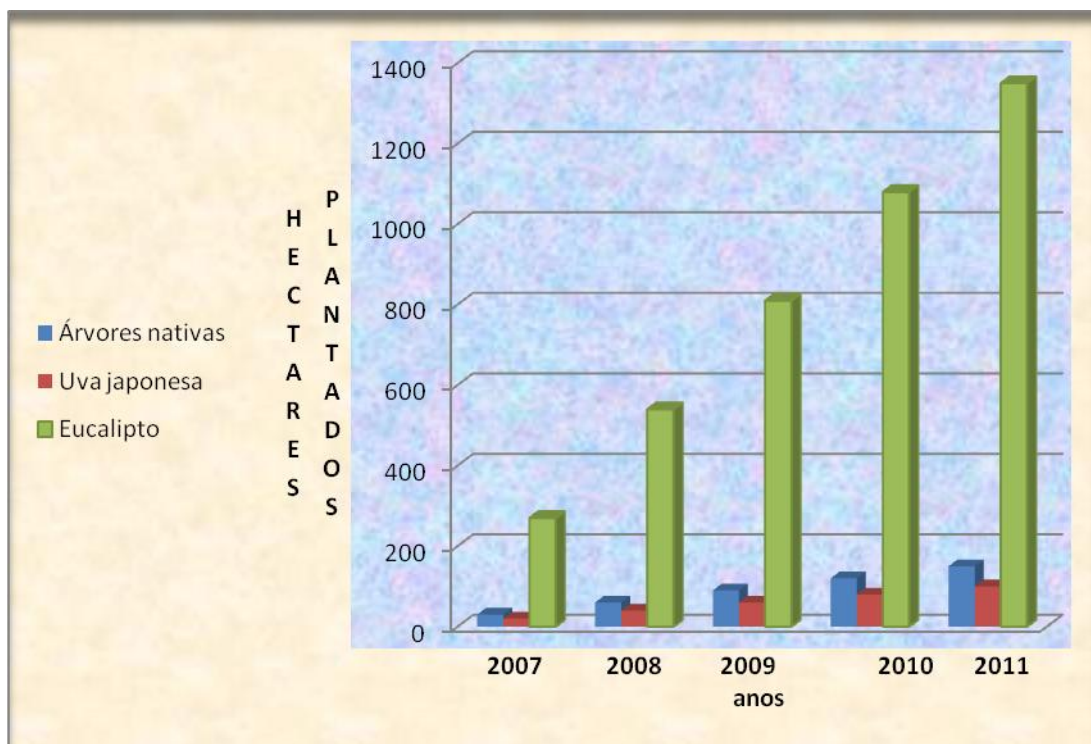


Gráfico 3 – Evolução da área ocupada em hectares no plantio de árvores nativas, uva japonesa e eucalipto, no município de Itapiranga/SC, no período de 2007 a 2011.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir dos dados da Secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga/SC.

O plantio de eucalipto e de uva japonesa está distribuído, por todo o município de Itapiranga/SC. Em todas as localidades existem plantios nas propriedades agrícolas e o que mais sobressai na plantação é o eucalipto. A média de área florestada de eucalipto por ano é de 540.000 mudas, nos últimos cinco anos. Isso equivale dizer que foram plantados no período de 2007 a 2011, um montante de 2.700.000 mudas, conforme mostra o **Gráfico 4**. A uva japonesa plantada foi menor em número e área do que o eucalipto e as árvores nativas.

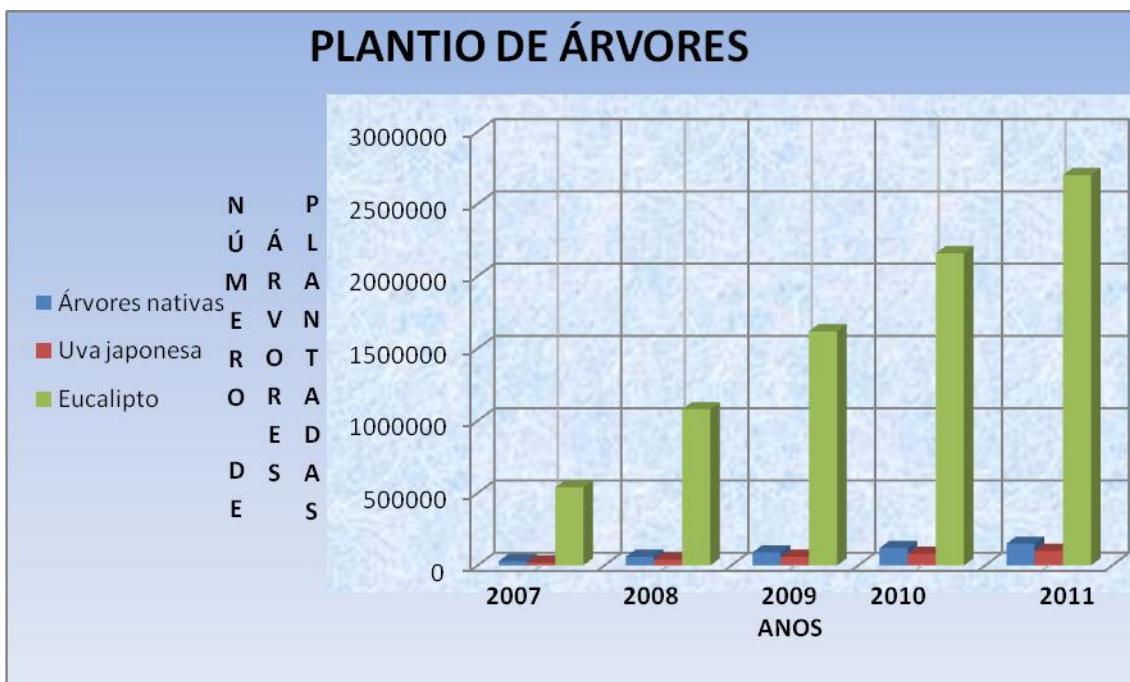


Gráfico 4 – Evolução do número de mudas reflorestadas de árvores nativas, uva japonesa e eucalipto, no município de Itapiranga/SC, no período de 2007 a 2011.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir dos dados da Secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga/SC.

A Secretaria Municipal da Agricultura, com o apoio da EPAGRI, com o Projeto de Microbacias 2, motivou os pequenos produtores rurais no território itapiranguense, no plantio de árvores nativas de mais de uma dúzia de espécies diferentes, na última década. O trabalho se concentrou ainda mais nos últimos cinco anos. As árvores nativas estão sendo distribuídas aos pequenos produtores rurais para serem plantadas, na beira dos rios, açudes, mananciais de água e em sítios de lazer. A Prefeitura distribuiu uma média de 30.000 a cada ano, com um montante de 90.000 mudas plantadas em 2011, conforme mostra o **Gráfico 4**. A distribuição de mais plantas nativas do que a uva Japão, nos dá uma ideia de que existe de fato uma preocupação com mananciais e fontes de água, criação de pequenos bosques e regeneração das florestas nativas.

O comerciante e produtor rural, Sr. Werner Stülp, é exemplo de que a agricultura familiar combina bem com o reflorestamento no município de Itapiranga/SC. Com sua propriedade localizada na Linha Sede Capela, com área

de 35 hectares, possui 32 hectares de reflorestamento, sendo quase a totalidade de eucalipto.

O pequeno produtor rural explica que entrou no ramo do reflorestamento, no ano de 1995, animado pelo projeto apresentado pelo Governo do Estado de Santa Catarina e EPAGRI, que propunham um incentivo de duzentos reais por hectare de eucalipto plantado, mais a orientação técnica. A EPAGRI tinha uma intenção clara em proporcionar meios para aumentar a renda do pequeno produtor rural e para que a indústria dispusesse de madeira no mercado como fonte energética, especialmente carvão e usos da madeira em geral no setor da construção civil e moveleiro.

O Sr. Werner iniciou com cinco hectares e a cada ano foi aumentando a área plantada. Hoje, dezesseis anos depois, com 60.000 árvores plantadas, satisfeito, salienta que “algumas árvores são impossíveis de serem abraçadas completamente”, conforme **Foto 25**.



Foto 25 – Amostra de eucalipto pronto para a colheita na propriedade agrícola do Sr. Werner Stülp, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

O produtor rural, quando questionado sobre o sucesso, formosura das árvores, a relativa uniformidade do desenvolvimento das árvores, e do significativo capital em sua propriedade, explica que é preciso muita dedicação e persistência no ramo do reflorestamento. Quem investe nesta atividade não pode esperar um retorno imediato. O uso da técnica chamada de “raleio” é fundamental se o reflorestamento ficar destinado para a produção de toras, com posterior transformação em madeira serrada, para os diversos fins, como móveis e construção civil. Sobre a técnica do “raleio”, o Sr. Werner, destaca que

O raleio as vezes significa tirar e cortar uma árvore bonita. Mas precisa ser feito, para trazer espaçamento para as futuras toras. A venda da lenha em metro do raleio, é o primeiro recurso para quem trabalha com produção de toras do eucalipto. O raleio quando bem feito compensa, devido a formação de árvores bonitas para toras.

Com relação às metas traçadas e os objetivos alcançados, o Sr. Werner, explica que

Em média foram plantados 4.000 pés de eucaliptos por ano, durante 13 anos, de 1995 a 2007 num total de 60.000 pés. Com o raleio feito, já fiz uma boa venda de madeira em metro e permaneceram mais ou menos 300 árvores por hectare, o que foi recomendado pela EPAGRI. O segredo é o manejo correto.

Sobre o correto manejo e combate às pragas e ataques de pássaros, o Sr. Werner, salienta que

A recomendação é plantar em torno de 1600 árvores por hectare; depois de um tempo é feito o raleio, quando sobram 300 árvores. Quanto às pragas, o verme roedor foi problema no início, quando comecei com o projeto. Nos últimos anos o pássaro caturrita, tornou-se uma verdadeira praga, pois rói a ponta das árvores jovens, o que provoca em seguida uma brotação em excesso. Além disso, precisamos controlar a formiga cortadeira.

A **Foto 26** ilustra aspectos gerais do reflorestamento na propriedade do Sr. Werner Stülp.



Foto 26 – Aspecto geral do reflorestamento de eucalipto, da propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stülp, na linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

A **Foto 27** faz uma referência à possibilidade da criação de gado com a plantação do eucalipto, numa espécie de consorciamento, mantendo-se a plantação de grama no meio das árvores. Essa nova técnica está sendo adotada por vários pequenos produtores rurais do município de Itapiranga/SC, inclusive pelo Sr. Werner, o qual se sente satisfeito com a escolha feita por parte de sua propriedade. É uma maneira diferente de agregar valor a propriedade agrícola.



Foto 27 – Aspecto de uma área do reflorestamento de eucalipto, da propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stülp, com consorciamento de criação de gado, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

A **Foto 28** ilustra muito bem os cuidados necessários no correto manejo da uva japonesa, a qual se adapta bem em áreas ociosas, barrancos ou beira de estrada.



Foto 28 – Exemplo de técnica usada na condução de árvores no reflorestamento de uva japonesa, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stülp, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Na **Foto 29** podemos perceber que em algumas áreas o chamado “raleio” não é necessário, como por exemplo, à beira de estradas. No plantio de eucalipto em beira de estrada, as árvores podem ficar mais juntas, formando assim verdadeiros túneis verdes. Esse sistema foi recomendado inclusive pelo Projeto Microbacias 2, para agregação de valor às propriedades agrícolas e melhor manutenção das estradas.



Foto 29 – Técnica de plantação do eucalipto, na beira de estrada, formando um túnel, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stülp, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Com relação à uva japonesa, o produtor rural não possui grande área plantada. O Sr. Werner explica que muitas árvores nasceram por si, de sementes trazidas por pássaros - **Foto 30**. Além do mais, em clareiras de mata nativa, tem feito o plantio da espécie. A Uva japonesa suporta bem a mata nativa e o plantio em suas clareiras “foi uma maneira rápida de fechar pequenos vazios ociosos, agregando valor”, conforme destaca o produtor rural.



Foto 30 – Reflorestamento de uva japonesa, na propriedade agrícola familiar, do Sr. Werner Stülp, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Em sua propriedade agrícola, o Sr. Werner Stülp, tem ainda uma reserva de floresta nativa e preserva um “capoeirão” de mais ou menos quarenta anos, onde muitas árvores nativas estão se regenerando. Assim sendo, da forma como está estruturada a propriedade, o produtor salienta que “é possível investir mais na apicultura, que por hora é de subsistência. A apicultura é bem tolerada com o eucalipto e preservação de áreas nativas de floresta”.

Na **Figura 9**, a seguir, temos o exemplo de cópia de caderno de controle e anotações, da plantação de eucalipto do Sr. Werner Stülp.

Em maio 2005 veio Vandir Meier

Em junho 2005 foi feito descalhe
eucalipto ladina.

Em julho 2005 feito estrada na roça
da Figueira + estrada morro el Franquinho
e Franisco Schum por lado 4 1/2 Horas
a 150,00 = 675,00.

Em julho 2005 iniciado retirada da
linha roça + antiga.

Em Agosto plantio eucalipto (A)

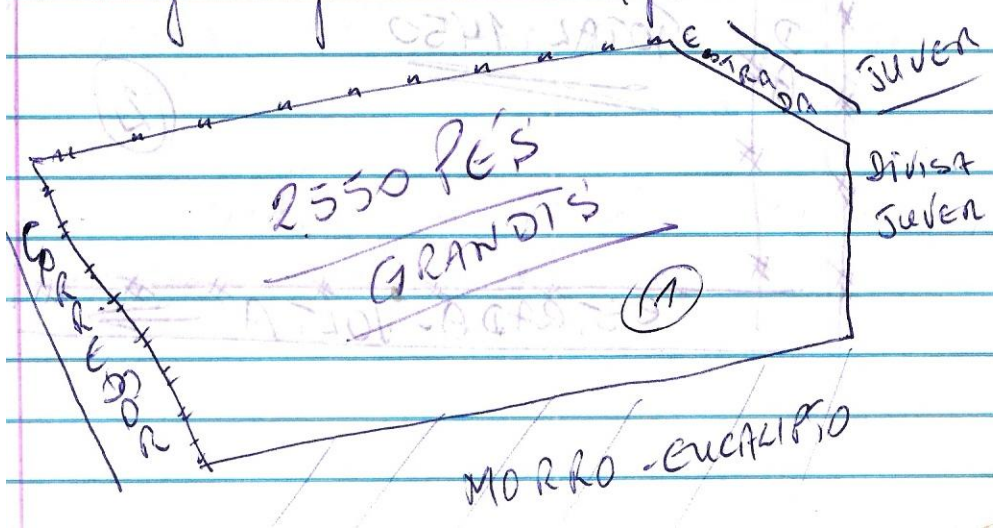


Figura 9 – Cópia do caderno de controle “projeto eucalipto”, do Sr. Werner Stülp, da propriedade agrícola familiar de Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do Sr. Werner Stülp. Ano 2011.

Pela Figura 9, podemos ter uma noção da importância da organização de uma pequena propriedade agrícola familiar. O produtor rural tem todas as

anotações das 60.000 mudas de eucalipto plantadas, desde o ano de 1995 até os dias de hoje, numa espécie de “controle administrativo e controle técnico” do reflorestamento em seus dois cadernos chamados de “Projeto Eucalipto”. Estas iniciativas de controle relativamente simples, mas de suma importância, compensam e ajudam a dar as diretrizes numa agricultura familiar de sucesso. Poucos são os pequenos produtores, que seguem o exemplo citado à risca.

Conclui-se que trabalhar com reflorestamentos nas pequenas propriedades agrícolas familiares no município de Itapiranga/SC, é uma oportunidade para agregação de renda e valor. E administrativamente é economicamente viável. Trabalhar com eucalipto requer um pouco de paciência e dedicação, mas tem mostrado que pode trazer bons retornos dentro das pequenas propriedades agrícolas familiares de Itapiranga/SC. Isso sobretudo, porque, conforme destacam os autores Zanatta; Schvarz Sobrinho (2008, p. 5), “do eucalipto nada se perde. Das folhas se extrai óleos essenciais para produtos fármacos, de higiene, limpeza e alimentos. As flores são ótimas para abelhas produzirem mel. Com a madeira em si, produz-se lenha, celulose e postes”. De qualquer maneira, é viável o eucalipto sob o ponto de vista econômico e administrativo da propriedade, mas ecologicamente tem recebido muitas críticas. Do ponto de vista ambiental, o melhor reflorestamento é o de mudas nativas.

3.5 AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM ITAPIRANGA/SC

A estratégia da agroindústria familiar tem sido uma solução para os pequenos produtores rurais aumentarem sua renda. Através da descentralização da produção, as famílias conseguem reduzir custos e agregar valor aos seus produtos.

Com relação à produção e valor de troca dos produtos da agroindústria familiar, o autor Mior (2005, p. 191), ao estudar o oeste catarinense, destaca que

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca

que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo.

Como alternativa, a agroindústria familiar é importante na busca da construção de desenvolvimento local sustentável, tendo como base o trabalho da família. A agroindústria gerenciada pelos próprios pequenos produtores é de suma importância, pois permite reduzir o êxodo rural, incentiva a sucessão hereditária e preserva o meio ambiente. Para chegar á esse nível é preciso um acúmulo de conhecimentos, que são destacados pelos autores Pelegrini; Gazolla (2008, p. 76), ao afirmarem que

Através de pequenas agroindústrias, alguns grupos de agricultores familiares estão construindo uma estratégia para manterem-se no meio rural, agregando valor ao produto agropecuário e, conseqüentemente, aumentando a renda familiar. Para tanto, lançam mão de conhecimentos e práticas de elaboração de produtos, que há centenas de anos desenvolvem e, também, de recursos disponíveis dentro de suas unidades de produção.

No município de Itapiranga/SC, temos quatro pequenos produtores rurais que trabalham com a agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, produzindo o melado, o açúcar mascavo e “schmier”. Em Linha Santa Cruz, temos a família de Hilário Mueller, que produzem açúcar mascavo e melado, com destino aos mercados da cidade Itapiranga/SC, e municípios vizinhos de Tunápolis, SC, e São João d’Oeste, SC. Além do mais, muitos consumidores vão até agroindústria efetuar a sua compra. A **Foto 31**, mostra aspectos gerais da agroindústria do Sr. Hilário Müller, residente na Linha Santa Cruz, município de Itapiranga.



Foto 31 – Aspecto geral da “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

O Sr. Hilário Mueller, possui uma área de sete hectares de terra, dos quais ocupa cinco hectares na plantação de cana-de-açúcar. Conforme ressalta o pequeno produtor, “cinco hectares são para a plantação da cana-de-açúcar e dois hectares servem para plantarmos produtos diversos para a nossa subsistência”.

A lenha usada na propriedade do Sr. Hilário Mueller é comprada de outros produtores rurais que possuem madeira reflorestada. Mesmo assim, conforme o produtor, “compensa comprar a lenha, uma vez que os derivados da cana dão bom retorno”.

O trabalho familiar voltado para a agroindústria requer constantes investimentos, devido à legislação ambiental e vigilância sanitária. A **Foto 32** mostra detalhes de alguns investimentos já feitos com máquinas e equipamentos. Mas os investimento não param e o Sr. Hilário, explica os motivos afirmando que

“vai ter reforma no piso, vamos construir um escritório e vai ter mais automação; afinal estamos apenas em três pessoas na família para tocar o serviço”.



Foto 32 – Máquina semi-automática para bater e esfriar o melado na “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

O trabalho familiar voltado para a agroindústria, com pouca mão-de-obra requer praticidade e máquinas que facilitam o trabalho. A **Foto 33** ilustra detalhes da “empacotadora”, equipamento para empacotar o açúcar mascavo que é vendido nos supermercados da região do Extremo Oeste Catarinense.



Foto 33 – Empacotadora de açúcar mascavo da “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

A higiene é outro cuidado necessário numa agroindústria que trabalha com derivados de cana. A **Foto 34** ilustra detalhes do filtro e depurador do caldo de cana, em aço inoxidável, na propriedade do Sr. Hilário, na Linha Santa Cruz, Itapiranga, que requer constante limpeza e higiene.



Foto 34 – Depurador e filtrador do caldo de cana na “agroindústria de derivados de cana Mueller”, de Linha Santa Cruz, município de Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

As agroindústrias familiares no município de Itapiranga/SC contribuem para a inclusão socioeconômica e são fundamentais na redução da pobreza e desemprego. Agregam valor aos produtos extraídos, ajudam na permanência das famílias no meio rural e contribuem com a sucessão hereditária. Não é por acaso, que o Sr. Hilário aposta na agroindústria e em seu negócio afirmando que “esse ramo vale à pena e é ainda mais um negócio para o futuro”. Parece antever que as pessoas cada vez mais vão procurar os alimentos saudáveis e ecologicamente sustentáveis. As agroindústrias nasceram em meados da década de 1990, nas pequenas propriedades agrícolas familiares, em Itapiranga, para se tornar a principal atividade nas quatro propriedades agrícolas catalogadas que trabalham com derivados da cana-de-açúcar. Todas estão com seus produtos bem colocados no mercado, por isso todas se reorganizam constantemente. Mesmo como atividade familiar, a agroindústria requer organização, planejamento de

metas e um rígido controle das finanças, para que tenha sucesso, num mercado cada vez mais exigente.

4 AS RURALIDADES E AS RECENTES ALTERNATIVAS

4.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO DE ITAPIRANGA/SC NA BUSCA DE ALTERNATIVAS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES

Estudar a agricultura familiar do município de Itapiranga/SC, é de fundamental importância para compreendermos que ficar apenas na agricultura tradicional não basta para o desenvolvimento local e regional.

Verifica-se que no território em estudo, o pequeno produtor rural está procurando novas alternativas e novas práticas na produção dos alimentos. Num território, com a forte presença dos Complexos Agroindustriais – CAIs, na produção e comercialização da carne de aves, suínos e leite, parcela significativa de pequenos produtores rurais passaram a uma diversificação das suas atividades, numa tentativa de ficarem menos dependentes do grande capital. Ou autor Ploeg (2006, p. 45), discute a diversificação na agricultura e destaca o advento de novas alternativas, que são resumidamente, pelos seguintes motivos:

novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis...Emergem então empresas 'multiproduto', que contêm novos níveis de competitividade...; 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos e a busca de uma 'agricultura econômica', outra não controlada pela agroindústria; 3) a 'reconexão da agricultura com a natureza'; 4) pluriatividade; 5) novas formas de cooperação; e 6) uma reintrodução da 'artesanalidade' com uso de novas técnicas e tecnologias.

Essas novas alternativas na agricultura familiar, também chamadas de multifuncionalidades, conforme Ploeg (2006, p. 45), “podem igualmente ser compreendidas e analisadas como processo de ‘recampesinização’”. Trata-se, assim, de uma tendência a uma autonomia maior do pequeno produtor rural no seu processo de produção e comercialização de seus produtos.

A sustentabilidade ambiental combina com sustentabilidade cultural, pois traz o clamor do equilíbrio e do senso comum da necessidade em preservarmos o ambiente e reduzirmos o uso de insumos químicos na produção

agrícola. Sobre o aspecto cultural, Maia (2009, p. 92), salienta que “na sustentabilidade cultural, existe um desafio frente às mudanças no interior da continuidade: a manutenção do equilíbrio entre o respeito à tradição e a busca de inovações”.

Na presente pesquisa foram elaborados questionários e entrevistas a 35 lideranças (agrônomos, Secretários Municipais, técnicos agrícolas, professores, Presidentes de Sindicatos e Cooperativas de Crédito, e outros) e 130 famílias de pequenos produtores rurais do município de Itapiranga/SC. Os questionários e entrevistas tinham por base a coleta de informações e questionamentos à cerca da viabilidade da agricultura familiar, as novas ruralidades, e o desenvolvimento sustentável no município de Itapiranga, SC.

A **Tabela 08** a seguir, faz uma análise da viabilidade ou não da agricultura familiar no município de Itapiranga/SC, pelas lideranças distribuídas nos diferentes lugares do território.

Tabela 08 – Questão dirigida às lideranças do município - agricultura familiar em Itapiranga/SC

RESPOSTAS	Nº	%
É viável	18	72
Não é viável	3	12
Não sabem ou tem dúvida	4	16
TOTAL	25	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor às lideranças do município de Itapiranga, em 2011.

Percebe-se na **Tabela 08** que a maioria das lideranças acredita na viabilidade da agricultura familiar no município. O médico veterinário da Prefeitura Municipal de Itapiranga/SC, Dr. Domicílio Stefanello, destaca que “a agricultura familiar responde muito bem aos anseios dos produtores, é diversificada, agregando renda e remuneração às famílias. Um dos fatores limitantes é o crédito aplicado em carros, motos, etc.”. Apenas três lideranças, 12% da pesquisa, não acreditam na agricultura familiar, no município em estudo.

Sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento do município de Itapiranga (SC) e oeste catarinense, o Sr. Roberto Dehlano, professor, produtor rural ex-Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Itapiranga/SC, e atual Secretário de Transportes e Obras de Itapiranga/SC, esclarece que

A agricultura familiar no município de Itapiranga, na região, estado e país, sempre terão espaço na produção familiar. Na maioria dos municípios da região houve, sem dúvida, grande desenvolvimento nos vários aspectos – econômico, social, cultura, etc. O município de Itapiranga, que se caracteriza pelo forte desenvolvimento da agricultura familiar, gerou no ano de 2009 um movimento econômico no setor agropecuário de 180 milhões de reais, colocando Itapiranga em 8º lugar no movimento agropecuário dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina, naquele ano.

Esse depoimento vem de encontro ao que afirma o Sr. José Adalberto Michels, Presidente do SICOOB³¹, morador da cidade de Itapiranga, que é também produtor rural:

Os municípios cresceram em função do recebimento de recursos oficiais federais. Agropecuária: houve um crescimento em função dos projetos das agroindústrias e cooperativas motivadas por bons programas e créditos subsidiados nesta área. Agricultura Familiar: também houve uma melhoria significativa motivada pela sua organização em cooperativas da agricultura familiar (COOPAFASJO/CAMITA/COOMILF).

A maioria dos entrevistados, conforme **Tabela 08**, descreveu que houve de fato, desenvolvimento econômico em Itapiranga e no oeste catarinense, e que é viável trabalhar nas pequenas propriedades agrícolas familiares. Alguns poucos mostraram uma preocupação, sobre a concentração das atividades e riquezas em alguns setores e as pequenas propriedades agrícolas que ficam à margem de uma especialização. O professor Paulino Eidt, morador da localidade de Linha Santa Fé Alta, expressa assim a sua preocupação:

Em termos econômicos, ou seja, no movimento econômico, de fato desenvolveu muito (cresceu 500% em dez anos). No entanto, este desenvolvimento, com base, na agropecuária está muito concentrado por setores e por número de produtores. As pequenas propriedades sem hiper-especialização em uma atividade estão a mercê deste desenvolvimento, permanecendo nas suas rugosidades.

³¹ SICOOB Creditapiranga - Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga.

Na **Tabela 09**, é feita uma análise da viabilidade ou não da agricultura familiar no município de Itapiranga/SC, respondido pelos pequenos produtores rurais distribuídas nos diferentes lugares do território.

Tabela 09 – Questão dirigida aos pequenos produtores - análise da agricultura familiar de Itapiranga/SC

RESPOSTAS	Nº	%
É viável	84	65
Não é viável	26	20
Não sabem ou tem dúvida	20	15
TOTAL	130	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, em 2011.

Pela **Tabela 09** anterior, percebemos a maioria dos produtores que estão diretamente na lida da lavoura e nas tarefas ligadas à agricultura familiar acreditam e apostam na viabilidade da agricultura familiar. O percentual dos que não acreditam ou estão com dúvida é um pouco maior, do que os profissionais liberais ou lideranças que possuem outra atividade remunerada.

Com relação a agricultura familiar, os entrevistados fizeram uma análise da mesma em Itapiranga e no território do Oeste Catarinense. O Sr. Alvino Arno Sehnem, professor e pequeno produtor na localidade de Sede Capela, município de Itapiranga (SC), afirma que

A agricultura familiar em Itapiranga e região Oeste de SC é muito variada. Existem propriedades muito bem organizadas e produtivas. Mas também existem propriedades cuja produção não atende as necessidades básicas da família nela inserida. Os motivos destas realidades tão diferentes normalmente passam pela formação técnica e cultural das pessoas. Outras propriedades familiares apenas servem para abrigar pessoas idosas e de pousada para mais jovens que atuam com o meio de obra nas agroindústrias do município.

Com relação à análise feita pelas lideranças do município de Itapiranga/SC, sobre o advento das novas ruralidades, **Tabela 10**, a maioria respondeu que agrega renda e tem futuro. A maioria mostrou-se inteirada no

assunto, onde vários responderam “que tem pesquisado constantemente as novas possibilidades, as potencialidades e ruralidades”. Dessa forma, conseguiam responder facilmente a questão proposta.

Tabela 10 – Questão dirigida às lideranças do município de Itapiranga/SC – sobre a análise das novas ruralidades no município de Itapiranga

RESPOSTAS	Nº	%
Agrega renda e emprego e tem futuro	22	64
Agrega pouca renda e emprego e não tem muito futuro	10	28
Não sabem	3	8
TOTAL	35	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor às lideranças do município de Itapiranga, em 2011.

Sobre a análise da importância das novas ruralidades, novos espaços em desenvolvimento e em expansão no município de Itapiranga (SC), tais como sítios de lazer, pequenas agroindústrias, piscicultura, hortifrutigranjeiros, reflorestamento, feirantes ambulantes (feiras de pães e doces), feirantes fixos, turismo rural e outros, o Servidor Público Municipal, o Sr. Mauro José Delavy, destaca que,

As novas ruralidades tem se transformado, em fontes alternativas de renda para o produtor rural, o qual aproveita a potencialidade de cada propriedade para diversificar sua renda. Esta diversificação é importante para o Município, e por consequência tem condições de reinvestir na atividade, minimizando os impactos da saída dos jovens da propriedade rural.

O depoimento anterior vem de encontro com a afirmação do Administrador de Empresa, Cornélio Rambo, morador da cidade de Itapiranga (SC), e pequeno produtor rural, que também destaca o advento das novas ruralidades, ao afirmar que,

Com o crescimento das cidades da nossa região, novas necessidades e oportunidades são criadas. E o produto rural tem aproveitado para fazer disto uma fonte de renda agregando valor ao seu produto, que seja industrializando mesmo ou em pequenas cooperativas, produzindo produtos livre de agrotóxicos, enfim, produzindo produtos coloniais de qualidade. Outro aspecto que tem chamado atenção é o crescente aumento dos sítios de lazer, tanto familiares como de empresas, que no meu entendimento é à volta às origens/raízes das pessoas que hoje moram na cidade e em outrora viveram no campo. Com a possível construção da hidrelétrica de Itapiranga, creio que os sítios de lazer às margens do rio Uruguai tendem a aumentar, e muito. Fato este já observado em outras regiões que tiveram Usinas Hidrelétricas construídas (Itá, Machadinho). Com certeza todo desenvolvimento e expansão que ocorre no campo é benéfico, tanto para o produtor, pois consegue agregar valor ao seu produto, bem como para o consumidor, pois estará consumindo um produto de qualidade melhorada.

Existem atualmente no município de Itapiranga, conforme dados da secretaria Municipal da Agricultura de Itapiranga, 1.760 pequenas propriedades agrícolas familiares. Dessas famílias produtoras rurais, 1.200 trabalham com o plantio direto, uma nova postura e uma nova técnica que vem sendo adotada gradativamente desde meados da década de 1990. Na **Tabela 11**, a seguir, temos um diagnóstico da prática feita pelos entrevistados.

Tabela 11 – Pequenas propriedades agrícolas familiares que usam a técnica do plantio direto ou sistema tradicional no município de Itapiranga/SC

RESPOSTAS	Nº	%
Praticam o plantio direto	89	68,2
Praticam o sistema tradicional	30	23,3
Prática do sistema tradicional e plantio direto	11	8,5
TOTAL	130	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor às lideranças do município de Itapiranga, em 2011.

A técnica do plantio direto é uma técnica muito recomendada para a proteção do solo. Conforme os autores Vogtmann; Wagner (1987, p. 80), o plantio direto é um “método que ganha cada vez mais significado, oferece sem dúvida, uma forte proteção contra a erosão”. Percebe-se pela análise da **Tabela 11**, que

embora a maioria dos produtores rurais pratique a técnica do plantio direto, para alguns, inovar não é fácil e algumas técnicas demoram a serem assimiladas.

A pesquisa feita com os entrevistados mostrou que as novas ruralidades existentes nas pequenas propriedades agrícolas familiares, que mais tem aumentado em número, agregando valor e contribuindo para a relação “campo x cidade” no município de Itapiranga/SC, são os ramos da silvicultura (com destaque ao plantio do eucalipto) e piscicultura, conforme é destacado na **Tabela 12**.

Tabela 12 – As novas ruralidades mais marcantes na agricultura familiar em Itapiranga/SC, na atualidade.

RESPOSTAS	Nº	%
Silvicultura (com destaque ao plantio de eucalipto)	65	50
Piscicultura	43	33,1
Sítios de Lazer	8	6
Turismo Rural	2	1,5
Produção Agroecológica	2	1,5
Pequenas Agroindústrias	3	2,4
Feirantes	4	3,1
Outros	3	2,4
TOTAL	65	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, em 2011.

Percebe-se na análise feita, que a ruralidade é um processo em expansão no oeste catarinense e no município de Itapiranga/SC. O crescimento da cidade de Itapiranga, conforme dados do IBGE, censo 2010, não subestima as potencialidades existentes no meio rural. Pelo contrário, parece haver um vínculo muito forte entre o rural e o urbano. Assim sendo, no dizer de Abramovay (2003, p. 51), “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um ‘valor’ para as sociedades contemporâneas”.

Pela **Tabela 12**, percebem-se traços comuns da ruralidade, mas ao mesmo tempo demonstram que as pequenas propriedades agrícolas familiares de

Itapiranga/SC, caracterizam-se pela diversidade de suas práticas. O aproveitamento das diversas e diferentes potencialidades tem trazido um maior desenvolvimento e geração de mais renda aos diferentes segmentos da sociedade.

4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR, A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ITAPIRANGA/SC

A produção orgânica ou ecológica de alimentos está cada vez mais presente nos diferentes países mundo afora. No Brasil, verifica-se um crescimento nesse setor a partir da década de 1990, conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, EMBRAPA. No oeste de Santa Catarina e especialmente em Itapiranga, a agricultura familiar está sendo valorizada, onde pequenos produtores agregam valor aos seus produtos, através da produção orgânica. É um setor gerador de renda, emprego e tem contribuído para a busca de uma agricultura sustentável.

O movimento ecológico surte efeitos a partir da segunda metade da década de 1960, com alertas em todo mundo dos perigos da contaminação do planeta terra. No Brasil, o engenheiro agrônomo José Lutzenberger, destacou-se como um pesquisador que denunciava os prejuízos causados pela poluição química na agricultura e os prejuízos ambientais causados pelo homem. Além disso, a liderança de Chico Mendes na década de 1980, a favor dos indígenas, dos camponeses e da exploração sustentável, além da Segunda Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Eco/Rio/92, foram outros exemplos de luta, engajamento e de debates sobre a problemática ambiental e sobre a necessidade de novas sistêmicas de desenvolvimento. O autor Gonçalves (2004, p. 162-163), destaca que

Da crítica à própria ideia de desenvolvimento, tal como os ambientalistas a haviam formulado nos anos 1960-70, se passou ao ecodesenvolvimento e, depois, ao desenvolvimento sustentável e, por esses tortuosos caminhos, a própria ideia do desenvolvimento foi

ressuscitada...assim como novas manifestações de seus impactos e riscos ecológicos.

É incalculável o atual valor da dívida ecológica provocada pelo homem na agricultura e no meio ambiente. Primar pela sustentabilidade nem sempre é fácil num mundo globalizado e conectado em redes. Cada vez mais a sociedade clama por uma ecologia política voltada para a sustentabilidade. O autor Gonçalves (2004, p. 165), ensina-nos que

A economia política constituída na relação da força de trabalho, do capital e da terra tem se deslocado nos últimos anos para uma ecologia política na qual os antagonismos das lutas sociais se definem em termos de identidades, territorialidades e processos de sustentabilidade.

No Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, e em Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, tem mostrado iniciativas louváveis na agricultura orgânica ou ecológica, contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades agrícolas familiares. Com técnicos, professores, agrônomos e pesquisadores treinados, tem sido um estímulo aos pequenos produtores, principalmente no manejo de novas técnicas agrícolas e na redução do uso de insumos químicos em substituição a uma agricultura orgânica. Em Itapiranga/SC, além da EPAGRI, muito destacado é o trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura. Com profissionais formados e treinados na área da agricultura, tem oferecido uma orientação e um estímulo importante aos pequenos produtores rurais no que se refere a produção de alimentos sem agrotóxicos e manejos corretos dos diferentes espaços ligados ao setor agropecuário. Colaboram assim para uma agricultura sustentável e mais saudável, além de ajudarem a frear o terrível espectro do êxodo rural, com a permanência das famílias no meio rural.

Estudos e experiências nos mostram cada vez mais que é muito importante a permanência das famílias e jovens no meio rural. A pesquisa de Rambo (1998)³², demonstrou o quanto foi assombroso o espectro da

³² Para mais esclarecimentos sobre esse assunto, recomenda-se a leitura na íntegra de Rambo (1998), da Monografia da Pós Graduação à nível de Especialização em Geografia Regional, com o título “O Município de Itapiranga Frente ao Processo de Desocupação do Meio Rural”.

desocupação e expropriação do espaço agrícola do município de Itapiranga/SC. Hoje, com as novas ruralidades e novas dinâmicas esse quadro está mudando. A sucessão hereditária nas pequenas propriedades é fundamental para a continuidade da agricultura familiar em Itapiranga/SC.

A agricultura familiar em Santa Catarina é responsável, conforme dados da EPAGRI, por 90% da produção de alimentos. Destacam-se os seguintes alimentos: a carne (suína, aves e gado), arroz, leite e derivados, milho, feijão, frutas (maçã, banana, uva, laranja, pêsego), hortaliças (cebola, alho e outros). No oeste catarinense e em Itapiranga, o setor que mais produz empregos é o da agricultura familiar. Os setores públicos como, prefeitura, cooperativas, sindicatos, Colégio Agrícola, universidades e escolas tem feito um esforço para reconhecer e difundir a importância do emprego, nas pequenas propriedades agrícolas no território itapiranguense, principalmente junto aos jovens. No oeste catarinense, estudos recentes da EPAGRI, mostram que o setor que mais produz empregos é o da agricultura familiar.

Existem atualmente duas propriedades que trabalham com manejo agroecológico no município em estudo. Uma pequena propriedade agrícola em Linha Baú e outra na Linha Sede Capela. O manejo agroecológico tem exigências para a sua adequação, mas não tão rígidas como as do “sistema orgânico”. A pequena produtora rural Sr^a Teresa Arnhold, moradora na Linha Sede Capela, que lida com o manejo agroecológico e que, é, ao mesmo tempo, feirante, ao falar dos motivos de sua inserção neste segmento, manifesta que

Escolhi a agroecologia, que tem exigências, mas é perfeitamente possível em áreas menores dentro da nossa propriedade agrícola. Meu marido continua mais no tradicional, e, eu na agroecologia. Não estou arrependida da escolha feita e o rendimento é bom.

A pequena produtora mencionada produz agroecologicamente produtos como alface, salsa, cebolinha, chicória, rúcula, espinafre, ervilha, couve em folhas, couve flor, beterraba, brócolis, pimentão, vagem, cenoura, cebola, pepino, abóbora, morangas, aipim, frutas, batata inglesa e a cana-de-açúcar do qual extrai o caldo para a venda. Conforme a Sr^a Teresa, “vender o caldo de cana dá mais lucro do que transformá-lo em melado; aí, compro o melado de outros pequenos produtores para a produção de rapadura e puxa-puxa que vendo na

feira”. É importante ressaltar que, além de produzir ecologicamente os alimentos, a Sr^a Teresa como feirante possui clientela fixa, na vila de Sede Capela e na cidade de Itapiranga. Os rendimentos advindos da feira são o principal sustento da família. A terra ou a área rural como um todo dessa família, continua no sistema tradicional, sob os cuidados do marido da Sr^a Teresa. Percebe-se que a atividade agrícola da Sr^a Teresa, ligada à agroecologia, ocupa uma área relativamente pequena para a produção de seus produtos, usa defensivos naturais no combate a doenças e pragas e a classifica como rentável. Assim sendo, questionada sobre o advento das novas ruralidades no município de Itapiranga/SC, assim se expressou:

Na minha atividade da agroecologia é possível trabalhar com uma área menor, quando comparada com outras culturas, como milho, feijão ou mesmo arroz. Ademais, atividades como a suinocultura, a avicultura e o gado de leite, tiram toda a liberdade do pequeno produtor. Nesses ramos ficamos atrelados e subordinados. Aqui em casa temos uma vaca leiteira para o consumo próprio. Não trocaria o atual trabalho para voltar para a agricultura tradicional. Se minha atividade é ‘uma nova ruralidade’, aí estou muito feliz com ela.

Percebe-se que de um modo geral, as atividades ligadas à agroecologia e como feirante, são rentáveis quando há persistência, dedicação e projetos. A Sr^a Teresa, quando fala de projetos, fala também de seus sonhos com relação às atividades desenvolvidas com a agroecologia. Destaca que tem como meta aumentar a sua renda, num futuro próximo, e por isso quer

investir num camping, com exposição e venda de conservas, doces caseiros, caldo de cana e outros produtos e derivados advindos da atividade familiar; afinal, moramos à beira do Rio Uruguai e queremos explorar melhor essa área, mas de forma sustentável.

Dentro das novas ruralidades, percebe-se que o pequeno produtor precisa estar muito atento ao mercado consumidor, cada vez mais exigente. Além de um produto natural e de qualidade, o mercado exige praticidade nos produtos adquiridos. Pensando nisso, a Sr^a Teresa, produz os “picles”, uma conserva consorciada colorida, ou, conforme a produtora, “uma mistura de verduras em vinagre, sal e temperos naturais, que tem na composição a cenoura, cebola,

pepino, vagem, couve flor, brócolis e pimentão”. A produtora ressalta ainda, que este produto é sucesso de venda e não consegue atender a todos os pedidos.

A agricultura química convencional tem gerado um grande debate nos últimos anos, especialmente quanto ao seu modo de aplicabilidade e quanto aos prejuízos causados à saúde humana e aos diferentes ambientes e ecossistemas. O desafio atual, com todo conhecimento técnico e científico desenvolvido é a produção de alimentos saudáveis sem comprometer o meio ambiente e sem prejuízos às futuras gerações.

O Brasil como um todo, ainda não apresenta uma tendência sólida e perspicaz em aderir para uma produção agroecológica. Sabemos que a agricultura convencional não é sustentável, devido ao modelo de suas práticas adotadas. O autor Gliessman (2001, p. 41), destaca que

São muitas as maneiras pelas quais a agricultura convencional afeta a produtividade ecológica futura. Os recursos agrícolas, como solo, água e diversidade genética, são explorados demais e degradados; processos ecológicos globais, dos quais a agricultura essencialmente depende, são alterados; e as condições sociais que conduzem à conservação de recursos são enfraquecidos e desmantelados.

No oeste catarinense e em Itapiranga, percebem-se iniciativas interessantes de parte dos produtores. O mercado requer mais iniciativas agroecológicas na produção de suas hortaliças e alimentos em geral. Mesmo que, muitos supermercados ainda não tenham em suas prateleiras produtos agroecológicos, esta iniciativa existe ao menos entre os pequenos produtores rurais, que possuem suas hortas e pomares sem uso de agrotóxicos. Quando destinados ao próprio consumo, esses produtos não levam carga química no combate às pragas e doenças.

Sobre o controle químico e seus prejuízos, Gliessman (2001, p. 37), destaca a problemática da dependência dos agrotóxicos dos produtores rurais, afirmando que “a dependência resultante do seu uso foi chamada de ‘a rotina dos agrotóxicos’”. Essa rotina é gerada devido ao uso contínuo e cada vez mais forte para combater pragas, que conforme Gliessman (2001, p. 37), são “submetidas a uma intensa seleção natural”. E assim o ciclo e a dependência continuam.

A **Tabela 13** traz um demonstrativo de uma pesquisa feita junto aos consumidores de supermercados na cidade de Itapiranga/SC. A maioria dos

consumidores, 78,7% do universo entrevistado, manifestou interesse na aquisição de produtos hortifrutigranjeiros sem agrotóxicos.

Tabela 13 – Questão dirigida aos consumidores de supermercados em Itapiranga/SC, com relação ao consumo de produtos agroecológicos.

RESPOSTAS	Nº	%
Dispostos a adquirir produtos hortifrutigranjeiros sem agrotóxicos	70	78,7
Não reconhecem vantagem nos produtos agroecológicos	9	28
Tem dúvida Ou não sabem	10	8
TOTAL	89	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos consumidores de supermercados do município de Itapiranga, em 2010.

A agricultura agroecológica, é sem dúvida, uma grande oportunidade. Um maior engajamento e envolvimento para a formulação de políticas públicas a favor da agricultura familiar é uma boa saída. O potencial no oeste catarinense e em Itapiranga/SC, são os agricultores familiares, para os quais não é viável trabalharem com a agricultura química. Com o uso de políticas públicas bem planejadas, o pequeno produtor pode receber capacitação constante sobre a produção agroecológica. O envolvimento deve primar pela qualidade técnica e econômica, tendo em vista uma agricultura e meio ambiente sustentável.

A região do oeste de Santa Catarina tem uma cultura muito forte de que desenvolvimento é sinônimo de integração e parceria com os grandes Complexos Agroindústrias - CAIs. O grande capital fez mudanças importantes, provocou uma modernização nos ramos da suinocultura, avicultura e gado de leite, mas, em detrimento da adoção de uma cultura sem preocupações com um meio ambiente saudável e uma agricultura voltada para a sustentabilidade ambiental. Ao falar de que a cultura é em grande medida feita de palavras,

articula-se no discurso e realiza-se na representação, Claval (2001, p. 13), ensina-nos que

As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer. Elas visam ao mesmo tempo o ambiente material e o círculo social: agimos de acordo com aqueles que nos olham, aqueles a quem contaremos o que fazemos ou aqueles que escutaremos falar.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, e a Secretaria Municipal da Agricultura, de Itapiranga/SC, tem se empenhado nas orientações voltadas para a agroecologia. Os Complexos Agroindustriais (CAIs), também possuem técnicos treinados e eficientes, na lógica do grande capital, indo em direção do pequeno produtor. Dessa forma, tanto a EPAGRI como a Secretaria Municipal da Agricultura, precisam de maior apoio com verbas para experiências em laboratório e de mais técnicos e agrônomos para acompanharem os pequenos produtores preocupados na produção de alimentos.

Conclui-se que o manejo agroecológico da agricultura é uma tendência em ascensão no município de Itapiranga. Contribui para alimentos mais saudáveis e na preservação ambiental. Porém, pode receber mais incentivos do poder público estadual e federal sem que esse fardo fique apenas para o município. Além do mais, escolas e universidades podem se envolver ainda mais para essa nova cultura agroecológica, contribuindo para a saúde das pessoas e ambiente sustentável.

4.3 NOVAS POSTURAS E PRÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPIRANGA/SC

Um dos mais graves problemas ambientais enfrentados no Sul do Brasil e especialmente no oeste catarinense decorre da dificuldade no manejo dos dejetos de suínos, aves e gado leiteiro. A agricultura moderna tem propiciado via

produção intensiva, uma crescente concentração geográfica da produção animal e de aves.

As lavouras das propriedades agrícolas familiares em Itapiranga e oeste catarinense não suportam mais todos os dejetos produzidos por animais. O que era um ciclo fechado dentro das pequenas propriedades agrícolas familiares, e, ambientalmente viável para muitos ainda é um problema. Os dejetos são cada vez menos utilizados como fertilizantes nas lavouras, porque desconhecem o seu adequado tratamento ou não o consideram vantajoso.

Na década de setenta, tivemos a consolidação de implantação do sistema integrado – produtores e agroindústria – numa associação agricultura / suinocultura. A suinocultura foi a força propulsora do desenvolvimento econômico da região do oeste catarinense. Aos poucos, devido à integração entre pequena propriedade agrícola familiar, criação intensiva e frigoríficos, Itapiranga tornou-se grande produtora não só de suínos, mas também de frangos.

Ambientalmente, os dejetos de animais e aves são um grande problema no oeste catarinense, especialmente os de suínos. Ao contrário do esterco de aves que é seco, o da suinocultura é líquido devido ao uso da água na limpeza de chiqueiros. Os dejetos da suinocultura são manejados, conforme Guivant e Miranda (1999, p. 94),

Os dejetos dos suínos são, predominantemente, manejados da seguinte forma: as instalações de criação possuem pequenas calhas externas que coletam e conduzem os dejetos para fora, depositando-os em tanques escavados na terra, que devem permitir sua retenção por um período mínimo de 120 dias, com a finalidade de garantir a fermentação e estabilização para posterior transporte para as áreas agrícolas. Estes tanques podem ser esterqueiras ou bioesterqueiras. As primeiras são depósitos que têm por objetivo captar o volume dos dejetos líquidos produzidos num sistema de criação para um período definido entre 4 a 6 meses. A carga de abastecimento é diária, permanecendo o material em fermentação na esterqueira até a retirada, que é efetuada de uma única vez. As bioesterqueiras realizam o processamento dos dejetos na forma de digestão anaeróbia.

O grande dilema dos dejetos é a sua concentração nos depósitos. A legislação ambiental determina que a permanência nos depósitos seja no mínimo de 120 dias. Mas a capacidade de armazenagem nos depósitos as vezes alcança apenas 15, 20 ou 30 dias. Além do mais, a falta de máquinas para o transporte dos dejetos e de áreas agrícolas próximas para aplicá-los na lavoura são fatores

determinantes para extravasamentos que ocorrem nas esterqueiras. Essa justificativa serve também para a utilização do “encanamento ladrão”, que instalados debaixo do solo despejam os dejetos dos depósitos.

Os prêmios ambientais recebidos pelas grandes agroindústrias no oeste catarinense não significam o fim da poluição. Construir uma bioesterqueira ou esterqueira não pode ser considerado como sinônimo de controle ambiental.

Para que a produção rural familiar seja ambientalmente sustentável e socialmente aceitável, são necessárias mais pesquisas pelas universidades, EPAGRI, um maior envolvimento das agroindústrias e práticas de fiscalização mais eficientes. Além disso, o setor público, através de uma metodologia participativa, precisa envolver mais a sociedade para uma melhor solução do problema ambiental.

É importante destacar que no ano de 1993 foi criado o Programa de Expansão de Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos. Essa proposta trouxe grandes fluxos de créditos para a suinocultura. O programa visava, a partir de 1994, num prazo de cinco anos, equacionar e solucionar o problema ambiental gerado pelos dejetos, como também, ao mesmo tempo aumentar a produção e a produtividade da suinocultura na região. As cooperativas, agroindústrias e até alguns sindicatos apoiaram essa iniciativa. Dessa forma, ao mesmo tempo em que temos a “legitimação do problema ambiental” (Guivant, Miranda; 1999), uma vez que apenas os grandes produtores tiveram acesso ao programa.

Nos últimos anos, pesquisas em diferentes Universidades brasileiras, especialmente no Sul, mostram que as bioesterqueiras constituem muito mais uma forma de armazenamento do que de tratamento de dejetos.

Do ponto de vista técnico, existem atualmente três técnicas que são as mais usadas e ao mesmo tempo difundidas pela EPAGRI em Santa Catarina: a) dejetos na alimentação animal; b) tratamento de dejetos e c) dejetos como fertilizante.

A primeira técnica refere-se ao aproveitamento de dejetos de suínos e aves para a alimentação de outras espécies animais, como peixes, gado em confinamento e gado leiteiro e que tem recebido críticas de técnicos do setor. Existem controvérsias técnicas quanto aos efeitos sobre o gosto da carne e sua possível rejeição no mercado. Também existem controvérsias sobre os efeitos

ambientais dessa prática e sua viabilidade por representar muito pouco em termos de aproveitamento.

A segunda técnica, tratamento dos dejetos ou bioesterqueiras, é pouco utilizada pelos produtores devido ao seu alto custo de implantação. Esse procedimento permite, no entanto, reduzir a poluição de modo que os dejetos tratados voltem ao meio ambiente ou aos cursos d'água.

A recomendação da utilização dos dejetos como fertilizantes é a terceira técnica, apontada como sendo a solução mais viável. No entanto, a necessidade da utilização de máquinas e equipamentos, como trator, distribuidor, bomba e aspersor, fazem com que o pequeno produtor não tenha condições de implantá-la. Estudos da Epagri apontam que cada 2,5 matrizes num plantel de suínos, produzem fertilizante suficiente para 1,0 hectares de milho. Dessa forma, 60 matrizes produzem fertilizante suficiente para uma “colônia” (equivale de 20 a 30 hectares no extremo oeste catarinense). No entanto, existem propriedades de 4 a 5 hectares abrigando 300 matrizes ou mais.

Em Itapiranga (SC), algumas iniciativas estão sendo adotadas para acabar com a poluição de dejetos. Esta transformação e a adoção dessas novas práticas podem ser consideradas como uma nova ruralidade, por agregar valor e por se tratar de uma iniciativa ambientalmente correta e sustentável. Em duas localidades do município utilizam-se unidades mecanizadas e automáticas de compostagem. Na Linha Santa Fé há uma unidade que transforma dejetos de aves em adubo seco e sólido e na Linha Popi há uma unidade que transforma dejetos de suínos líquidos em adubo seco e sólido. Esta nova técnica que está sendo utilizada vai além daquelas expostas anteriormente. Elimina um grave problema ambiental e o adubo orgânico tratado, torna-se um grande potencial na recuperação de terras fracas por falta de nutrientes.

Com dois séculos de Revolução Industrial aprendemos que a técnica e o seu melhoramento são necessários para resolvermos problemas com os quais a humanidade se defronta entre eles a questão dos dejetos de suínos, aves e gado leiteiro, existentes nas pequenas propriedades agrícolas. Os reflexos da Revolução Verde não foram muito positivos nas pequenas propriedades agrícolas, visto que, conforme Gonçalves (1989, p. 123),

A necessidade de adquirir as sementes num banco, além dos recursos financeiros inerentes à implantação do conjunto de técnicas da revolução verde levou a uma maior concentração de terras, a expropriação dos camponeses, enfim, aumentou a miséria nos países e regiões onde foi implantada. Além disso, a homogeneização provocada pela seleção genética tornou os ecossistemas mais vulneráveis e, portanto, mais dependentes de insumos como defensivos, aumentando, por consequência, a dependência financeira dos produtores.

Esta afirmação vem ao encontro do que afirma Claval (2001, p. 220), para compreendermos que a solução dos problemas ambientais existentes nas pequenas propriedades agrícolas não é apenas de ordem técnica, mas de uma postura cultural, onde,

O universo onde vivem os homens, o ecúmeno, é um espaço transformado para responder às necessidades materiais dos grupos e permitir seu funcionamento. Implica a valorização dos recursos e das qualidades próprias dos lugares, que os anglo-saxões chamam de amenidades, e a consideração dos condicionantes e dos riscos. Isto necessita conhecimentos, técnicas materiais e a definição de formas adequadas de divisão e de apropriação do espaço.

Os sistemas intensivos de criação de suínos, aves e gado leiteiro confinado ou semi-confinado tem originado grandes quantidades de dejetos que necessitam de um destino adequado. Para o pequeno produtor a operacionalização mais fácil e de maior aceitação sempre tem sido a utilização dos dejetos como fertilizantes. Nas últimas décadas especialmente de 2001 para cá, pesquisas feitas nas Universidades, Epagri e Embrapa, provocaram mudanças na cultura e no modo de agir.

É muito alto o desequilíbrio entre a composição química dos dejetos, especialmente a de suínos e a quantidade adequada de nutrientes requerida pelas plantas, especialmente milho, soja, feijão, mandioca e outros. Este desequilíbrio é um grande alerta para a sustentabilidade das águas e sistemas agrícolas adotados nas pequenas propriedades agrícolas com uso dos dejetos não tratados adequadamente. O autor Seganfredo (1999, p. 137), faz o importante alerta, afirmando que,

Enquanto persistir o desequilíbrio entre a composição química dos dejetos de suínos e as quantidades de nutrientes requeridas pelas plantas, recomenda-se um alerta quanto à sustentabilidade dos sistemas agrícolas adubados com tais detritos, porque eles podem resultar em acúmulo de nutrientes no solo, que, em excesso, poderão causar danos

ambientais. A continuidade da prática dos sistemas agrícolas adubados com dejetos de suínos dependerá da capacidade de suporte de nutrientes do solo e, do grau de degradação ambiental admissível em cada região específica.

O novo rural que vem se traçando em Itapiranga é sem dúvida uma nova adaptação de parte de seus pequenos produtores rurais e dos sujeitos que ali vivem. A preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das pequenas propriedades agrícolas familiares, tem dado um novo perfil ao território. O cuidar da terra, melhorá-la e produzir é sem dúvida também, uma herança dos nossos antepassados. Produzir e obter novos lucros significa muitas vezes uma adaptação/readaptação e uma mudança política-cultural. Esse modo de vida e essa sociabilidade do sujeito na pequena propriedade agrícola, ganha importância e particularidade, conforme nos ensina Medeiros (2010, p.4),

A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sócio-cultural presente reflexo daquela herdada de seus antepassados. Nessa ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas.

Em inícios de setembro de 2010, foi inaugurado na propriedade dos irmãos Kummer, em Linha Popi, município de Itapiranga/SC, sistema de compostagem denominado de Unidade Mecanizada e Automatizada, UMAC, o qual transforma dejetos de suínos líquidos em adubo seco e sólido, conforme ilustra a **Foto 35**. O sistema foi implantado numa das granjas dos irmãos Kummer, onde produzem leitões. Esta tecnologia ambiental foi estudada e acompanhada pelos sócios e irmãos Kummer, para finalmente ser instalada numa de suas granjas. Se as expectativas forem alcançadas, a meta é instalar a mesma tecnologia na outra granja onde possuem 250 matrizes para criar leitões.



Foto 35 - A construção de unidade mecanizada e automatizada (UMAC) na propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC

Fonte: Jornal Expressão. Itapiranga/SC, 2010.

A **Foto 36** mostra a caixa de captação dos dejetos de suínos da Unidade Mecanizada e Automatizada (UMAC) da propriedade dos Irmãos Kummer, no município de Itapiranga/SC.



Foto 36 - Caixa de captação dos dejetos da unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC

Fonte: Jornal Expressão. Itapiranga/SC, 2010.

A **Foto 37** mostra a bomba de sucção dos dejetos de suínos para uma máquina de processamento da Unidade Mecanizada e Automatizada (UMAC) da propriedade dos Irmãos Kummer, no município de Itapiranga – SC.



Foto 37 - Bomba de sucção dos dejetos para uma máquina de processamento na unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga – SC

Fonte: Jornal Expressão. Itapiranga/SC, 2010.

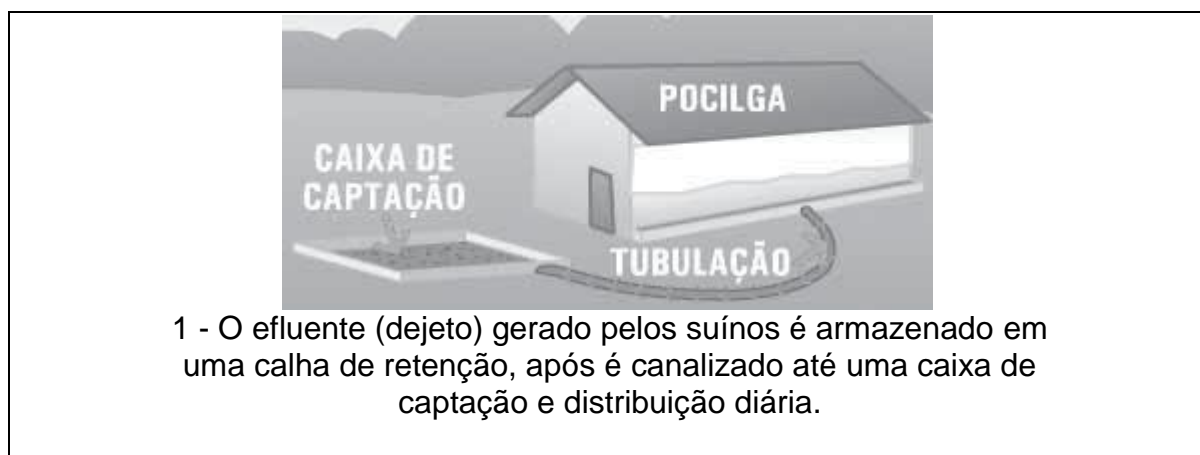
A **Foto 38** lustra a máquina que lança os dejetos líquidos sobre material seco da Unidade Mecanizada e Automatizada (UMAC) da propriedade dos Irmãos Kummer, no município de Itapiranga – SC.



Foto 38 - Demonstração do lançamento de dejetos sobre material seco que absorve a umidade na unidade mecanizada e automatizada (UMAC) da propriedade dos irmãos Kummer – Itapiranga/SC

Fonte: Jornal Expressão. Itapiranga/SC, 2010.

No **Quadro 6** a seguir, temos a demonstração e explicação do processo de compostagem numa Unidade Mecanizada e Automatizada (UMAC), idêntica à que foi instalada na propriedade dos Irmãos Kummer, na Linha Popi, Itapiranga /SC.





2 - Da caixa de captação o dejetos é bombeado até a leira de compostagem, onde encontra-se o substrato maravalha, serragem, palhas etc. Na leira o revolvedor automático é encarregado de fazer a homogeneização dos compostos para que ocorra a compostagem.



3 - Para a segurança, a leira possui drenos que canalizam o excesso de efluentes novamente à caixa para que não ocorram riscos de vazamento no sistema.



4 - O resultado final do composto ao alcançar a maturação é um Adubo seco e rico em nutrientes, passível a ser usado em jardins, hortas, lavouras e facilitando o transporte para longas distâncias.

Quadro 6 – Resumo explicativo do processo de compostagem numa unidade mecanizada e automatizada (UMAC)

Fonte: LPC Tecnologia Ambiental. Concórdia, SC. 2010.

O resumo explicativo do **Quadro 6**, nos mostra que o processo de compostagem numa Unidade Mecanizada e Automatizada, UMAC, é uma

alternativa viável e de suma importância para as pequenas propriedades agrícolas. Os dejetos líquidos transformados em adubo seco, rico em nutrientes e sem cheiro, é uma saída para a sustentabilidade. No mundo globalizado e da sustentabilidade esta é sem dúvida, um novo leque descoberto dentro das novas ruralidades, onde a iniciativa tem merecido elogios das Universidades e ambientalistas em geral. Além do ganho financeiro com a transformação dos dejetos, as propriedades que aderirem ao processo de compostagem numa Unidade Mecanizada e Automatizada, UMAC, estarão protegendo o solo, os recursos hídricos e o meio ambiente.

A Unidade Mecanizada e Automatizada de Compostagem, UMAC, vem sendo utilizada no Oeste Catarinense, desde o ano de 2001, conforme informações da Epagri. O sócio Tarcio Kummer destaca que,

O sistema como um todo consegue eliminar 100% da água que está presente nos dejetos suínos. No nosso modelo podem ser aplicados diariamente 8 mil litros de dejetos líquidos, sem que o material seco alcance uma umidade maior do que o desejado. O processo pode ser resumido basicamente pela capacidade de provocar a evaporação da água. O adubo produzido no final é um adubo orgânico, limpo, seco e sem cheiro.

O gerente comercial da LPC Tecnologia Ambiental, de Concórdia SC, empresa que instalou a Unidade Mecanizada e Automatizada de Compostagem na propriedade dos irmãos Kummer, fez o seguinte pronunciamento na inauguração do projeto:

A produção de adubo no final é uma consequência boa do processo. Nesse adubo a gente tem nitrogênio, fósforo, potássio e, ainda, em cada tonelada do produto final, temos, em média, 300 Kg de matéria orgânica.

Na granja dos irmãos Kummer serão processados aproximadamente três milhões de litros de dejetos por ano, o que equivale a uma quantidade aproximada de 320 toneladas de adubo por ano. A construção do galpão pode ser feita com material relativamente barato, usando-se, por exemplo, eucalipto para fazer a edificação, seguindo as especificações exigidas. O gerente comercial da LPC Tecnologia Ambiental, de Concórdia (SC), Renato Baccin, cita a necessidade de

Fazer um piso de concreto, parede lateral e utilizar no telhado material transparente. Não existe construção na relação custo benefício mais barata que essa. O que vocês fizeram aqui é o limite da eficiência com o custo.

- Elimina riscos de poluição ambiental.
- Acaba com as esterqueiras
- Minimiza a geração de gases de efeito estufa.
- Elimina o mau cheiro.
- Reduz a proliferação de moscas e outros vetores.
- Elimina os custos de hora máquina para a distribuição de dejetos líquidos.
- Propicia viabilidade ambiental a propriedade.
- Permite que o produtor tenha domínio total do processo.
- Sistema 100% automatizado, baixo custo operacional e fácil manejo.
- Possui viabilidade social, econômica e ambiental.

Quadro 7 - As vantagens de instalar uma unidade mecanizada de compostagem

Fonte: LPC Tecnologia Ambiental – Concórdia – SC. 2010.

As vantagens de instalar uma Unidade Mecanizada de Compostagem são inúmeras. Ao analisarmos o **Quadro 7** percebemos que o pequeno produtor tem a possibilidade em eliminar os riscos de poluição ambiental, o mau cheiro, menos riscos à saúde, o baixo custo em instalar o processo mecanizado de compostagem e a obtenção de pequenos lucros com a venda do produto final. No que se refere à questão da qualidade nutritiva do solo, a afirmação de Howars (1947), citada por Vogtman e Wagner (1987, p. 19), está sendo uma grande redescoberta nas pequenas propriedades agrícolas no município de Itapiranga, para a obtenção de alimentos saudáveis e para a sustentabilidade do meio ambiente: “em um solo saudável crescem plantas saudáveis, o que gera animais saudáveis no campo e no estábulo”. Experiências recentes feitas por Universidades, Epagri, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Embrapa e Colégio Agrícola, nos levam à conclusão de que a chave para a obtenção de alimentos saudáveis,

preservando córregos e rios, preservando o Aquífero Guarani, está no cuidado com o solo. Um solo corretamente tratado com adubos orgânicos, reduzindo os químicos, possui viabilidade social, econômica e ambiental.

Percebemos que parte dos pequenos produtores rurais no município de Itapiranga/SC, está preocupado com a chamada “agricultura alternativa”, embora eles próprios não usem muito este termo. No plano técnico produtivo, a “agricultura alternativa”, prima por uma harmonia entre o solo, vegetais e animais. A “agricultura alternativa” utiliza-se de novas tecnologias e recorre às noções de autonomia e autoconstrução, mas sem descuidar da agroecologia. O autor Almeida (1999, p. 67), enfatiza que a “agricultura alternativa”,

emprega seguidamente adubos verdes, pratica a diversificação e a rotação de cultivos, o controle integrado de pragas e moléstias (recorrendo aos predadores naturais e ao controle biológico, por exemplo), faz a seleção de variedades vegetais e de espécies animais rústicas, produz fórmulas de rações caseiras, promove a simplificação das instalações e faz uso frequente de alimentos de origem caseira.

A propriedade da família de pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin, representa um outro exemplo destas novas ruralidades em curso no município de Itapiranga/SC. O **Quadro 8**, a seguir, especifica resumidamente sua propriedade de dez hectares, quanto a sua forma de ocupação do espaço geográfico.

Área em hectares	Tipo de ocupação da área
1,5 há	Mata nativa
1,5 ha	Horta orgânica
1,0 ha	Instalação da Indústria do Adubo Fertilizante Orgânico – Adubos Natu
6,0 ha	Policultura (milho, soja, trigo, mandioca e árvores frutíferas)
10 há	Total da Área

Quadro 8 – Distribuição quanto ao uso da área da pequena propriedade agrícola da família de Valmir Dennes e Marilú Martin de 10 hectares – localidade de Santa Fé Baixa - Itapiranga – SC

Fonte: Pesquisa feita pelo autor junto à família de Valmir Dennes e Marilú Martin Janeiro de 2011.

Como pequeno produtor rural Valmir Dennes, procurou novas alternativas para garantir o sustento em sua propriedade. Instalou no ano de 2009 a indústria de fertilizante orgânico (simples puro), os “Adubos Natu”, **Foto 39**, tendo como matéria prima os dejetos de aves, comprado e trazido dos diferentes aviários do município de Itapiranga/SC.



Foto 39 - Fertilizante orgânico “Adubos Natu”, em granulado, da propriedade da família de pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Linha Santa Fé Baixa, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo Particular do autor. 2011

O produtor rural Valmir Dennes, ao falar da necessidade de uma nova postura ambiental para o correto uso do solo nas lavouras, destaca que

O esterco de galinha jogado direto na lavoura é uma bomba...precisa de no mínimo cinco a seis meses para se tornar adubo orgânico, pois a fermentação não ocorre de um dia para o outro.

O adubo “Orgânico Natu” não tem cheiro e é muito rico em nutrientes. Isso se deve à correta fermentação em galpão coberto, durante cinco a seis meses. Conforme o dono da empresa existem na concorrência, adubos orgânicos que tem cheiro, devido à fermentação que normalmente é de apenas um a dois meses. Assim sendo, o seu produto tem um valor à mais no mercado.

O segredo, conforme destaca o pequeno produtor rural e empresário, para que o adubo não perca os nutrientes, é nunca deixar passar dos 65°C o processo de industrialização do adubo orgânico. Assim sendo, este adubo orgânico granulado não tem cheiro, é rico em nutrientes e é ideal para ser usado em praças públicas, jardins de residências, prédios e empresas.

A **Foto 40** exhibe o galpão de estocagem do esterco de aves, na propriedade do produtor rural Valmir Dennes.



Foto 40 - Fertilizante orgânico “adubos natu”, em granulado, da propriedade da família de pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Linha Santa Fé Baixa, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo Particular do autor. 2011

Dentro da propriedade de dez hectares, Valmir Dennes, tem horta para fins comerciais e pratica a policultura, com destaque para o milho, soja, trigo, mandioca e árvores frutíferas, conforme demonstrado no **Quadro 8**. Em sua lavoura aproveita o “cascão dos dejetos de aves” (sobra final dos dejetos de

aves). Esta sobra de adubo é aproveitada em sua horta orgânica, como pode ser observado na **Foto 41**.



Foto 41 – Vista da horta na propriedade da família dos pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo Particular do autor. 2011

De sua horta são destinadas hortaliças para o restaurante dos funcionários da Agroindústria Seara Alimentos S/A, e em contrapartida adquirem os dejetos produzidos na Agroindústria, em forma de pasta gelatinosa. Esta pasta, com cheiro é transformada e produzida também em granulado orgânico. O produtor destaca que o processo final será um adubo orgânico granulado sem cheiro, similar àquele produzido a partir de dejetos de aves.

A **Foto 42** mostra o aproveitamento do “cascão dos dejetos de aves” (sobra final dos dejetos de aves), cujo adubo é usado na recuperação de áreas degradadas ou pequenas áreas de rodízio ou de descanso.



Foto 42 – Vista de áreas de recuperação ou áreas degradadas na propriedade da família dos pequenos produtores rurais de Valmir Dennes e Marilú Martin – Itapiranga – SC

Fonte: Acervo Particular do autor. 2011

Atualmente, Valmir Dennes, compra um total de duzentos metros cúbicos de dejetos de aves. O valor do metro cúbico, após ser comprado e ser transportado até sua empresa (pois ele próprio transporta os dejetos em seu caminhão), tem um custo aproximado de R\$ 30,00 (trinta reais).

O Sr. Valmir Dennes tem em comprar e instalar uma Unidades Mecanizada e Automatizada de Compostagem, UMAC, sistema parecido à dos Irmãos Kummer, descrito anteriormente. Assim, o município de Itapiranga passaria a ter duas Unidades Mecanizadas e Automatizadas de Compostagem (UMACs). No extremo oeste catarinense, apenas o município de Itapiranga tem essa tecnologia instalada.

O **Quadro 9** nos mostra a tipologia do pequeno produtor tradicional e o pequeno produtor com prática agroecológica. A produção de alimentos

agroecológicos, com o abandono do sistema tradicional é cada vez mais uma prática na agricultura familiar no município de Itapiranga/SC.

AGRICULTOR(A) TRADICIONAL	AGRICULTOR(A) COM PRÁTICA AGROECOLÓGICA
<p>Aquele(a) que tem uma trajetória de vida que se reproduz material, social e culturalmente no meio rural. Na sua maior parte, são descendentes de imigrantes europeus do final do século XIX. São agricultores (as) familiares, heterogêneos como segmento social, especialmente no que diz respeito ao grau de integração na economia de mercado. Há desde o(a) produtor(a) de subsistência até o empresário(a) rural com a produção voltada às demandas do mercado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de alimentos: <ul style="list-style-type: none"> a) Uso de agrotóxicos; b) Sem qualidade; c) Sem preocupação com a fertilidade do solo; d) Destruição do espaço vital de outros seres vivos, sem funções de sustentabilidade.. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de alimentos: <ul style="list-style-type: none"> a) sadios, de alto valor nutritivo-fisiológico; b) em quantidade suficiente; c) conservando a fertilidade permanente do solo (produção constante); d) sem destruir o espaço vital de outros seres vivos. - Produção de matérias-primas. - Preservação da paisagem. - Composição ótima do ar. - Regeneração e armazenamento de água. - Funções sociais. - Funções culturais. - Funções de sustentabilidade.

Quadro 9 – Tipologia do(a) agricultor(a) tradicional e com prática agroecológica em Itapiranga/SC

Fonte: Adaptações a partir de Karam (2004, p. 360) e Vogtman; Wagner (1987, p. 20).

As famílias Kummer e de Valmir Dennes, pertencem ao quadro dos agricultores com práticas agroecológicas. Preocupam-se principalmente com a fertilidade permanente do solo, contribuindo com a preservação dos recursos hídricos e alimentos de melhor qualidade.

Na visão de Abramovay (2000, p. 26),

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação

com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades.

As novas ruralidades são importantes dentro de um município, pois fazem uma integração entre o urbano e o rural. Ruralidade é um conceito de natureza territorial. Não podemos conceituá-la como sendo de natureza setorial. As áreas pouco povoadas não são sinônimas de carência e nem condenadas ao abandono.

Portanto, o rural de Itapiranga, possui uma importância muito grande. É necessário considerar o habitante do meio rural como um cidadão pleno, do ponto de vista ambiental, econômico, social, cultural, político e material. Urge que consideremos a agricultura familiar como uma forma social adequada para as exigências do mercado. Para tanto, temos o compromisso social e ético de “aprender a aprender”, difundindo exemplos inovadores e educando para sustentabilidade. No território em análise o maior problema é o correto destino e uso dos dejetos de aves e animais e que carecem de investimentos públicos.

4.4 AS NOVAS RURALIDADES E A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS ATRAVÉS DO PROJETO “MICROBACIAS 2”: O ESTUDO DE CASO DA “ADM ESPERANÇA” NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

O Oeste de Santa Catarina é o maior produtor de suínos e aves da América do Sul, o que representa uma grande concentração desses animais por área. A atividade de produção desses animais é tipicamente familiar e envolve mais de 40 mil famílias com 16 há em média.

Estima-se que somente o rebanho suíno produza dejetos o equivalente a 30 milhões de pessoas. Isso representa seis vezes a população de Santa Catarina.

Uma quantidade muito pequena destes dejetos tem um correto destino. A maior parte tem seu destino nos córregos e rios e já compromete mais de 85% dos mananciais da região, inclusive águas subterrâneas. A natureza é, em nossa sociedade, no dizer de Gonçalves (1989, p. 26), “um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza”. Sabemos que são alguns poucos homens que dela (da natureza) verdadeiramente se apropriam.

As gestões hidráulicas são sempre caras, mas são importantes e compensam na construção dos diferentes territórios mundo afora. É nossa função e obrigação geri-las da melhor forma possível.

Conforme dados recentes da EPAGRI, são perdidos no oeste catarinense, cerca de 30 toneladas de solo por ha de cultivo de milho, devido à erosão. Somado a isso, temos ainda o esgoto doméstico e a criação de gado (especialmente o gado leiteiro), que modificam a qualidade da água.

Assim sendo, o Projeto de Microbacias nasce com a preocupação ambiental, tentando discutir e propor ações práticas dentro das pequenas propriedades agrícolas familiares no Estado de Santa Catarina.

O projeto Microbacias 2 é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e Banco Mundial, tendo como objetivo maior o desenvolvimento sustentável do meio rural catarinense.

O Microbacias 2 é um projeto inovador porque nele há participação efetiva das comunidades. Neste formato ele é único na América Latina³³.

Os pequenos produtores rurais estão organizados através de grupos de animação e de associações de desenvolvimento, com voz ativa e poder de decisão. Além dos pequenos produtores rurais, jovens, mulheres, homens, idosos e lideranças definem o plano de melhoria para a microbacia, a qual pertencem. Planejam propostas de benefícios comunitários, grupais ou individuais. São as famílias das pequenas propriedades agrícolas familiares que tem a chance de gerenciar e decidir o que fazer nas áreas social, ambiental e econômica.

O Projeto Microbacias 2, teve seu início no ano de 2002, sendo executado até o ano de 2008, ou seja, num período de 6 anos. O orçamento

³³ Nenhum outro Estado brasileiro possui um projeto com a participação efetiva da comunidade, como o Microbacias 2, em Santa Catarina.

previsto neste período é da ordem de U\$ 107 milhões, recurso que está sendo aplicado na operacionalização do projeto e também repassado às microbacias para o gerenciamento das associações de desenvolvimento e contratação de um técnico facilitador. Até agora, em torno de R\$ 100 milhões já foram aplicados diretamente na melhoria das famílias.

A maioria dos recursos está sendo utilizado para custear melhorias, como reformar residências, construir banheiros, implantar sistemas de tratamento de esgoto, proteger fontes de água e incrementar a renda das famílias.

De um modo geral, o projeto está atingindo seus objetivos, conforme relatos dos agrônomos da EPAGRI, de Itapiranga, em entrevistas no ano de 2010. O projeto tem propiciado o aumento da renda das famílias rurais; melhoria na infraestrutura social, familiar e comunitária; preservar, recuperar e conservar os recursos naturais.

O Microbacias 2 está sendo desenvolvido em todo o Estado de Santa Catarina. A priorização dos municípios e das microbacias a serem trabalhadas obedece a uma classificação que considera dois grandes critérios: o socioeconômico e o ambiental. Em todo o Estado, 52% das microbacias hidrográficas existentes foram priorizadas.

São atendidos pelo Microbacias 2, prioritariamente, os pequenos agricultores familiares, empregados rurais e comunidades indígenas. Aproximadamente 500 mil pessoas serão diretamente beneficiadas, conforme dados da EPAGRI, porém, toda a sociedade ganha positivamente com o Projeto.

Na prática, o trabalho na microbacia começa com a formação do Grupo de Animação de Microbacia (GAM). O GAM, como é chamado, é um grupo de pessoas com liderança na comunidade, responsável pela sensibilização e mobilização das famílias na elaboração e implementação participativa do plano de desenvolvimento da microbacia. É o GAM que motiva as famílias a se envolverem no projeto. Os membros deste grupo, escolhidos pelas comunidades, passam por um processo de capacitação.

A mobilização das famílias da microbacia, coordenada pelo GAM, vai resultar na formação da Associação de Desenvolvimento da Microbacia ou ADM. A análise enfoca o estudo da Microbacia do Rio Fortaleza, compreendida pela “ADM Esperança” da Linha Sede Capela, município de Itapiranga. É a ADM que

representa os interesses de todas as famílias da microbacia do rio Fortaleza a ser trabalhada. Para ser legalizada a ADM deve contar com a adesão de no mínimo 70% das famílias da microbacia. A constituição da ADM é a condição necessária para o cadastramento definitivo da microbacia no Projeto, credenciando-a a receber recursos para a viabilização do Plano de Desenvolvimento. O papel da ADM, em parceria com as famílias envolvidas é aprovar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microbacia e as respectivas propostas comunitárias, grupais ou individuais, assumindo a co-responsabilidade na gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização a serem implementados.

A “ADM Esperança”, possui atuação numa área de 20,55 km², na localidade de Sede Capela, município de Itapiranga – SC, envolvendo 111 propriedades rurais, tendo como limites o Rio Uruguai e seus afluentes o rio Fortaleza e o Lajeado Jaboticaba. Os principais cultivos dessa região são o milho, pastagens de inverno e verão, citros, mandioca e cana-de-açúcar. A economia gira em torno da policultura (plantação de milho, soja, feijão, mandioca, arroz, sorgo, batata e outros), piscicultura, fruticultura, plantio de árvores, gado leiteiro, frango de corte, suínos e gado de corte. As famílias associadas são em número de 86.

No processo de planejamento são realizadas reuniões de trabalho para análise conjunta dos problemas e das potencialidades da microbacia. O Plano de Desenvolvimento é o resultado desse processo de planejamento participativo, flexível e contínuo e adaptado à realidade de cada comunidade. A “ADM Esperança” foi construída pelas mãos das famílias rurais, com o apoio das entidades executoras (especialmente a EPAGRI) e parceiras do Projeto, e com assessoria do técnico facilitador. O técnico facilitador Sr. Rogério Rech, da “ADM Esperança”, destaca que “o plano inclui os anseios e as prioridades definidas e legitimadas por todos os moradores de Linha Sede Capela. Representam os mais diversos problemas, necessidades e potencialidades da Microbacia do Rio Fortaleza”.

Os facilitadores são extensionistas rurais, de nível superior ou médio, vinculados diretamente às ADMS, com a responsabilidade de executar os serviços de apoio à elaboração, gestão e implementação do Plano de Desenvolvimento da Microbacia.

O Microbacias 2 é financiado pelo Banco Mundial (51% dos recursos) e pelo Governo do Estado de Santa Catarina (49% dos recursos) Cuidar do meio ambiente é mais do que um campo interdisciplinar. Gonçalves (1989, 139), destaca que na questão ambiental “se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas... requer fundamentalmente democracia”.

Percebe-se que o Projeto Microbacias 2, possui uma visão de futuro e de democracia, com participação popular. Leva em consideração o gerenciamento da água. Existe uma perspectiva construtivista, que integra a dimensão social, econômica e a ambiental, com a participação interativa dos atores sociais locais. O resultado é a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais beneficiários do projeto. O gerenciamento da água, o plantio direto para evitar a erosão, proteger estradas, córregos e rios; buscar novas tecnologias; investir na melhoria da produção e em alternativas de renda, cuidar da água e mantê-la limpa e dar o correto destino aos dejetos de aves e suínos, é uma alternativa que vem dando resultados promissores. A autogestão e a descentralização das decisões é a marca desse grande projeto. As famílias estão compreendendo que poderão ter maior valor agregado com sua produção agrícola e mais perspectivas com suas propriedades, quando cuidadas do ponto de vista ambiental, e, em consequência, alimentarão o espírito de se manterem no campo, favorecendo a sucessão hereditária.

4.5 PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO RURAL DE ITAPIRANGA/SC

É perceptível o crescimento das atividades não agrícolas e a diversificação das atividades agrícolas praticadas pelos pequenos produtores rurais do município de Itapiranga/SC.

O último censo do IBGE realizado no município indica que praticamente a metade dos itapiranguenses moram na cidade e os outros 50% no meio rural. Nota-se com isso, que o espectro da “expropriação” ainda assola pequenas parcelas da população rural.

Rambo (1998), em seus estudos demonstrou que a desocupação do meio rural de Itapiranga/SC, foi uma característica marcante no correr da década de 1990. Famílias inteiras de pequenos produtores rurais abandonaram o município de Itapiranga/SC, numa espécie de “revisitação ao lugar de origem”, junto às “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul, especialmente no Vale dos Sinos, em busca de emprego e renda na indústria calçadista.

A partir do ano 2000, conforme estudos de Rambo (2005) ficou demonstrado que o meio rural apresentava uma nova dinâmica no município de Itapiranga, com a luta do pequeno produtor rural em busca de novas alternativas. A combinação de trabalho agrícola com trabalho não agrícola é marca de outra época no município. A agroindústria Seara Alimentos S/A, aumentou e modernizou sua unidade produtora na cidade de Itapiranga/SC, para abate e comercialização de frangos. Na falta de mão-de-obra na cidade, o recrutamento passou a ser feito nas diferentes localidades do interior do município e região do extremo oeste catarinense. Assim sendo, parcela significativa de pequenos produtores rurais do município de Itapiranga, e região, combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas, a chamada pluriatividade. Em Itapiranga, houve um aumento dos atores pluriativos, passando de 300 para 350 pessoas, num espaço de seis anos. Em toda região esse número passou de 750 para 1.200 pessoas.

Através de projetos, tanto o Governo Federal, como estadual e municipal, tem apoiado e destinado recursos para os pequenos produtores rurais. O PRONAF, a aposentadoria dos trabalhadores rurais, bolsa família, o Projeto Microbacias em Santa Catarina, a atuação das Cooperativas, dos Sindicatos, EPAGRI, universidades e Colégios Agrícolas, com suas iniciativas tiveram repercussão positiva no meio rural.

São necessários mais recursos e mais projetos voltados para programas ambientalmente sustentáveis. Muitos produtores rurais tem certa carência na percepção das reais potencialidades existentes em suas propriedades, para agregação de valor aos seus produtos e à sua propriedade.

Os diversos conselhos municipais de planejamento, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Regional – 31ª SDR expressam um esforço na descentralização de políticas públicas. Os pequenos produtores devem e

precisam ser informados constantemente das novas redes de serviços e negócios como oportunidades a serem exploradas.

Nas pequenas propriedades agrícolas familiares, nota-se um esforço com metas para o desenvolvimento sustentável. A prática do “plantio direto” nas lavouras, já é uma realidade para a maioria dos pequenos produtores rurais. Temos atualmente um número aproximado de 1.200 propriedades com a adoção dessa prática, ou seja, 68% dos produtores rurais, cujo trabalho iniciou mais intensamente na década de 1990. Essa iniciativa combinada com a prática da “rotação de culturas” são exemplos de suma importância na busca de alternativas na agricultura local.

Quanto ao futuro das ruralidades, os sítios de lazer e o turismo rural, crescerão ainda mais nos próximos anos. O turismo rural em especial, é uma potencialidade que pode e deve ser explorado, por ser uma nova oportunidade de desenvolvimento. O aproveitamento das potencialidades e oportunidades é também uma questão cultural. O meio técnico científico informacional, tão presente no mundo globalizado parece subjugar a tudo e a todos. Neste sentido a saúde física e psíquica pode ser buscada junto à natureza como maneira de melhorar a qualidade de vida e realização pessoal. Claval (2001, p. 404), ao falar dos prejuízos ambientais e da realização pessoal, destaca que

A técnica aparece hoje a muitos como ameaçadora pelas poluições que provoca e pelos prejuízos irreversíveis que inflige ao ambiente. Estimulando os homens a rodearem-se de artefatos que os atravancam e os impede de serem eles mesmos, ela é perigosa para o equilíbrio psíquico dos indivíduos e os conduz a negligenciar o que é essencial na vida – sua própria realização.

Esta “nova ruralidade” contém as paisagens impregnadas de relações humanas. No dizer de Santos (1988, p. 62) “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado”. A **Foto 43** mostra as diferentes paisagens das pequenas propriedades agrícolas familiares da localidade de Linha Baú, Itapiranga/SC, impregnada de diferentes significados e ao mesmo tempo integrada ao núcleo urbano da sede do município.

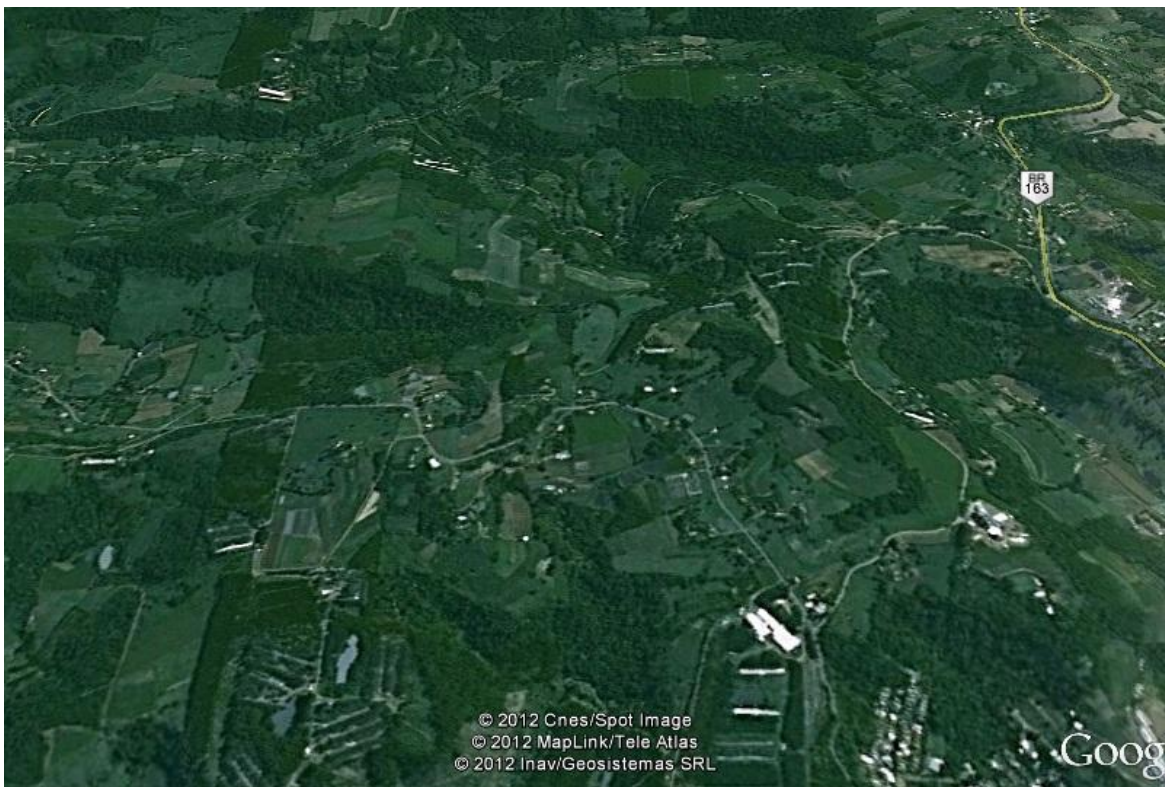


Foto 43 – Imagem obtida do Google Earth, da localidade de Linha Baú, Itapiranga/SC, com diferentes paisagens das pequenas propriedades agrícolas familiares.

Fonte: Google Mapas - <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w> . 13/03/2012.

Assim sendo, as paisagens nas diferentes localidades do município de Itapiranga/SC, estão impregnadas das relações culturais, econômicas, políticas e sociais. Santos (1988, p. 77), destacam que “a paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos”. Assim, precisamos desvendar as relações feitas pelas pessoas nos diferentes espaços, para que a realidade geográfica seja entendida. É a oportunidade para grande parcela de pequenos produtores rurais explorarem esse patrimônio rural das paisagens, formado por casas e prédios antigos, trilhas ecológicas, piscicultura, recreação e lazer com animais tais como: andar a cavalo, passeios com carroças ou charretes de tração animal, práticas esportivas, rodeio, acampamento, hospedagem familiar, café colonial, passeio de canoa, lancha e barco, entre outros.

Dentro dessas perspectivas citadas, destaco especialmente a localidade de Linha Sede Capela, com um grande potencial e uma vocação para o turismo rural, visto ter sido uma das primeiras localidades a ser colonizada, a

partir de o ano de 1926, e, ali estar um número significativo de prédios e casas históricas. Assim sendo, temos nesta localidade as construções da primeira casa comercial e o primeiro hotel do município, **Foto 44**.



Foto 44 - Primeira casa comercial e o primeiro hotel do município de Itapiranga/SC, pertencente à firma Schoeler S/A, construído em fins da década de 1920

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

A **Foto 45** ilustra a paisagem onde se localiza o prédio do primeiro hospital do município de Itapiranga/SC.



Foto 45 - Primeiro hospital, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

A **Foto 46** ilustra a casa do primeiro médico do município de Itapiranga, Dr. Ulrich Neff, alemão, que se instalou na localidade de Linha Sede Capela, Itapiranga/SC



Foto 46 - Casa do primeiro médico, Dr. Ulrich Neff, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011

Fazem parte da paisagem da comunidade de Linha Sede Capela, as casas construídas em inícios da década de 1930, algumas ainda conservadas como ilustra a **Foto 47**, de propriedade do Sr. Fernando Poelking.



Foto 47 - Casa da família Poelking, da Linha Sede Capela, município de Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Outra casa histórica e bem conservada que faz parte da paisagem da comunidade de Linha Sede Capela, construída em inícios da década de 1930, como ilustra a **Foto 48**, é de propriedade da família Schoenhalz.



Foto 48 - Casa da família Schoenhals, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

Além disso, temos na localidade um prédio moderno, o Instituto São Canísio – IAESC (Colégio Agrícola), dos padres jesuítas, onde funcionam quatro instituições de ensino. O IAESC recebe constantemente visitas de turistas, escolas e associações que buscam conhecer os diferentes projetos desenvolvidos no Colégio Agrícola. Os projetos trabalhados na escola, que merecem destaque ambiental, estão envolvidos principalmente nos setores da horticultura, fruticultura, reflorestamento de eucalipto, reflorestamento de mudas nativas, ovinocultura, biodigestores com aproveitamento dos dejetos de suínos (gás para consumo interno da escola), composto orgânico, criação de gado de corte da raça nelore, entre outros. Assim sendo, Linha Sede Capela, que já tem um relativo fluxo de turistas em direção ao Colégio Agrícola, tem um grande potencial para se (re)organizar em torno do turismo rural.

Os prédios construídos no período de 1920 até 1937 assim como o prédio com arquitetura moderna, inaugurado em meados da década de 1970 (prédio do IAESC) - **Foto 49** são paisagens e representações que merecem serem preservadas e restauradas, servindo de patrimônio cultural e como oportunidade e potencialidade para o turismo rural.



Foto 49 – Prédio principal do Instituto São Canísio – IAESC (colégio agrícola), onde funcionam quatro instituições de ensino, a escola municipal Oscar Puhl, a Escola de Educação Básica “São José” e a FAI faculdades, com os cursos de Agronomia e Veterinária, na Linha Sede Capela, Itapiranga/SC.

Fonte: Acervo particular do autor. 2011.

O turismo rural, quando pensado e planejado para o município de Itapiranga/SC, numa ótica de sustentabilidade ambiental deve manter e preservar também os costumes locais e tradições locais. Preservar lugares, seus prédios e restaurá-los, é saber dar novos significados à paisagem e cultura local. O turismo rural na agricultura familiar pode contribuir para a sustentabilidade e desenvolvimento local. É talvez uma das fórmulas mais eficazes que concilia lazer, saúde com renda e emprego. A realização pessoal virá como consequência.

CONCLUSÕES

As novas ruralidades no município de Itapiranga/SC geram renda e oportunidades de trabalho nas pequenas propriedades agrícolas familiares. Estas iniciativas merecem ser analisadas, visto que a agricultura familiar é importante para construir formas mais sustentáveis, não apenas ambiental, mas também social, econômica, cultural e territorial.

Cada vez mais os consumidores na era do meio técnico científico informacional, dos mais diferentes lugares clamam por produtos sem insumos químicos e que sejam de qualidade. Assim sendo, percebe-se que a atividade agrícola no município de Itapiranga/SC, possui inúmeras ações práticas e novas alternativas para se opor ao modelo agroindustrial (CAIs) local. As novas ruralidades são tentativas de romper com o domínio agroindustrial. É preciso destacar que o território ainda é da agroindústria apesar das novas ruralidades.

Do ponto de vista ambiental as entrevistas e análises mostraram que existe uma tendência e esforços concentrados para a preservação de florestas nativas e mananciais de água. O maior problema ambiental continua sendo os dejetos de suínos e aves em todo o oeste catarinense. Falta um programa efetivo para uma grande parte dos integrados dos Complexos Agroindustriais – CAIs. Existe o problema dos dejetos, pois é muito alto o desequilíbrio entre a composição química e a quantidade adequada de nutrientes requerida pelas plantas. O desequilíbrio é imenso e é um grande problema para os mananciais de águas e sistemas agrícolas adotados nas pequenas propriedades agrícolas com uso dos dejetos não tratados adequadamente.

A Unidade Mecanizada e Automatizada de Compostagem, UMAC, instalada para o tratamento de dejetos de suínos, é um exemplo a ser seguido por mais propriedades agrícolas. Na granja analisada, onde são processados aproximadamente três milhões de litros de dejetos por ano, com 1.200 matrizes de suínos, é possível gerar-se 320 toneladas de um adubo orgânico que é benéfico para o solo e plantas.

As bioesterqueiras instaladas nas demais granjas do município e do oeste catarinense, com raras exceções, constituem muito mais uma forma de armazenamento do que de tratamento de dejetos.

A unidade mecanizada e automática de compostagem para a transformação dos dejetos de aves em fertilizante orgânico (simples puro), cuja matéria prima é adquirida dos diferentes aviários do município de Itapiranga e região é outro modelo a ser seguido. O adubo, em forma de granulado, é embalado e vendido, recomendado para jardins, parques, hortas e outros, por estar isento de cheiro e por ser muito rico em nutrientes.

No dizer de Castells (2009, p. 69), “o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação”. Assim sendo, as novas tecnologias devem e podem ser usadas racionalmente para construir um ambiente menos poluído e para agregação de valor às propriedades. O que era um enorme problema ambiental, com tecnologia adequada, pode gerar mais renda e emprego.

Com a pesquisa foi possível perceber que a agricultura familiar pode integrar-se com atividades não agrícolas, onde a pluriatividade e a multifuncionalidade ganham seu espaço. Dessa forma, com mais renda, o nível de vida do ator pluriativo é na maioria das vezes de melhor qualidade do que a de um operário com residência fixa na cidade.

As novas ruralidades demonstram uma capacidade de gerar empregos, contribuindo com a permanência dos jovens no meio rural. Muito embora, os rapazes tenham manifestado maior intenção do que as moças em permanecerem no meio agrícola.

Pela análise feita de Rambo (2005), verificou-se que em torno de 10% das propriedades agrícolas familiares do município não tinham sucessores. Atualmente esse índice está em torno de 13%, conforme pesquisa realizada. Socialmente, ainda são importantes as novas ruralidades, por ajudarem a conter o fluxo migratório que assolou o território na década de 1990.

Economicamente, percebe-se que as pequenas propriedades agrícolas familiares do município, estão aprendendo cada vez mais a agregar valor aos seus produtos. Para tanto, esforçam-se em produzi-los dentro da melhor

qualidade possível. Produzir em áreas agrícolas, como é o caso da agricultura familiar de Itapiranga, significa no mundo competitivo e globalizado, adotar técnicas de cultivo, que reduzam o desperdício do produto final. O mercado consumidor é exigente e para uma parcela de produtores rurais, a prática da agricultura sustentável é um grande desafio.

Percebe-se no município de Itapiranga, que os hábitos alimentares estão mudando, especialmente com a ingestão de carnes. Até recentemente a população ingeria em grande proporção a carne bovina e suína. Com os incentivos da piscicultura, a população local aumentou o seu consumo da carne de peixe. A piscicultura tem sido uma atividade muito promissora e a maioria dos pequenos produtores estão satisfeitos com os investimentos feitos na atividade, conforme avaliação da maioria dos entrevistados. Eles ainda acreditam e apostam que esse ramo vai crescer ainda mais nos próximos anos.

As cooperativas locais, a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob Creditapiranga e a Cooperativa A1, tem um trabalho destacado dentro da agricultura familiar na história de Itapiranga. A relação “campo x cidade” mudou inserindo-se no mundo globalizado e o cooperativismo permite essa readaptação, essa aproximação. A maioria dos pequenos produtores rurais associou-se às cooperativas. O associativismo e o cooperativismo são importantes para o sucesso da agricultura familiar e o advento de novas ruralidades.

O turismo rural deve ser ainda mais incentivado no território de Itapiranga, por ser uma potencialidade que poderá contribuir para o desenvolvimento local. É preciso também, na agricultura familiar, preservar e dar novos significados à paisagem e à cultura local. Esta é a oportunidade não só para a geração de mais renda e emprego, mas de também preservar o meio ambiente.

As políticas públicas no município de Itapiranga/SC, tais como as da EPAGRI, da Secretaria Municipal da Agricultura, dos Sindicatos, das Cooperativas, das Universidades, das Secretarias Regional de Desenvolvimento e Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, do Colégio Agrícola e escolas têm concentrado esforços para ajudar e orientar os pequenos produtores rurais para produzir dentro de técnicas ambientalmente sustentáveis. As escolas e universidades tem um papel especial em esclarecer os jovens em relação à

existência de oportunidades e potencialidades que o setor agrícola apresenta. O que elas precisam é de uma “ecopedagogia”. Ao falar da “ecopedagogia” Gadotti (2009, p. 66), destaca que ela “está mais para a ‘educação sustentável’, para uma ‘ecoeducação’, que é mais ampla do que a educação ambiental”. Sustentabilidade aqui interpretada como sendo o “sonho de viver bem”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão. Texto para Discussão 702. Brasília: IPEA, 1998, 2000.

_____. (Coord.). **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: EPAGRI, Brasília: NEAD, 2001.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, AGB, São Paulo, n 15, p.87-112, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção de uma nova agricultura**. Porto Alegre:UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Jalcione; ASSAD, Maria Leonor. Agricultura e Sustentabilidade – Contexto, Desafios e Cenários. **Ciência e Ambiente**, n. 29. 2004, p. 15-30.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo Território: Revista da Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 2, n.1, p. 123-151, ago.2006. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br. Acesso em: 25 de jul. 2011.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**. Chapecó: Unoesc/Grifos/Cometa, 1996.

BLANCO, Enrique Sérgio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: “as novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, 2004.

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 21 ed. Ijuí: Vozes: 2000.

BRUNO, Jean. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou criação da Economia Moderna. **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários: Cadernos de Sociologia**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 6, 1994, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, p. 51-75 (Tradução de Sérgio Miola e Ivaldo Gehlen).

BÚRIGO, Fábio Luís. Cooperativas de Crédito. In: PRETTO, José Miguel (Org). **Cooperativismo de Crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Pluriatividade da Agricultura no Brasil. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p, 165-185.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Redes**. A Era da Informação: Economia, sociedade e Cultura, Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt).

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2001. (Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta).

COVAS, Maria das Mercês C. de Mendonça. A nova ruralidade como problemática educacional e como oportunidade para o desenvolvimento: algumas reflexões a propósito. **Educação para o Sucesso: Políticas e Actores, Subordinação ao tema - Educação, Regiões e Autarquias**. IX Congresso da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação (SPCE), realizado em Póvoa de Varzim, em 20 de janeiro de 2007.

SOGLIO, Fábio Dal. A Crise Ambiental Planetária. A Agricultura e o Desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (orgs). **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia do Trabalho Intelectual**. São Paulo:Atlas, 1999.

DURÁN, Francisco. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.

ECO, Humberto. **Como se Faz Uma Tese**. São Paulo:Perspectiva, 1983.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Território, Trabalho e Poder**: por uma geografia relacional. **CAMPO – TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.1, n.2, p. 173-195, agosto 2006.

EIDT, Paulino. **Porto Novo – da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

_____. **Os Sinos se Dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

FAVARETO, Arilson. A expansão produtiva em regiões rurais – há um dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In:

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, 3º volume. Sociedades e Instituições (1889 - 1930). Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro.** In: **ANAIS. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Petrolina, 08 a 12 dezembro 2002, p. 61-71.

FRIEDLAND, William H. Agricultura e Ruralidade: iniciando a “separação definitiva?”. **Rural Sociology**, n. 67, v. 3, 2002, p. 350-371. (Tradução: Angela Gasparin Martinazzo).

FIORI, J.L. Reforma ou sucata? O dilema estratégico do setor público brasileiro. In: FIORI, J.L. (Org.). **Em busca do dissenso perdido.** Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. p. 97-119.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a Sustentabilidade – Uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009 (Série Unifreire 2).12

GIULIETTI, E. *et al.* **Diagnóstico da Avicultura no Brasil, 1970-78:** Contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo: IEA, 1980. p. 1.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia – Processo Ecológico em Agricultura Sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: contexto, 1989.

_____. O desafio ambiental. In: SADER, Emir. **Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 9-179.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>. Acesso em: 13/03/2012.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: GORENDER, Jacob. STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária na década de 90.** 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 15-44.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Revista Microbacias 2.** Ano 1, nº 1, nov. 2006.

GREGOLIN, Altemir. Municipalização da Agricultura – Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina. Chapecó: Grifos, 1999.

GUERRERO, Cesar Enrique Ortiz. Nueva ruralidad em zonas marginales de Colombia. In: BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura latino-americana – Novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUIVANT, Júlia S.; MIRANDA, Claudio. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiente. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 16, set./dez. 1999, p. 85-128.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, Goiânia, ano 20, v. 2, n. 23, p. 35-51, jul.-dez./2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, 3º vol. – O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

INCRA/FAO. **Projeto de cooperação Técnica**. Reforma e Globalização da economia - o caso do Brasil. PROJETO UTF/BRA/036/BRA.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários**, Cadernos de Sociologia, v. 6, PPGS/UFRGS, 1994, p. 51-75.

JUNGBLUTH, Roque. **Porto Novo – Um documentário Histórico**. Itapiranga: SEI/FAI, 2005.

LOHN, R.L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 41-60.

MAIA, Cláudio Machado. Percepções que permeiam o conceito de agricultura Familiar e a cronologia da luta pela sustentabilidade: Panorama Nacional e Internacional. In: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina (Orgs). **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MALASSIS, Louis. La structure et l'évolution du complexe agri-industriel d'après la coruptabilité national française. **Économies et Sociétés**, Paris, v. 3, n. 9, p. 1667-1687, set. 1969.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1981.

_____. Prefácio. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: EPAGRI, Brasília: NEAD, 2001, p. 5-9.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORO, Eduardo. **Sociedade do risco e o consumo de alimentos**. Instituto Humanitas Unisinos (Entrevista). Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 01 de ago. de 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Que “novo” rural é este no Brasil? **Dilemas na Conceituação do campo e do rural no Brasil**. (Mesa Redonda). I Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil – SINARUB, 8 e 9 de dezembro de 2006.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil. **Revista de Economia Pública**, v. 27, n. 3 (107), p. 452-471, São Paulo, jul.-set./2007.

NAVARRO, Zander; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia. **A Agricultura Brasileira – Desempenho, Desafios, Perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

NUNES, Sidemar Presotto. A agricultura familiar no Mercosul. **Boletim Eletrônico**, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, Deser, Conjuntura Agrícola, n. 160, agosto 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino De. **Agricultura e Indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB, n.58, setembro 1981, p.5-64.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: GORENDER, Jacob. STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 45-67.

ORFEVIL, Henry d. Experiências francesas de microcrédito e o caso do Grupo Finansol. In: PRETTO, José Miguel (Org). **Cooperativismo de Crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: Limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Wstphalen: URI, 2008.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Espaço Rural e Produção Agrícola: Transformações e Perspectivas da Agricultura Brasileira. In: MEZEZES, Ana Virgínia Costa De.; PINTO, Jocefa Eliane S.S. (Orgs.) **Geografia 2001**. Aracajú: NPGEIO/UFS, 2000, p. 95-104.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira (Orgs). **Geografia 2001**. Aracaju: NPGEIO/UFS, 2000. P. 95-104.

PINTO, Luis Carlos Guedes. 30 Anos de Luta pela Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). São Paulo, n. 1, v.25, p. 03-06, jan.-abr./1995.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, desterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione**. Milano: Franco Angeli, 1984, p. 69-82.

_____. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Nestor Francisco. **O Município de Itapiranga Frente ao Processo de Desocupação do Meio Rural**. Chapecó: Unoesc, 1998 (Monografia de Especialização em Geografia Regional).

RAMBO, Nestor Francisco. **Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade: tentando compreender a relação campo x cidade no município de Itapiranga (SC)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado em Geografia - Instituto de Geociências da UFRGS, 2005).

ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume/FAPESP. 1998.

SAGUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

_____. A relação espaço-tempo e apreensão do movimento em estudos territoriais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 2005, USP, São Paulo/SP, p. 13.882-13.894.

_____. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTA CATARINA. Governador Irineu Bornhausen. **Discursos**. Florianópolis, 1956, p. 101-102.

SANTA CATARINA. Governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de abril de 1956. P. 7 – 31.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Introdução. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p, 7-12.

SCHNEIDER, Sérgio. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ, Fabio L.; MEDINA, Guilhermino Ferro (Editores). **Las Configuraciones de los**

Territorios Rurales em el Siglo XXI. 1.ed., Bogotá/Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v.1, p. 67-108.

SEGANFREDO, Milton Antonio. Os dejetos de suínos são um fertilizante ou um poluente do solo? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 16, set./dez. 1999, p. 129-142.

SHILLING, Paulo R. **MERCOSUL – Integração ou Dominação?** São Paulo:CEDI, 1992.

SEIFERT, G. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, Nova Série, 1984.

SEHNEM, Dirce Teresinha Drebel. **Escola e Ensino Agrícola.** São Miguel d'Oeste: McLee, 2001.

SICOOB SANTA CATARINA 25 ANOS. **Cooperação, Solidariedade e Desenvolvimento.** Florianópolis: Relata, 2010.

SILVA, J.G. da. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SINGER, Paul. **Aprender Economia.** 8. eD. São Paulo: Brasiliense. 1987.

SOGLIO, Fábio Dal. A Crise Ambiental Planetária, A Agricultura e o Desenvolvimento. In: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina (Orgs.) **Agricultura e Sustentabilidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 13-32.

STRIEDER, Edmundo Alfredo. Uma Comunidade Alemã de “Colônia Nova”. **Estudos Leopoldenses**, n.7, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Leopoldo, RS, p.7-64, 1968.

STRIEDER, Roque. Produção Agrícola Integrada: A Emergência Humana do Trabalhador Agrícola. São Miguel d'Oeste: McLee, 2000.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista eletrônica da AGB, Três lagoas – MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005. Disponível em: <http://www.ufms.br/revista-geo/index.html>. Acesso em: 25/06/2011.

VEIGA, José Eli da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização. **Estudos Avançados**, n.51, Seminário n. 16/2004, maio-agosto 2004, FEA/USP, p.1-22.

VILELA, Mário Hamilton. **Análise Crítica da Agricultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

VOGTMANN, H. WAGNER, R. **Agricultura Ecológica – Teoria e Prática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Tradução: Carla R. Volkmann e Doris Hoff Pacheco).

ZANATTA, Sandra Rosani; SCHVARZ SOBRINHO, Romeu. **Reflorestamento com Eucalipto: Fonte Alternativa de Renda Sustentável Para o Agricultor Familiar da Região do sudoeste do Estado do Paraná**. Disponível em: www.unicentro.br. Acesso em: 29 de jul. de 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO ENTREGUE ÀS LIDERANÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO – TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Doutorando: Msc. Nestor Francisco Rambo

Professora Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Nome: _____

1.2. Profissão que exerce: _____

1.3. Endereço: _____

1.4. Município: _____ Estado: _____

1.5. Fone: _____ e-mail: _____

2. Na sua visão, o município de Itapiranga/SC e Oeste Catarinense tem se desenvolvido nos últimos anos? Destacar os motivos (em geral), inclusive se houve ou não desenvolvimento nas pequenas propriedades agrícolas familiares.

3. Faça uma rápida análise da agricultura familiar no município de Itapiranga e região oeste catarinense.

4. Como você analisa a questão da sucessão hereditária nas pequenas propriedades agrícolas familiares no município de Itapiranga e região do oeste catarinense? Na sua visão qual é percentagem dos jovens que querem ficar nas propriedades agrícolas?

5. Como você analisa as novas “Ruralidades” (novos espaços em desenvolvimento e em expansão no campo, tais como: sítios de lazer; pequenas agroindústrias, piscicultura, hortifrutigrangeiros, feiras de pães e doces, turismo rural e outros) no município de Itapiranga? Isso é importante para o município?

6. Como você analisa os incentivos praticados pelas Cooperativas de Crédito Agrícola, Sindicatos, Banco do Brasil e outros em favor das pequenas propriedades agrícolas familiares no município de Itapiranga(SC) e oeste catarinense?

7. Como você analisa a questão da expropriação do pequeno produtor rural (é o pequeno produtor expulso, mas não necessariamente proletarizado; é o pequeno produtor que ocupa novos territórios; é quando o capital, fora da existência do pequeno produtor, procura arrancá-lo da terra, sem que esse produtor se dê conta; é uma expulsão indireta feita pelo capital ao pequeno produtor das suas terras), a qual era relativamente acentuada nas décadas de 1980 e 1990, no município de Itapiranga e região do oeste catarinense, como apontam alguns estudos feitos sobre a época.

8. O advento de uma Instituição de Ensino Superior no município de Itapiranga (FAI Faculdades) e a possibilidade em locomover-se à São Miguel d'Oeste (pela relativa proximidade) onde existe uma Universidade (Unoesc), tem contribuído para a permanência dos jovens no município? O (A) senhor(a) acredita na retenção (permanência) do jovem no município (na cidade ou nas pequenas propriedades agrícolas familiares) em virtude do acesso mais fácil em cursar o Ensino Superior próximo ao local de residência? Explique também de que maneira isso tem facilitado a vida junto às pequenas propriedades agrícolas familiares.

9. Outras iniciativas que tem contribuído (ou dificultado) para uma boa relação **campo x cidade** no município de Itapiranga.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO ENTREGUE AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO – TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Doutorando: Msc. Nestor Francisco Rambo
Professora Orientadora: Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Nome: _____ Idade: _____
- 1.2. Profissão que exerce: _____ Formação: _____
- 1.3. Endereço: _____
- 1.4. Município: _____ Estado: _____
- 1.5. Fone: _____ e-mail: _____

2. A Agricultura familiar em Itapiranga (SC), é, na sua opinião:

- () Viável
- () Não é viável
- () Não sabem ou tem dúvida

Explicar: _____

3. Como você analisa as novas ruralidades no município de Itapiranga (SC)?

- () Agrega renda e emprego e tem futuro
- () Agrega pouca renda e emprego e não tem muito futuro
- () Não sabem

Explicar: _____

4. Como você analisa os incentivos de crédito praticados pela Cooperativa de Crédito/SICCOOB?

- () Agrega renda e emprego e tem futuro
- () Agrega pouca renda e emprego e não tem muito futuro
- () Não sabem

Explicar: _____

5. Os pais acreditam que o advento de uma Instituição de Ensino Superior no município (FAI – Faculdades) e a proximidade de uma Universidade (Unoesc) em São Miguel do Oeste, tem

contribuído para a retenção do jovem no meio rural e sucessão hereditária nas propriedades agrícolas em Itapiranga?

(Pergunta dirigida aos pais)

- () Sim
- () Pouco
- () Não sabe

Explicar: _____

6. O advento de uma Instituição de Ensino Superior no município (FAI – Faculdades) e a proximidade de uma Universidade (Unoesc) em São Miguel do Oeste, tem contribuído para a retenção do jovem no meio rural e sucessão hereditária nas propriedades agrícolas em Itapiranga? (Pergunta dirigida aos rapazes)

- () Sim
- () Pouco
- () Não sabe

Explicar: _____

7. O advento de uma Instituição de Ensino Superior no município (FAI – Faculdades) e a proximidade de uma Universidade (Unoesc) em São Miguel do Oeste, tem contribuído para a retenção do jovem no meio rural e sucessão hereditária nas propriedades agrícolas em Itapiranga?

(Pergunta dirigida às moças)

- () Sim
- () Pouco
- () Não sabe

Explicar: _____

8. O advento das novas ruralidades tem contribuído ou vai contribuir para o jovem ficar no meio rural, contribuindo com a sucessão hereditária?

(Pergunta dirigida aos pais)

- () Sim
- () Pouco
- () Não sabe

Explicar: _____

9. O advento das novas ruralidades tem contribuído ou vai contribuir para o jovem ficar no meio rural, contribuindo com a sucessão hereditária?

(Pergunta dirigida aos rapazes)

- () Sim
- () Pouco
- () Não sabe

Explicar: _____

10. O advento das novas ruralidades tem contribuído ou vai contribuir para o jovem ficar no meio rural, contribuindo com a sucessão hereditária?

(Pergunta dirigida às moças)

- () Sim
() Pouco
() Não sabe

Explicar: _____

11. Os pais estimulam seus filhos a continuar construindo seu futuro na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária?

(Pergunta dirigida aos pais)

- () Sim
() não
() ainda não decidi

Explicar: _____

12. Você pensa em continuar (construir seu futuro) na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária de seus pais?

(Pergunta dirigida aos rapazes)

- () Sim
() não
() ainda não decidi

Explicar: _____

13. Você pensa em continuar (construir seu futuro) na pequena propriedade agrícola familiar, contribuindo com a sucessão hereditária de seus pais?

(Pergunta dirigida às moças)

- () Sim
() não
() ainda não decidi

Explicar: _____

14. Assinale, abaixo, as novas ruralidades existentes em sua propriedade agrícola, que tem aumentado sua renda e contribuindo para uma boa relação **campo x cidade** em nosso município (de Itapiranga):

- () produção de ovos () silvicultura – citar o tipo: _____ () piscicultura () gado leiteiro () aviário/prod/frango () sítio de lazer () turismo rural
() pequena agroindústria – citar o tipo: _____ () Açúcar mascavo () melado
() conservas – citar o tipo: _____ () Produção orgânica – quais?: _____
() frango caipira Cite outros: _____

15. O senhor é um ator pluriativo? - Agricultor pluriativo é aquele que se ocupa de funções

agrícolas e não agrícolas para aumentar a sua renda – ex. agricultor que trabalha na Marfrig ou Mabella ou é pedreiro ou é dono de aviário ou criação de suínos/sistema/parceria:

() Sim

() Não

Em caso afirmativo (sim), citar local de trabalho fora da agricultura: _____

ANEXO 3 – LEVANTAMENTO (CENSO) SOLICITADO PELO AUTOR E REALIZADO (E PREENCHIDO) PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC), NO ANO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO – TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Doutorando: Msc. Nestor Francisco Rambo
Professora Orientadora: Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

IDENTIFICAÇÃO DAS NOVAS RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA – SC (LEVANTAMENTO/CENSO), A SER REALIZADO (E PREENCHIDO) PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC), COM DADOS DO ANO DE 2011

1.) Sítios de Lazer (particulares, de empresas ou associações)

- Total no município:

- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

2.) Hortas Orgânicas

- Total no município:

- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

3.) Piscicultura com açougue para venda

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

4.) Reflorestamento de Eucaliptus

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

5.) Reflorestamento de Uva Japonesa

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

6.) Produção e Venda de Ovos (selo verde)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

7.) Produção e Venda de frango semi-caipira

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

8.) Produção e Venda de conservas (selo verde)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

9.) Produção e Venda de aipim (selo verde)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

10.) Feirantes ambulantes (cucas, pães, doces, geléias)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

11.) Feirantes ambulantes de produtos orgânicos (hortaliças, doces, rapaduras, puxa-puxa)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

12.) Pequenas agroindústrias de derivados de cana-de-açúcar

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

13.) Produção e venda de morangos (com selo verde)

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

14.) Turismo Rural

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

15.) Criação de ovelhas

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

16.) Criação de gado de corte

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

17.) Criação de cavalos de raça

- Total no município:
- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

18.) Criação de coelhos

- Total no município:

- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

19.) Produção e venda de uva e derivados

- Total no município:

- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

20.) Propriedades agrícolas que fazem o plantio direto

- Total no município:

- Localidade(s) onde ocorre e seu total:

21.) Propriedades agrícolas familiares em Itapiranga/SC

- Total no município: